

Diário do Legislativo de 20/05/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 27ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 28ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - TRANSCRIÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/5/2008

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Registro de presença - Questão de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; aprovação - Inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição e de projeto de lei complementar - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.583/2007; requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; aprovação do requerimento - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007; requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; aprovação do requerimento - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.677/2007; requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; aprovação do requerimento - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.978/2008; requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; aprovação do requerimento; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; questão de ordem; renovação da votação do requerimento; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação do requerimento - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.440/2007; discurso do Deputado Antônio Júlio; questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Antônio Júlio; encerramento da discussão; votação do Substitutivo nº 1; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 725/2007; apresentação da Emenda nº 3 e do Substitutivo nº 1; encerramento da discussão; encaminhamento da emenda e do substitutivo com o projeto à Comissão de Meio Ambiente; questão de ordem - Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.973/2007; discurso do Deputado Adalclever Lopes; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dimas Fabiano -

Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pindaça Ferreira - Rêmolô Aloise - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, nas galerias, de lideranças de Sete Lagoas, entre os quais, os Srs. Leone Maciel Fonseca, Prefeito Municipal de Sete Lagoas; José César da Costa, Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais - FCDL -; Antônio Pontes Fonseca, industrial da Guza Sindifer; e Leonídio Pontes Fonseca, da Acisel; e a Sra. Vanessa Maria Lobato Maciel, Presidente da CDL de Sete Lagoas.

Questão de Ordem

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, quero saudar os Deputados, as Deputadas e os convidados de Sete Lagoas. Quero fazer o registro deste 13 de maio, 120 anos da Declaração da Abolição da Escravatura. Sr. Presidente, exatamente neste momento está acontecendo no Centro de Documentação Elói Ferreira da Silva - Cedefes -, com a presença do Deputado Durval Ângelo, o lançamento de um documentário e de uma série de informações dos quilombolas no Estado de Minas Gerais, a publicação "Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI". Registramos então este 13 de maio. A pesquisa do Cedefes começou em 2003. Há cinco anos, ela era destinada a conhecer as comunidades quilombolas de Minas. Iniciou a partir da solicitação de lideranças do Movimento Negro, para que o Cedefes pudesse fazer um levantamento da situação de Minas Gerais. Os primeiros resultados dessa pesquisa apontam para a existência de 435 comunidades quilombolas no Estado de Minas Gerais, e dois terços estão localizados na região Norte, no Jequitinhonha e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, demonstrando a presença do povo negro residente em Minas Gerais. Até o momento, as cidades com maior número de comunidades encontradas são Berilo, com 27, e Chapada do Norte, com 15. Das 435 comunidades, apenas 9 estão em áreas urbanas, como Juízes e Mangueiras, situadas em Belo Horizonte. As demais são comunidades rurais, espalhadas por todo o Estado de Minas Gerais. A grande maioria, ou seja, 97% estão localizadas em locais de difícil acesso, em escarpas e, muitas vezes, em beiras de rios, em pequenos territórios. Deputado Padre João, o estudo mostra as dificuldades enfrentadas por essas comunidades. A primeira delas seria a necessidade da presença do poder público. Cerca de 93% delas não têm água tratada; 82% não têm telefone público; 97% não têm correio; 92% não possuem posto de saúde. Da mesma forma, a falta de transporte público é outro problema das comunidades quilombolas de Minas Gerais. Além disso, apenas 15 comunidades possuem escolas de ensino fundamental. O acesso dos jovens ao ensino médio também é raridade. Ainda existem muitos conflitos de terra no Estado em relação aos quilombolas. A degradação ambiental é outro problema enfrentado pelas comunidades, o que muitas vezes dificulta sua organização. A pior situação apresentada pela pesquisa é a falta de titulação das terras. A Comissão de Direitos Humanos, com o Deputado Durval Ângelo, realizou ciclo de debates para discutir o assunto com o Incri, o Iter, os órgãos estaduais e federais, com o intuito de demarcar as terras quilombolas no Estado de Minas Gerais. Para finalizar, quero fazer este registro hoje, saudando a luta de todas as comunidades negras contra o racismo. A Frente Parlamentar pela Promoção da Igualdade Racial em Minas Gerais tem algumas bandeiras. Uma delas é que o Estado crie uma coordenadoria ou secretaria para promover a igualdade racial. A segunda reivindicação é a titulação das terras quilombolas e seu reconhecimento pelo Incri e pelos órgãos estaduais e federais. É importante implantar nas escolas públicas de todo o Estado o estudo da história principalmente dos afrodescendentes, africanos e brasileiros, para superar efetivamente a discriminação e o racismo no Estado e no Brasil. Presidente Deputado José Henrique, Deputados e Deputadas, convidados desta noite, deixamos aqui a lembrança da luta anti-racial, principalmente o reconhecimento das nossas comunidades quilombolas em Minas Gerais, o combate à discriminação e a inclusão social por meio de políticas públicas. Muito obrigada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Lei nºs 1.440, 725 e 1.973/2007 sejam apreciados em primeiro lugar, nessa ordem, entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

A Presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição e de projeto de lei complementar, mas que há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais - TFAMG - e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita o adiamento da votação do projeto. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1,

que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública. Vem à Mesa requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita o adiamento da votação do projeto. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.677/2007, do Governador do Estado, que disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por Produtividade no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e das Emendas nºs 1, 2 e 10 a 17; e pela rejeição das Emendas nºs 3 a 9. Vem à Mesa requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita o adiamento da votação do projeto. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.978/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Estado de Minas Gerais a pagar compensação e pensão indenizatória por danos materiais e morais às famílias das vítimas que perderam a vida nos incêndios ocorridos nas cadeias públicas localizadas nos Municípios de Ponte Nova e de Rio Piracicaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos. Vem à Mesa, requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita o adiamento da votação do projeto. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico. Para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 35 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito. No entanto, com a entrada de outros Deputados, a Presidência verifica, de plano, que já se configurou o quórum para votação.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, acho que deveria ser feita a recomposição de quórum, porque o painel foi muito claro; a não ser que esse painel continue dando problemas de vez em quando e não chegue a um número ideal. Acabamos de verificar. Então acho que deveríamos fazer a recomposição de quórum. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, nosso companheiro, poderia...

O Sr. Presidente - Deputado Antônio Júlio, temos a presença de mais de 40 Deputados no Plenário.

O Deputado Antônio Júlio - Então vamos desligar o painel, Presidente. Para que temos o painel? Para que se gastou esse dinheiro para fazer uma modificação nesse painel novo, bonito para danar?

O Sr. Presidente - A Presidência vai renovar a votação do requerimento.

O Deputado Antônio Júlio - Presidente, falo em recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - A Presidência vai renovar a votação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Antônio Júlio - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico. Para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 40 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, ratificada a aprovação do requerimento.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.440/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera a Lei nº 16.322, de 4/9/2006, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frutal o imóvel que especifica e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, vejo que há preocupação de alguns Deputados com a doação. Um projeto de lei do Deputado Dalmo Ribeiro Silva merece todo o nosso respeito; é um projeto importantíssimo para a construção de habitações no nosso Estado, mas o governo parou de fazer casas. Vejam que coisa interessante. O Deputado Dalmo está preocupado em arrumar terreno para fazer mais casas; o governo do Estado também está preocupado com o Luz para Todos, projeto do governo Lula, que parece que deu água no nosso Estado de Minas Gerais. Deputado Getúlio Neiva, para aprovar um projeto de doação de imóvel, temos de resolver o problema da energia elétrica, temos de resolver o problema da Copasa, que está ficando um pouco complicado depois que praticamente venderam a Copasa. É isso que queremos discutir neste projeto de doação, porque não adianta fazer doação de imóvel se o Estado não está investindo na infra-estrutura, Deputado Dalmo. Vemos que o Governo do Estado, às vezes, na ânsia de votar as coisas, ou os Deputados, na ânsia de irem embora para casa, também não querem discutir. Deveriam fazer o que o PMDB estava fazendo agora, com a militância do Partido em Minas Gerais, discutindo política. Quando se faz doação, você não está discutindo, está dando. É isso que está acontecendo em Minas Gerais. Quando estive em Brasília com o ex-Presidente Sarney e com o Renan Calheiros, disse que a política, em nível nacional, estava dando nojo, porque não discutiam projetos, discutiam negócios. Isso foi transferido para Minas Gerais, especialmente para Belo Horizonte. Hoje não se discute mais um projeto para Belo Horizonte, estão sendo discutidos negócios entre o Governador Aécio Neves e o Sr. Pimentel, esquecendo-se dos partidos.

Deputado Ademir Lucas, não adianta fazer doação de terreno se as coisas não se acertarem dessa forma. Não estamos vendo dois homens

importantes da política de Minas Gerais e um homem importante da política de Belo Horizonte, Deputado Ivair Nogueira, falarem de projetos para Belo Horizonte, apenas estão querendo nomear um gerente para gerir os recursos do PAC que chegarão a Belo Horizonte. Não discutem mais política, estão discutindo negócios como o meu Partido, o PMDB, sempre teve o hábito de fazer, até que, graças a Deus, ficamos livre de um desses negociadores, o Renan Calheiros. Caiu de tanto fazer negócio em nome da política. Hoje, não vemos em Minas Gerais uma discussão sobre o que é bom para Belo Horizonte. Dizem que o que foi bom para Belo Horizonte foi a Linha Verde. Bom para quem? Para alguns. Talvez esses mesmos que têm interesse nesse projeto de doação do Deputado Dalmo, que poderão ir lá e construir algumas casas. Sabemos que todos esses grandes investimentos em Belo Horizonte são acertados para meia dúzia de empresários que estão deitando e rolando nas benesses do nosso governo. O Governador acha que todos estão dormindo. O Pimentel acha que todos estão dormindo, que vão dizer quem será o gerente da Prefeitura de Belo Horizonte, e o povo de Belo Horizonte e de Minas vai aceitar. Será que o PT de Belo Horizonte, que sempre admiramos, se esqueceu do Presidente Lula? O PMDB de Minas Gerais e o PMDB de Belo Horizonte foram os primeiros a abraçar a campanha de Lula contra o próprio PT local, que o abandonou no 2º turno para ficar do lado do Governador Aécio Neves. Será que eles estão achando que o Lula está aceitando isso? Será que acham que o Lula não está fazendo essa avaliação? Para que fazer projeto de doação, Deputado Dalmo, se não temos por parte do governo a vontade de resolver as coisas? Vamos votar um projeto bastante discutido e que não foi enfrentado por esta Casa. Um dos maiores absurdos que já vi na discussão ambiental foi a questão dos pequizeiros. Preservar pequizeiro para quê? Isso tem de ser explicado àqueles que defendem o não-corte dos pequizeiros. O Deputado Antônio Andrade, na época, apresentou um projeto da maior importância. Disse que precisamos preservar o meio ambiente, e o projeto dele previa que para cada pequizeiro cortado, deveriam ser plantados 10 pequizeiros. Os ambientalistas de plantão não aceitaram. Vocês já viram ambientalista plantar uma árvore? Faço esse desafio a todos que aqui estão. Aqueles que vêm aqui defender que não pode cortar isso, que não pode fazer aquilo, olhem o perfil dessas pessoas e analisem se eles plantaram pelo menos uma muda de rosa. Essa demagogia e essas hipocrisias que vivemos precisam ser combatidas. Defendemos o meio ambiente como todo e qualquer um, mas não podemos ser xiitas. Não podemos permitir que um pequizeiro impeça o investimento ou desenvolvimento de uma região só porque lá há dois ou três pés de pequi. Que vantagem esse pé de pequi tem na questão ambiental, financeira ou econômica de qualquer Município? Isso é falta de discussão. Não é necessário fazer projeto de doação, não precisamos doar. Poderíamos até fazer uma emenda no projeto do Deputado Dalmo para que o governo também faça doação, Deputado, não só do terreno mas também de mudas que foram desenvolvidas pelo nossos institutos de pesquisas, e todos sabem, com resultados fantásticos. Podemos fazer essa doação, por que não? Aliás, Deputado Dalmo, apesar de notarmos essas dificuldades, poderíamos fazer uma emenda nesse seu projeto da maior importância, dizendo que, para cada pequizeiro cortado, plantam-se 10, 20, 30 mudas. Não podemos impedir o desenvolvimento do nosso Estado de Minas Gerais por causa de um pé de pequi. Já chega a arrogância do sistema do meio ambiente do nosso Estado. O Governador não quer ver. O Sr. José Carlos, Secretário de Meio Ambiente, tem confiscado várias e várias propriedades e fazendas. O termo é este: "confisco". Faço um desafio a eles: que venham aqui nos desmentir. Estão fazendo confisco em Congonhas, onde estão desapropriando mais de 40 propriedades, fazendas, sítios, casas, para entregar para a CSN. Está certo que o crescimento dessas empresas traz essas dificuldades; entendemos isso, mas não podem tomar o imóvel dessas famílias como estão fazendo. Entendemos que o desenvolvimento traz dificuldades, mas tem de haver disciplina e respeito. O governo implantou a ditadura no Estado de Minas Gerais; hoje ele tem o controle da imprensa como nunca vimos neste país, nem na época da ditadura. Nem nessa época, tínhamos alguém do governo militar que tivesse o controle e a mordada da imprensa como notamos hoje, nesse governo. É isso o que precisamos discutir. Quando se discute doação, temos de discutir esses projetos também. Deputada Elisa, não podemos aceitar isso. As coisas acontecem de forma muito triste para nós, que somos militantes políticos; para nós, que enfrentamos a ditadura militar; para mim, que enfrentei a ditadura do Sr. Governador Aécio Neves, que tentou me derrotar de todas as formas. Sou sobrevivente da ditadura desse mandatário que aí está. Sou sobrevivente e posso dizer isso com muita clareza, pois nunca mudei o meu posicionamento nas questões sobre as quais tenho convicções formadas. Digo que estão acontecendo essas desapropriações em nosso Estado, estão criando algumas áreas de preservação sem nenhum critério, apenas pensam que vai ser lá, em São Joaquim; o Deputado Doutor Viana sabe desse problema. Criaram área de permanência ou de preservação sem se reunirem com a comunidade, sem se reunirem com os proprietários, Deputado Padre João. Foram lá e desapropriaram aquelas pessoas. Estão morando lá, mas, quando há um incêndio, em vez de o Estado responsabilizar-se na propriedade dele - entre aspas -, ele vai lá e multa os coitados dos proprietários, que ainda estão morando nessa área de preservação. Essas pessoas não podem tirar um caminhão de lenha nem ter uma produção agrícola, pois o Estado tomou o seu terreno, fez o confisco sem pagar um tostão a quem quer que seja. Será que vamos continuar aceitando isso sem pelo menos discutir? Será que a Assembléia Legislativa do nosso Estado continuará omissa e submissa aos interesses do governo? Será que continuaremos calados vendo o que as mineradoras estão fazendo em Minas Gerais? Será que continuaremos vendo isso acontecer e não falaremos nada? Não vamos pelo menos discutir? Temos uma ação contra a MBR em relação à Mina Capão Xavier, Deputado Padre João. Ganhamos uma liminar quando suspendemos as atividades dessa mina. Está correndo dinheiro no Supremo, está correndo dinheiro no Judiciário, para que o nosso processo não tenha andamento. Até hoje alguém está sentado em cima desse processo, e ele não é julgado.

E queremos, pelo menos, o julgamento da ação popular que movemos contra a Mina Capão Xavier. E não pensem, vocês que estão nos ouvindo, que foi fácil. Enfrentamos o poder das mineradoras. O PMDB e eu, que sou autor dessa ação juntamente com o Deputado Adalclever Lopes, fomos ameaçados de todas as formas, porque estávamos enfrentando o poder econômico, o poder financeiro. Estávamos enfrentando a ditadura que se implantou em Minas Gerais. Espero que vocês que estão nos ouvindo passem, a partir de hoje, a prestar mais atenção aos noticiários dos nossos jornais e das nossas tevês. Vocês não ouviram falar que, em Minas Gerais, houve greve. Mas tivemos greve da Polícia Civil por mais de 80 dias. E vocês não ouviram uma frase ou uma palavra da imprensa, porque ela está amordaçada. Dou muitas entrevistas àqueles jornalistas que vêm cobrir a Assembléia Legislativa e brigo com eles dizendo: "Não adianta eu dar entrevista, porque não vai sair uma linha". E não sei mesmo, não passa na censura. Até gostaria que aqueles puxa-sacos de plantão do Governador e de sua irmã possam gravar o que estou falando ou pedir, se a Assembléia não me tirar do ar, porque aqui está começando a ter censura também, para que ele possa ouvir-me. Fazem muita fofoca. O Governador gosta daqueles que não fazem questionamentos. Você não pode questionar. Ele fica triste, muito magoado; então, não pode. Mas nós temos o direito e a obrigação.

Quando votamos projeto de doação, temos de discutir muitas coisas. Vou fazer esse pronunciamento amanhã em Pará de Minas. O juizado criminal de lá está marcando audiência para 2011.

O Sr. Presidente - Deputado Antônio Júlio, estamos discutindo o Projeto de Lei nº 1.440/2007, que trata da doação de um imóvel no Município de Frutal. V. Exa. está se desviando do assunto.

O Deputado Antônio Júlio - Estou discutindo doação. Espero que V. Exa. me dê liberdade de expressão, porque eu sei que a ditadura está chegando nesta Casa. Mas eu não vou calar-me. Vou fazer o discurso que quero fazer. Já chega a ditadura que temos lá fora. Aqui, nesta Casa, não haverá ditadura, porque não podemos aceitar. Não podemos aceitar. Terei de fazer um discurso que interessa ao governo? Que interessa àqueles que estão de plantão aqui para puxar saco?

O Sr. Presidente - Estamos apenas cumprindo o Regimento Interno.

O Deputado Antônio Júlio - Estou falando de doação. O que está escrito aqui? Ou não estou entendendo? Está escrito doação.

O Sr. Presidente - Então solicito a V.Exa. que se atenha à discussão do Projeto de Lei nº 1.440/2007, que trata da doação de imóvel em Frutal.

O Deputado Antônio Júlio - Estou discutindo doação. Já que esse é o problema, Deputado Rêmoló Aloise. Estão vendo o que estava falando para vocês? Aqui, nesta Casa, só se pode falar o que interessa ao governo. Já deve ter chegado ordem lá para cortarem a minha palavra. É isso que me deixa revoltado. Eu, que enfrentei a ditadura, que enfrentei baioneta, não posso aceitar. Não posso aceitar que venha ordem do Palácio para cortarem a minha palavra. Vou falar, sim, de doação do terreno de Frutal...

O Sr. Presidente - Deputado Antônio Júlio, gostaria de falar a V.Exa. que já esteve aqui, nesta Mesa, presidindo várias reuniões...

O Deputado Antônio Júlio - E nunca tomei essa atitude.

O Sr. Presidente - ...que estamos agindo democraticamente, apenas cumprindo o Regimento Interno. Ninguém está ouvindo palavra ou ordem de ninguém. Estamos cumprindo o Regimento Interno. E V.Exa. respeite o Regimento Interno.

O Deputado Antônio Júlio - Eu respeito. Já fui Presidente, aliás fui autor da reforma do Regimento Interno. Não estou fugindo do Regimento Interno. Tenho que falar o que V. Exa. quer ouvir?

O que V. Exa. quer que eu fale? Por favor, escreva que eu falarei. Vou atender ao que vocês querem: que o Governador está muito bonitinho, que hoje está usando um terno azul, por isso está fazendo a doação desse terreno. É um grande Governador que merece todo o nosso respeito. E merece mesmo. Mas também merece ser questionado. Se você fala em doação, Deputada Elisa Costa, esquece-se dos problemas do sistema carcerário que estamos vivendo. Por que, em vez de se fazer casa popular, não se faz doação para cadeia pública ou penitenciária? Será que temos que aprovar - apesar de merecer todo o nosso respeito o Deputado Dalmo - apenas doação para construção de casa popular, se podemos resolver o problema das penitenciárias?

O que nós vimos lá é de horrorizar, e vocês ouvem, pela imprensa, o governo dizendo que está tudo bem, que não há problema algum, não há problema carcerário, não há problema penitenciário. Eu gostaria que grande parte dos Deputados fizesse as viagens que o Deputado Sargento Rodrigues faz. Tive oportunidade de ir à terra do Deputado Bráulio Braz, Deputado Sebastião Helvécio, onde, na cadeia, cabem 24 presos, e havia 142 - até um menino de 13 anos, há seis meses preso. Por que não fazem a doação desse imóvel e transferem essa doação para a cidade de Muriaé, para que possam resolver um problema que é do governo? Isso é o que temos de discutir. A doação de imóvel, a doação de terreno; temos outras prioridades, outros negócios que precisam ser revistos. Precisamos discutir, Presidente, várias formas de doação, vários requisitos. Para discutir um projeto ou fazer o encaminhamento de votação, temos de, às vezes, divagar um pouco, contar algumas histórias, falar alguma coisa. Até para dizer que o Governador deve estar dormindo numa hora desta e que não podíamos acordá-lo, porque pedi para falar com ele o que estou falando aqui.

E o nosso direito de fala, Presidente? Fui Presidente aqui, por dois anos, e jamais isso aconteceu. Vivemos um momento importante, em que o ex-Governador Itamar Franco dava toda a liberdade a este Parlamento. Na época de Itamar Franco, houve mais de 12 CPIs, em quatro anos. Vocês que estão nos ouvindo sabem quantas CPIs foram realizadas no governo de Aécio Neves? Nenhuma, porque ele não permite, e a Assembléia acata, aceita. Se você apresenta requerimento, Deputado Rêmoló Aloise, que foi da Mesa, para obter uma informação da administração do governo, não respondem nada, porque não querem dar satisfação ao Parlamento.

Então, quando discutimos o projeto de doação, quando discutimos o importante Projeto nº 1.440/2007, que altera uma lei até bastante antiga, de 2006...

Vamos votar. Vocês estão iguais ao governo, não têm paciência mais de ouvir o Parlamento. Todos temos de ter paciência, faz parte do regime democrático. Quando vem ordem do governo para eu parar de falar, não paro, continuo falando.

Questões de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Tenho 1 hora para falar, mais 41 minutos, e não há quórum, Presidente. Aproveito o momento para pedir o encerramento da reunião por falta de quórum. Quero fazer um discurso contundente. Então solicitaria a V. Exa. que encerrasse a reunião, de plano.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, solicito a recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 39 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para continuar a discutir o Projeto de Lei nº 1.440/2007, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, daqui a pouco, discutiremos esse projeto polêmico dos pequizeiros. Já deixei claro que sou a favor do projeto. Atenderei o apelo do Deputado Doutor Viana e do Líder do Governo.

Se as galerias me deixarem falar, deixarei votar, se não deixarem não será votado porque vou segurar aqui até amanhã cedo. Sou meio bruto e burro porque não aceito imposição nem ameaça. Não aceitei deste governo que aí está e muito menos de pessoas que ainda não conheço, mas pelas quais tenho todo o respeito.

Sr. Presidente, quero dizer que este projeto do Deputado Dalmo tem de ser analisado de vários ângulos. Deputado Rêmoló Aloise, discutirmos aqui o Decreto-Lei nº 44.309, do Governador, que pegava o coitado do cara da roça com uma varinha de pescar de bambu e o multava em R\$500,00. Deputado Carlos Arantes, discutimos essa questão aqui, hoje mandaram uma proposta de mudança desse decreto.

E o coitado do rapaz que estava plantando tomate na minha região, que tinha uma lavoura que nem dava R\$8.000,00, a polícia foi lá e o multou em R\$15.000,00. Na Casa, reagimos contra esse projeto. E a platéia estava contra esse decreto. O governo havia feito compromisso de mudar o decreto no final do ano passado. Parece que agora o mudará. Mas ele precisa mudar também os critérios dos confiscos de terra que estão ocorrendo no Estado.

Isso acontecia na época da ditadura. Sei que agora estamos vivendo uma ditadura mais moderna, a ditadura do poder econômico, do poder financeiro e da imprensa. Mas é uma ditadura. Deputado Doutor Viana, hoje eles vão à região e confiscam uma serra, Deputado Getúlio Neiva, mas os caras não sabem para que foi feito, o que não foi feito, quem pagará ou deixará de pagar. Na última segunda-feira, estivemos em Congonhas, onde também houve um decreto de desapropriação. Chegou ao absurdo de o Governador baixar um decreto desapropriando o nosso Instituto para doar o nosso imóvel ao Ministério Público. Essa questão precisa ser discutida.

Quando se discute o Projeto de Lei nº 1.440/2007, já está mudando o projeto de 2006. O projeto nem entrou em vigor, mas já está sendo mudado. Temos de discutir essa questão. Será que para desapropriar um prédio para entregá-lo ao Ministério Público - um prédio do nosso Instituto dos Parlamentares - o governo tem dinheiro?

Estamos votando uma suplementação de verba para o Tribunal de Justiça que não cuida das comarcas do interior. Como já disse aqui, em minha cidade, Pará de Minas, a Justiça Criminal não tem a mínima condição de trabalhar. Deputado Antônio Genaro, estão marcando audiência para 2011, quando a maioria das pessoas que têm conflito com a lei ou estão envolvidas com qualquer delito terão seus julgamentos prescritos.

Aí, vem a sociedade falar da imunidade ou da impunidade. Temos de discutir essas questões. Se há boa-vontade para fazer doação, confiscar e desapropriar por que não há boa-vontade para resolver os problemas que afligem o nosso povo. Deputado Getúlio Neiva, V. Exa. nos ajudou muito no debate desse decreto que discutimos. Dei uma corrida de olho nele e vi que melhorou muito apesar do atraso, porque já era para ter sido votado no final do ano passado. Até entendo que a polícia parou de agir com aquela voracidade de multa. O mais importante hoje não é a preservação do pequizeiro, da água ou do meio ambiente. O que interessa hoje à Secretaria de Meio Ambiente são as multas. São os papéis, e não o objetivo real de preservação do meio ambiente. Isso não interessa.

Se você tem um documento, poderá fazer o que quiser. Tirar pequizeiro do chão, forçar até dentro do setor dos riachos, se você tiver uma licença que todo o mundo sabe como foi conseguida.

Essa é a discussão. Precisamos ter a coragem para fazer. O Parlamento precisa enfrentar, o Parlamento precisa discutir. Não podemos aceitar de qualquer forma o que o governo manda, tendo de agachar, abaixar a cabeça, e que seja feita a sua vontade. Não sirvo nem servirei para isso.

Concedo aparte ao grande autor do projeto, meu amigo Dalmo.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Antônio Júlio. Quero mais uma vez saudar V. Exa. nesta noite. Sempre tive e terei o maior respeito por V. Exa., pelo seu trabalho incansável como parlamentar dedicado que procura sempre as ações maiores para o nosso Estado e particularmente para a sua região. Fico muito feliz quando V. Exa. encaminha favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.440, de nossa autoria. Peço vênia para dizer que esse projeto vem ao encontro da população de Frutal, uma vez que temos essa área para a qual buscamos alteração, garantindo assim mais moradias para essa progressista cidade do Triângulo. Pude entender a aspiração da Prefeitura, com quem estive na Cohab. O Governador Aécio Neves procura entregar ao Estado de Minas Gerais 40 mil casas, sob a condução do Presidente Teodoro Lamounier e do Secretário Dilzon Melo.

Como não poderia ser de outra forma, o projeto precisa passar pelo crivo da Assembléia Legislativa para ser efetivamente apresentado à Cohab, após a sanção do Governador, atendendo assim ao grande sonho daqueles que ainda não têm sua casa. Esse conjunto habitacional prevê a construção de mais de 150 casas. O projeto já foi analisado e aprovado pela própria Cohab.

Deputado Antônio Júlio, neste discurso interessante em que V. Exa. encaminha favoravelmente à aprovação do projeto, quero agradecer-lhe e também contar com o apoio de todos os companheiros. Esse projeto é muito importante para Frutal. Na sexta-feira, iniciaremos entendimentos com a Cohab, o governo do Estado, que tanto tem feito para o Município e particularmente para o setor da habitação. Minas dá um exemplo maior para os outros Estados. Portanto, parabéns V. Exa. e conclamo os ilustres pares a seguir o apoio favorável ao Projeto de Lei nº 1.440. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio* - Caro Deputado Dalmo, quando analisava o projeto, achei que ele se referia à sua região, o Sul de Minas, mas é ao Norte de Minas, de onde tenho tristes lembranças. Quando o governo do Estado, há três anos, emitiu certidão falsa com o meu nome, patrocinada pela Secretaria de Fazenda aqui em Belo Horizonte e emitida em Frutal, queria denunciar-me como grande devedor de ICMS. Quem dera se eu fosse! Veja a que ponto chega este governo quando quer massacrar alguém. Mas ele deu um azar terrível. Quando a imprensa estava preparada para dar a notícia, mostrei aos jornalistas: "Vocês estão me dando uma metralhadora de vários tiros, de vários calibres". O governo tinha de apurar, mas não apurou, Deputada Elisa Costa.

Eu não tive o apoio dos parlamentares desta Casa. Uma coisa gravíssima. Tão grave como foi aquele porteiro que denunciou o Palocci, em Brasília. Foi naquele período. Uma certidão falsa, falsificada da Secretaria de Fazenda da cidade de Frutal. Queriam que eu pegasse o coitado que deu a certidão e o processasse. Disse que não. Quero saber quem mandou. Quero saber quem deu a ordem e qual foi o objetivo. Se era para me desmoralizar, perderam tempo, mas passei por isso, Deputado Sebastião Costa. Isso foi antes de eu ser reeleito.

Mais uma vez, para quem não me conhece, quero dizer que estou no quinto mandato com o mesmo posicionamento. Então, não tenho medo de cara feia nem de governo. Tenho sempre respeito às minhas convicções. Digo isso para que vocês vejam o que passamos com essa ditadura que se implantou em Minas Gerais. Se você não reagir, não bater a mão na mesa, eles não o respeitam. Quando esse governo quis comprar o PMDB nas eleições passadas, fui o único que bati a mão na mesa ali, naquele lado, e disse: vai vender, mas não vai entregar porque não permitiremos. São poucos os que têm a coragem de ter esse posicionamento. Então, graças a Deus, tenho esse posicionamento. Vou atender a uma solicitação do Líder, Deputado Mauri Torres, e do Doutor Viana, meu amigo, que querem ver esse projeto votado em 1º turno. Não será votado, infelizmente, porque foi apresentada uma emenda, e o projeto voltará para a Comissão. O Deputado Doutor Viana dará essa explicação. Não estou aqui para impedir a votação deste projeto. Pelo contrário, talvez, Prefeito, eu seja o único Deputado que defenderei o desmame de pequizeiro. Até hoje, há muita polêmica e hipocrisia, mas ninguém deu uma explicação lógica sobre a preservação da forma equivocada como é feita hoje.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Antes que V. Exa. conclua, gostaria de cumprimentá-lo pela coragem do seu pronunciamento e, mais ainda, pelo momento. A nossa platéia talvez não compreenda o que ocorre na Assembléia. Talvez não saiba como funciona a tramitação dos projetos e não perceba que, muitas vezes, para resolver o problema de um projeto, se discuta outro, até que os demais colegas e companheiros entendam a posição desta Casa. Por isso, cumprimento o Prefeito Leone e sua assessoria, que estão aqui conosco, dizendo-lhes que esta Casa está assistindo ao pronunciamento do Deputado Antônio Júlio, um dos mais autênticos representantes do povo mineiro. Ele merece não apenas aplausos, mas aplausos de todos nós.

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigado, Getúlio. Eu não me importo com aplauso e gosto muito de aplauso, como também gosto de ser homenageado. Sou um homem público comum como os outros. Às vezes, tenho convicções mais firmes pela minha trajetória e meu passado. Eu, com 16 anos, sei quanto sofri com a ditadura militar, que, para a maioria que nos escuta, não interessa. Passamos pelo dia 31 de março, e não houve nenhuma palavra da imprensa nem de nenhum parlamentar sobre a situação, pelo menos, daquela malfadada ditadura que nos foi imposta no dia 31 de março. Isso me revolta um pouco, e até tenho dito que, às vezes, tenho uma depressão revolucionária. Tenho de me lembrar do meu passado, até para continuar fazendo o presente e o futuro, porque o Parlamento - e digo isso para vocês que nos ouvem das galerias - nos dá tristeza. Quando critico os meus colegas Deputados e a Assembléia Legislativa, faço-o com o coração doendo, porque aqui é a base e a sustentação da democracia. Essa apatia da Assembléia Legislativa, essa apatia do Congresso Nacional e essa apatia das Câmaras Municipais deixaram que o Poder Executivo mandasse e desmandasse em todos os níveis, e transferimos isso para a sociedade, que já não discute projetos e sua situação e já não tem solidariedade. Vivemos hoje em um Estado em que cada um cuida de si. Estamos vendo aí o processo eleitoral de Belo Horizonte, onde o conjunto da comunidade não tem importância, mas sim dois autores ou dois atores. Não se discute um grande projeto.

Então, digo isso com tristeza, porque lutei e sofri muito para que pudéssemos ter essa liberdade de expressão. Vejo com muita tristeza, quando

a nossa expressão, se não estiver sendo transmitida ao vivo ou não tenha sido mandada cortar... Não conseguimos falar.

Falamos para umas poucas pessoas do interior e daqui, de Belo Horizonte, a fim de que comecem a compreender o que está se passando em nosso Estado. Minas Gerais está andando de ré, não tem recebido investimentos. Há quatro anos, tenho dito isso. Minas Gerais fala de um crescimento fantástico da nossa mineração. O que estão fazendo com o nosso minério é um absurdo, é pior que o que fizeram com o nosso ouro. Estamos vendo isso, mas não temos capacidade de reagir. Sou daqueles que gostam de investimento, mas a questão minerária, não só em Minas Gerais, mas no País, precisa ser revista. O Presidente Lula poderia barrar a exportação do nosso minério da forma como está sendo feita, ou seja, sem nenhum critério. Na Mina Capão Xavier, se está trabalhando 36 horas por dia, porque sabem que, a qualquer momento, a nossa ação será julgada, paralisando assim as atividades; ou o governo vai acordar. Por que, então, vamos exportar toda a nossa riqueza minerária da forma como estamos fazendo, sem nenhum critério, apenas para atender ao capital? Em 1976, em pleno regime militar, em plena ditadura, esta Assembléia Legislativa fez uma CPI para denunciar, já naquela época, o que denunciemos até hoje. Houve uma parada, mas, quando houver essas benesses do governo atual, levarão tudo o que Minas Gerais tem. Precisamos guardar para o futuro, precisamos ter uma reserva. Pelo visto, não teremos nenhuma reserva.

Aproveitei este momento, Deputado Ruy Muniz, porque temos de nos manifestar; há 10 dias, não faço isso. Sou um Deputado presente, estou nas Comissões, trabalho, viajo, sei das mazelas e da mentirada do governo. Quando ele diz que não há problemas de penitenciária, é porque não sabe, já que trabalha só com números, gelados e frios, com dados estatísticos mentirosos. Segundo a segurança de Minas, a incidência de crimes bárbaros diminuiu; porém, a Polícia Militar não pode mais analisar os crimes bárbaros. Tem de mudar o código para que possa, estatisticamente, dar um resultado favorável. Ora, a quem estão enganando?

Estamos fazendo essa discussão, Deputada Elisa Costa; aliás, peço-lhe desculpas por ter falado do seu Partido, porque, nós, que sofremos com a ditadura, que lutamos pela liberdade de expressão em todos os sentidos, ficamos indignados ao ver que, em Belo Horizonte, para se eleger o próximo Prefeito, preocupa-se mais com os negócios, não com a população da cidade. Quando precisamos defender esse projeto que vamos aprovar no 1º turno ou pelo menos encerrar sua discussão, não ouvimos uma palavra. Essa questão do pequizeiro precisa ser resolvida o mais rápido possível. Será que o pequizeiro é mais importante que as nossas serras, que a Serra da Moeda? Será que a Serra da Moeda e as outras, que estão sendo detonadas, não têm importância e só o pé de pequizeiro tem? Faço um alerta aos Deputados para que façamos uma reflexão. Não sei se o pessoal das galerias sabe como funciona o processo. Agora o projeto volta para a Comissão, para que, nesta semana de votação, de hoje até terça-feira, possamos ter mais uma discussão e fazer um projeto bom, que deixe de lado a hipocrisia. Acho que aqueles que defendem o pequizeiro também deveriam defender os nossos minérios. O minério é tão importante quanto a preservação ambiental. A China passou a comprar o minério do Brasil porque lá, Deputado Rêmoló Aloise, eles têm um passivo ambiental fantástico e recuperável. Então pararam de produzir e compram do Brasil, para tentar achar uma saída que melhore a questão ambiental da China. Os navios estão fazendo filas nos portos, para exportar.

Sr. Presidente, desculpe a nossa empolgação, mas aproveitamos o momento para esclarecer as pessoas que estão aqui presentes. Tenho certeza que a maioria das pessoas que me ouviram devem estar fazendo uma reflexão. Quando forem ler o jornal amanhã ou depois de amanhã, verão que o que falamos aqui é a realidade.

Nenhum deles viu no jornal ou no noticiário que houve greve em Minas Gerais. E não foi uma, não. Foram várias. Mas nada acontece, porque não pode acontecer, porque Minas não tem problema. Então, quando Minas faz essa doação, Deputado Dalmo, você está de parabéns. Apesar de eu não ter mágoa, essa lembrança triste da cidade de Frutal, do povo de Frutal nem da Prefeitura, pelo contrário, a Prefeitura tentou ajudar-me a esclarecer, mas aqueles sabidos de plantão queriam, de todas as formas, que eu condenasse quem assinou aquele documento falso, e não tive o apoio da Assembléia Legislativa, não tive o apoio da Secretaria. Estou movendo uma ação contra o jornal, contra o Estado. Isso não me interessa. Essas indenizações não me interessam, porque não me fizeram escravo. Sabe por que não fizeram? Porque procuro andar mais ou menos corretamente com minhas coisas. Não vou dizer que sou correto, porque seria hipocrisia. Mas pelo menos por isso Frutal me deixou essa lembrança que relembrei, com tristeza, mais esse fato, na minha vida pública, que vivi na ditadura desse atual governo.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.440/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 725/2007, do Deputado Doutor Viana, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.883, de 2/10/92, que declara de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte no Estado de Minas Gerais o pequizeiro e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela rejeição do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDA Nº 3 AO PROJETO DE LEI Nº 725/2007

Acrescente-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

"Art. ... - Esta lei entrará em vigor cento e oitenta dias após sua publicação."

Sala das Reuniões, 15 de maio de 2008.

Adalclever Lopes

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 725/2007

O parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.883 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - (...)

Parágrafo único - O abate de pequizeiro ("caryocar brasiliensis") será permitido nas áreas urbanas e distritos industriais mediante autorização prévia do órgão municipal competente."

Sala das Reuniões, 15 de maio de 2008.

Luiz Tadeu Leite - Paulo Guedes.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentados ao projeto uma emenda do Deputado Adalclever Lopes, que recebeu o nº 3, e um substitutivo dos Deputados Luiz Tadeu Leite e Paulo Guedes, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda e o substitutivo com o projeto à Comissão de Meio Ambiente para parecer.

Questão de Ordem

O Deputado Doutor Viana - Só para dar uma explicação, percebemos a ansiedade da comunidade aqui presente, exatamente porque a cidade de Sete Lagoas está vivenciando um momento difícil. Quando fomos discutir as questões de mineração para o próximo seminário "Minas de Minas", estávamos lá eu, os Deputados Fábio Avelar, Padre João, Carlin Moura e Jayro Lessa, representando esta Assembléia. A pedido do Prefeito Municipal Leone Maciel, que está presente, percebemos uma ansiedade do povo de Sete Lagoas, que, há 20 anos, inseriu em seu plano diretor uma área determinada para distrito industrial. A lei do pequizeiro veio bem depois. Votei a favor dela. Com muito orgulho, formei-me no Norte de Minas, pela Unimontes, como médico, e conheço a importância do pequizeiro, principalmente para o Norte de Minas. Votamos favoravelmente a que o pequizeiro seja uma árvore de preservação permanente, mas não imaginávamos que a cidade de Sete Lagoas passaria por este momento, com várias empresas para se instalarem em seu distrito industrial, que é uma área grande, já de dimensão urbana, e a cidade não poder receber essas empresas, que gerarão recursos, renda e empregos que tirarão pessoas da ociosidade, da violência e das drogas, uma questão extremamente importante do ponto de vista social, por causa dessa lei do pequizeiro. A cidade está sendo impedida de receber a primeira empresa, que está pronta para se instalar. Se não votarmos uma abertura nessa lei do pequizeiro, não será fácil a AmBev se instalar em Sete Lagoas, trazendo de início mais de mil empregos para a cidade. Nós, os cinco Deputados que estávamos presentes, recebemos essa convocação para, na Assembléia, procurarmos não tirar a capacidade de preservação do pequizeiro, mas abriremos uma folga na lei para permitir, nas áreas urbanas não só de Sete Lagoas, mas de outras cidades que porventura venham a precisar de instalar uma indústria qualquer que traga desenvolvimento econômico e social para a comunidade, a derrubada de algumas árvores que serão repostas. Temos a preocupação com a compensação. Estamos estabelecendo que, para cada pé de pequi derrubado, sejam plantados pelo menos 10 pés novos de pequi. É essa a finalidade da mudança da lei do pequizeiro, com a ajuda dos Deputados Luiz Tadeu Leite e Paulo Guedes. Em nome do Norte de Minas, principalmente, entendemos ser importante a apresentação dessa emenda por esses dois Deputados, dando uma redação melhor ao que o projeto de lei de minha autoria propõe, para sanar essa questão. Concordamos e vamos aceitar a emenda, que voltará à comissão. Digo isso para o povo de Sete Lagoas e região, que está aqui presente e os que estão nos acompanhando pela TV Assembléia, para que entendam que essa emenda voltará para ser analisada na Comissão de Meio Ambiente e ser aceita. Depois voltará para ser votada em 1º turno e 2º turno, no Plenário. Portanto não voltará hoje por esse motivo. Mas será votada, porque o sentimento da maioria absoluta dos Deputados da Assembléia é o de viabilizar não só esse empreendimento, mas todos que advirão a Sete Lagoas a partir da liberação da lei do pequizeiro, da maneira que estamos apresentando. Não é uma liberação total, não estamos liberando de forma irresponsável, mas para que o pequizeiro não sirva de empecilho ao desenvolvimento não só de Sete Lagoas, mas de qualquer cidade de Minas Gerais. Tinha de dar essa justificativa ao povo de Sete Lagoas, que se deslocou com muita esperança da votação já em 1º turno, porque a empresa, se não houver essa liberação, será instalada no Rio de Janeiro, que tem área disponível, sem precisar derrubar nenhum pé de pequi e sem nenhuma obstrução à sua implantação no Rio de Janeiro. Então a briga é para que ela seja instalada em Sete Lagoas. Esse é um pedido não só do Prefeito, mas da CDL, da Câmara, de todas as lideranças presentes e do povo em geral, para levar o desenvolvimento para Sete Lagoas. Essas eram as minhas considerações, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Presidente - Proseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.973/2007, do Governador do Estado, que altera as Leis nºs 15.462, de 13/1/2005, 15.786, de 27/10/2005, e a Lei Delegada nº 175, de 26/1/2007 e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela juridicidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Administração Pública perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 5, que apresenta. Continua em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Adalclever Lopes.

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, senhoras e senhores. Venho hoje a esta tribuna para discutir o Projeto de Lei nº 1.973/2007. Esse projeto, Sr. Presidente passou pelas Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e hoje vem para ser discutido em Plenário. Dizia ao querido e nobre Deputado Getúlio Neiva que essa era uma discussão que o parlamento precisa fazer. Precisa fazer imediatamente, querido Deputado Getúlio Neiva. V. Exa. conhece bem o projeto, estudou-o, tem feito bem não só ao parlamento de Minas, mas também ao parlamento nacional, mostrando que a presença é fundamental nas discussões de todos os projetos. V. Exa. tem feito isso com um brilhantismo fantástico. Caro Deputado Getúlio Neiva, como V. Exa. já se posicionou a respeito desse projeto, neste momento, pedimos a V. Exa. e ao nosso Presidente que o nobre Deputado possa contribuir com um aparte, a fim de acrescentarmos algumas emendas a esse projeto.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Gostaria de ressaltar a posição correta do Deputado Antônio Júlio para o meu líder, Adalclever Lopes, para a platéia e para os senhores espectadores. Este parlamento foi feito para que o parlamentar discuta as coisas. Qualquer tentativa de obliterar a condição de um companheiro discutir qualquer assunto não terá o nosso apoio. Trabalharemos para que o Deputado tenha espaço para discutir os assuntos da maneira mais vasta possível. Ainda estou inconformado porque a Mesa não atendeu ao meu apelo. Fui ao Presidente e ao Secretário e pedi que o horário de discussão fosse estendido até às 18 horas, e que se desse espaço de 1 hora a cada Deputado para o art. 70 ou que se subdividisse esse espaço. Não podemos perder esse espaço de divulgação da atuação do parlamentar. O parlamentar tem de ter o direito de falar o que quer, ou isso não é democracia. Se o Regimento está atrapalhando, vamos nos reunir para mudá-lo. Mude-se o Regimento. Quem tem de mandar na Assembléia é o parlamentar que ganhou o voto para estar aqui, para constituir este Poder. Por isso pedi socorro a V. Exa. É uma questão de princípios. Não é apenas a questão desse ou daquele projeto. É uma questão de princípio: parlamentar tem que ser respeitado pela Casa e pela competência. E se o Regimento atrapalha, temos de mudá-lo.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Primeiramente quero comungar com o Deputado Getúlio Neiva, grande parlamentar, que sempre que vem à tribuna, seja no uso da tribuna livre, seja para trazer suas sugestões ou reivindicações, seja para debater os projetos o faz de maneira brilhante e de forma construtiva. Compreendo, da mesma forma, as preocupações regimentais do nosso Presidente José Henrique, companheiro de Partido do Deputado Getúlio Neiva e do Deputado Adalclever Lopes. Precisamos encontrar sempre o ponto de equilíbrio entre cumprir o Regimento e não deixar que falte espaço para debate. Esse é o grande sentido de estarmos aqui e ficarmos o tempo necessário, até à madrugada, para debater, de maneira construtiva, especialmente um projeto como esse, que trata de questões ligadas à saúde pública, ao reajuste de servidores. Antes de me aprofundar nesse tema da saúde pública, vou falar de algo que também afeta a saúde das pessoas: o desenvolvimento econômico, a possibilidade de se gerar emprego, a agricultura, que tem a ver com a saúde, com o projeto que estamos discutindo. Estivemos discutindo há poucos minutos - o Doutor Viana ocupou a tribuna - a questão do pequizeiro, o pé de pequi, uma árvore que tem importância ecológica, cultural, para a saúde, porque é alimento para muitas pessoas. Obviamente queremos que ela seja preservada. Mas não faz sentido tratar o pé de pequi como algo tão idolatrado quanto a vaca nas ruas da Índia; não faz sentido tratar o pé de pequi, numa época em que se tem a possibilidade da clonagem, como algo absolutamente intocável, sob pena de mandar prender, sob pena de embargar a implantação de uma empresa que gerará centenas, milhares de empregos. Por que digo isso? A legislação, no passado, numa reação provavelmente ideológica - não vamos condenar os legisladores do passado -, talvez num gesto para dizer que não se deve desmatar o nosso cerrado e transformar os nossos pequizeiros em carvão, que é o que estavam de fato fazendo, transformou em crime o corte de pés de pequi. E não havia absolutamente qualquer atenuante: não se poderia cortar ou arrancar pé de pequi em lugar nenhum, nem para se construir uma rodovia, nem para se implantar uma empresa, nem para se construir um hospital. Foi essa a reação dura por parte do Parlamento mineiro. Ora, não tem bom senso essa lei. Ela está transformando-se na lei da extinção do pequi. Quando uma pessoa vê nascer um pé de pequi em sua propriedade manda roçar, manda cortar. A Deputada Elisa Costa conhece bem o Norte de Minas. E isso não é só no Norte, mas em toda Minas Gerais, porque é uma planta nativa frutífera, saudável, que promove saúde como o projeto que estamos debatendo. Mas, se ela vir um problema sério, as pessoas querem evitá-la. Então se transformou na lei da extinção do pequi. Já debati isso no IEF. Os técnicos de lá ficam assustados. Em Divinópolis, queriam implantar um abatedouro numa área apropriada. Queriam fechar o abatedouro que se encontrava no centro da cidade, poluindo, o que iria gerar muitos empregos e resolver um grande problema ambiental. Mas no terreno havia dois pés de pequi e não podiam cortá-los. Poderiam ser plantados 100 pés de pequi, 1.000 pés de pequi num lugar mais apropriado. Mas não podia. A lei

proibia. Estou dizendo isso, porque fui autor de um projeto de lei da mesma natureza, que foi anexado a um projeto do Deputado Toninho Andrade. Quando o Deputado Toninho Andrade elegeu-se Deputado Federal, colega de Partido do Deputado Adalclever Lopes...

O Sr. Presidente - Eu só chamo a atenção para o fato de que o Deputado Adalclever Lopes está discutindo o projeto que trata da tabela dos servidores públicos da área da Saúde. Portanto, V. Exa. está desviando do assunto, e a Presidência está querendo cumprir o Regimento Interno. Penso que V. Exa. está faltando um pouco com a boa convivência, porque é bom que se cumpra o Regimento, para esta Casa ter um bom funcionamento.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Concluindo, lembro que estava pedindo uma questão de ordem ao nobre Presidente, quando V. Exa., ouvindo a competente assessoria da Mesa, insistiu em não dar nem a mim, nem ao Deputado Paulo Guedes, que estava aqui.

O Sr. Presidente - Gostaria de lembrar ao Deputado que chamei a atenção do Deputado Antônio Júlio, que estava na tribuna, porque ele estava se desviando do assunto. Se abirmos exceção na Casa, não conseguiremos manter o funcionamento normal das reuniões.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Quando eu estava me postando diante do microfone, pedindo questão de ordem, ainda não havia se iniciado a discussão do Projeto nº 1.973. Estou apenas justificando a V. Exa. que tive a aquiescência do orador, que tem 1 hora para falar, e fico assustado com a pressa dos outros companheiros de que esse tempo se esgote. Estou vendo o orador calmo e estou debatendo um tema que envolve uma determinada matéria discutida aqui, hoje, que tem a ver com a saúde das pessoas. Gerar emprego tem a ver com a saúde das pessoas. Estamos discutindo um projeto que envolve a remuneração de quem trabalha com a saúde das pessoas.

Concluindo, Deputado Adalclever Lopes, tomei a iniciativa, assim como o Deputado Doutor Viana, num lapso de tempo de cinco dias, de pedir o desarquivamento do projeto, que foi desarquivado e se tornou um projeto sob o patrocínio do Deputado Doutor Viana, com muita justiça, porque ele é um dos mais competentes Deputados desta Casa, meu parceiro e amigo. Ainda hoje, eu lhe dizia que tinha pensado que o projeto seria discutido sob a minha autoria, por ter pedido o desarquivamento, conforme tenho aqui o protocolo. Mas vejo, com alegria, que ele será discutido em nome do Deputado Doutor Viana e terá nosso apoio entusiástico, porque contribui para a saúde econômica do nosso povo. Preservar o pé de pequi, mas não transformar isso num monstro sagrado. Permitir a sua reposição de maneira adequada, quando for necessária a sua retirada. E que o Deputado Adalclever Lopes possa concluir a sua fala, trazendo, como sempre, de maneira brilhante, a sua contribuição para debater o Projeto nº 1.973, sobre as questões salariais dos servidores da saúde. Todos nós, por unanimidade - não ouvi aqui nenhuma voz dissonante -, queremos votá-lo e queremos que ele possa gerar uma melhor remuneração aos servidores da área da saúde. Assim como desejamos, em breve, Deputado Adalclever Lopes, ter aqui um projeto sobre o qual tratei com a Secretária Renata Vilhena, que trata da remuneração dos profissionais do IMA, que também cuida de saúde - a saúde animal. Cuidando da saúde animal, cuida de evitar doenças ao ser humano por uma questão absolutamente elementar das zoonoses, das doenças transmitidas dos animais para o homem. Pensamos até em emendar o Projeto nº 1.973/2007. Seria absolutamente adequado emendar o projeto, dizendo que os profissionais do IMA também cuidam de saúde. E vamos ampliar esse benefício. Tive a notícia, muito tranquilizadora, da Secretária Renata Vilhena, de que o projeto já está em fase final de elaboração, e poderemos, em breve, votar também uma gratificação, um aumento salarial não só para os veterinários mas para todos os profissionais do IMA. Agradeço imensamente ao Deputado Adalclever Lopes a paciência e o aparte que nos concedeu, e agradeço à Presidência a tolerância. Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - Deputado Adalclever Lopes, agradeço a oportunidade, primeiro pelo prazer de fazer um aparte no seu pronunciamento. Em seguida, gostaria de registrar que o tema que estamos debatendo, o prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto nº 1.973, diz respeito ao reajuste dos servidores da saúde do Estado de Minas Gerais. Queria dizer ao Deputado Adalclever Lopes e a toda a Bancada do PMDB da admiração que temos pelos Deputados desta Casa, sob a Liderança do Deputado Gilberto Abramo, e que temos um grande Ministro da Saúde, que é filiado ao PMDB. O PMDB garante a sustentação e a governabilidade do governo Lula e está presente na maioria dos Municípios brasileiros. Esse Partido tem uma importância fundamental na consolidação do projeto nacional de desenvolvimento, de distribuição de renda e de crescimento deste país. Em relação a esse projeto, gostaria de registrar uma discordância. Somos favoráveis ao reajuste de 12% na tabela dos servidores, pois acreditamos que a saúde necessita de mais investimentos. Deputado Antônio Júlio, desejamos que o Governador Aécio Neves possa contribuir efetivamente com os 12%, o que é um compromisso do Estado, e não apenas com o limite dos 7%. É preciso que o Estado invista mais em saúde. O reajuste poderia ser maior, mas o limite dos 12% contribuirá para garantir os direitos dos servidores do Estado. Apresentamos uma emenda importante para os servidores da enfermagem. O governo propôs o aumento da sua carga horária de 30 para 40 horas. Para um serviço tão sensível, especialmente o prestado na Fhemig e nos hospitais de Minas Gerais, deve ser mantida a carga horária de 30 horas semanais, pois esse trabalho é extremamente desgastante. Precisamos valorizar o servidor, para que cumpra bem o seu trabalho, e uma política pública tão importante para Minas Gerais. Agradeço o seu pronunciamento e a toda a Bancada do PMDB, pelo trabalho nesta Casa, em Minas Gerais e na sustentação do governo Lula. Esperamos contar com o apoio desta Casa na votação do reajuste, destacando-se essa emenda, para que os servidores da área de enfermagem possam continuar com a carga horária de 30 horas e com a garantia de melhora em seus salários, para que possam prestar um bom atendimento hospitalar e uma política pública tão importante para a nossa população. Muito obrigada.

Questão de Ordem

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, gostaria de pedir o encerramento da reunião, tendo em vista a inexistência de quórum. Peço também a preservação do nosso tempo, para darmos prosseguimento a essa discussão amanhã, pois a maioria dos parlamentares já foi para as suas casas. Amanhã voltarão com a cabeça mais limpa, tranqüila e fresca. Quem sabe, Deputado Domingos Sávio, depois de jantarmos hoje um franguinho com pequi, amanhã voltaremos à discussão com mais saúde.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 14, às 9 horas e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/5/2008

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Gilberto Abramo; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; suspensão e reabertura da reunião; renovação da votação do requerimento; aprovação - Requerimento do Deputado Eros Biondini; aprovação - Chamada para recomposição do número regimental; inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmolo Aloise - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Neider Moreira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 1.440/2007, apreciado na extraordinária realizada ontem, à noite, bem como o Projeto de Lei nº 725/2007, que, na referida reunião, recebeu substitutivo e emenda e foi devolvido à Comissão de Meio Ambiente, para parecer.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Gilberto Abramo, solicitando seja mantida a preferência regimental na ordem do dia, de modo que a Proposta de Emenda à Constituição nº 22/2007 seja apreciada em primeiro lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico. Para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 18 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência torna sem efeito a votação do requerimento.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 4º do art. 249 do Regimento Interno, vai suspender a reunião por 15 minutos para que se configure o quórum para a continuação dos trabalhos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. A Presidência vai renovar a votação do requerimento do Deputado Gilberto Abramo. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do Deputado Eros Biondini, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 15/2007 seja apreciado em primeiro lugar, entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Lafayette de Andrada) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 42 Deputados. Portanto, não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição, mas há quórum para a apreciação das demais matérias constantes na pauta. No entanto, com a saída de Deputados do Plenário, a Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 274 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.096/2008, uma vez que permaneceu em ordem do dia por quatro reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 29/4/2008

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ademir Lucas, Inácio Franco, Ivair Nogueira e Gustavo Valadares (substituindo este ao Deputado Elmiro Nascimento, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ademir Lucas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Eduardo Nepomuceno de Souza e outros (26/4/2008), de servidores da Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba (24/4/2008) e do Sr. Orlando Adão Carvalho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado (24/4/2008). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.718/2007 no 1º turno (Deputado Chico Uejo) e 2.098/2008 no 1º turno (Deputado Inácio Franco). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.200/2008, do Deputado Arlen Santiago, 2.238/2008, do Deputado Gilberto Abramo e outros, e 2.257/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2008.

Elmiro Nascimento, Presidente - André Quintão - Inácio Franco - Ivair Nogueira.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/5/2008

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Inácio Franco e Neider Moreira (substituindo este ao Deputado Djalma Diniz, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.264, 2.267 e 2.269/2008. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.867 e 1.953/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2008.

Juninho Araújo, Presidente - Gil Pereira - Padre João.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/5/2008

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Jangrossi, Padre João, Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 2.251/2008, em turno único (Deputado Chico Uejo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.146/2008 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi). Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.069/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Vanderlei Jangrossi, Antônio Carlos Arantes, Padre João, Chico Uejo e Getúlio Neiva, em que solicita seja realizada reunião com os convidados que menciona, para debater a possível falta de alimentos em razão da adoção de políticas de aproveitamento de "commodities" agrícolas para a geração de biocombustível. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2008.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Getúlio Neiva.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/5/2008

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Bráulio Braz, Eros Biondini e Antônio Júlio (substituindo este ao Deputado Vanderlei Miranda, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Gláucia Brandão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bráulio Braz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Júlio em que

solicita seja realizada reunião conjunta da Comissão com a Comissão de Meio Ambiente, no Município de Congonhas com a finalidade de se verificarem e discutirem as conseqüências e os impactos possíveis advindos do decreto baixado pelo Governador do Estado em 12/12/2007, que declara de utilidade pública para fins de desapropriação área e benfeitorias necessárias à implantação e à ampliação de distrito industrial de Congonhas; e Braúlio Braz em que solicita reunião da Comissão, com a presença da Secretária de Turismo, Sra. Érica Campos Drummond, para que possa expor os projetos dessa Secretaria no âmbito do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2008.

Braúlio Braz, Presidente - Cecília Ferramenta - Eros Biondini.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/5/2008

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Weliton Prado, Ronaldo Magalhães e Padre João, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Weliton Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir, em audiência pública, questões relativas à prestação de serviços da Copasa-MG no Município de Congonhas. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Carlos Alberto Recch Filho, Prefeito Municipal de Arinos, publicado no "Diário do Legislativo" de 26/4/2008. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.397/2007, no 2º turno, e avoca a si a relatoria da matéria. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Anderson Costa Cabido e João Lourenço Gonçalves, respectivamente, Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Congonhas; Paulo Farnезe, Gerente de Departamento Centro-Oeste da Copasa-MG; Marco Aurélio da Silva, Diretor do Procon de Congonhas; Áureo Sérgio de Faria, Presidente da União das Associações Comunitárias de Congonhas - Unaccon -, e José Geraldo Nascimento, Diretor de Relações Institucionais do Sindágua, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 28/2007, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Weliton Prado. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.272/2008. Neste momento, registra-se a presença da Deputada Elisa Costa. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Elisa Costa e dos Deputados Padre João e Ronaldo Magalhães (2), em que solicitam sejam enviados ofícios ao Governador do Estado e ao Presidente da Copasa-MG com vistas a que o contrato celebrado entre essa empresa e o Município de Congonhas seja alterado para adequar-se à Lei nº 11.445, de 2007, e com vistas a que seja cobrada a tarifa mínima de todos os usuários do serviço de água e esgoto do Município de Congonhas, até que sejam sanadas todas as deficiências do serviço público e instalados hidrômetros para todos os consumidores. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados, dos Deputados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2008.

Ronaldo Magalhães, Presidente - Wander Borges - Padre João - Ademir Lucas.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/5/2008

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Carlos Pimenta e Ronaldo Magalhães, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlos Mosconi. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir, em audiência pública, denúncias veiculadas pela imprensa de abuso de poder econômico por parte dos supermercados nas negociações com fornecedores e consumidores e de dificuldade do acesso ao mercado a novos fornecedores, em especial os pequenos produtores. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Adilson Rodrigues e Andrea Gilbert de Lima, respectivamente Superintendente e Gerente Jurídico da Associação Mineira de Supermercados - Amis -; Giovani de Almeida Peres, Gerente de Comunicação da Amis; Conrado di Mambro Oliveira e Carlos José Correa, respectivamente Consultor Jurídico e Coordenador de Comunicação da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais - Fecomércio -; Feliciano Lopes de Abreu, Diretor Executivo do Site Mercado Mineiro, e Maurício Ludgero Siqueira, Presidente do Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Estado de Minas Gerais - Coreminas -, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o Deputado Délio Malheiros, tece as considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.285, 2.286, 2.296 e 2.328/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Mosconi em que solicita seja realizada reunião conjunta da Comissão com as Comissões de Saúde e de Política Agropecuária e Agroindustrial, para debater o uso indiscriminado de agrotóxicos em alimentos, conforme denúncias veiculadas pela imprensa; Délio Malheiros e Vanderlei Jangrossi em que solicitam seja realizada reunião conjunta da Comissão com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para debater denúncias veiculadas pela imprensa do uso excessivo de agrotóxicos em alimentos; Délio Malheiros (2) em que solicita seja realizada audiência pública para debater a conveniência e a oportunidade da venda de ações da Copasa na Bolsa de Valores; e em que solicita enviar ofício ao Denatran solicitando informações sobre a destinação dos recursos recebidos do DPVAT, no percentual de 5%. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados, dos parlamentares e dos demais convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2008.

Délio Malheiros, Presidente - Antônio Júlio - Carlos Pimenta - Ronaldo Magalhães.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/5/2008

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a deliberar sobre proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem

do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Leite em que solicita seja realizada reunião conjunta da Comissão e com a de Direitos Humanos para, em audiência pública, debater a municipalização do Projeto Curumim, com quatro unidades já fechadas; André Quintão em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, debater o Projeto de Lei Federal nº 3.021/2008, que dispõe sobre a certificação das entidades e organizações beneficentes de assistência social. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2008.

André Quintão, Presidente - João Leite - Eros Biondini.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 12/5/2008

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues e Délio Malheiros, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a parceria recém-firmada entre a PMMG e empresários do setor de combustíveis do Município de Montes Claros. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Sr. Eduardo Nepomuceno de Sousa, Coordenador da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Patrimônio Público, que é convidado a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao Deputado Délio Malheiros e ao convidado, para que façam suas considerações. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente - Leonardo Moreira - Ivair Nogueira.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/5/2008

Às 16h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Luiz Tadeu Leite e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Hely Tarquínio e Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Tadeu Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, questões relativas à concessão das aposentadorias pelo INSS no Estado. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Alba Valéria de Assis, especialista em Normas e Gestão de Benefícios do INSS; Suely Teixeira Pimenta de Almeida, advogada previdenciária e acidentária do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região; e os Srs. Manoel Ricardo Palmeira Lessa, Gerente Regional do INSS em Minas Gerais; Sívio Carlos de Almeida Tostes; Chefe do Gerenciamento de Benefícios por incapacidade da Gerência Executiva do INSS de Juiz de Fora; Pedro Pereira Pimenta, Juiz Federal da 1ª Vara da Justiça Especial Federal; Daniel Augusto dos Reis, Assessor Jurídico do Centro de Apoio Operacional das Pessoas com Deficiência e Idosos - CAO - PPDI -; Murilo Fernandes de Almeida, Juiz Federal da 31ª Vara da Justiça Federal, representando Sívio Coimbra Mourthé, Coordenador do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais; Eduardo Henrique Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente da Associação dos Médicos Peritos da Previdência Social em Minas Gerais; José Maria Soares, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativistas do Estado de Minas Gerais; Jorge Antônio dos Santos; aposentado e membro da diretoria dos Aposentados por Invalidez do Estado de Minas Gerais; José Geraldo Mendes, segurado; que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Luiz Tadeu Leite, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (4) em que solicita seja destinada a reunião da Comissão, dia 26/5/2008, ao debate de reivindicações do Comitê de Solidariedade de Anistia aos Praças da Serpente Negra da PMMG; a participação formal e parceria da Comissão, com a Subsecretaria de Direitos Humanos de Minas Gerais, na realização de debate público com o tema "Sensibilidade aos Portadores de Necessidades Especiais" e o lançamento do programa para as comemorações dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a ser realizado em 11/8/2008; seja formulado apelo ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados com vistas à realização de audiência pública, para debater e tratar de temas relacionados com as perícias e as concessões de aposentadorias pelo INSS, em virtude de violação de direitos humanos e desrespeito à dignidade da pessoa humana, e seja enviada à referida Comissão cópia das notas taquigráficas da reunião; seja formulado apelo à Defensoria Pública Federal com vistas a que apure denúncia apresentada pela Sra. Eliete da Conceição Moreira contra conduta profissional da médica do INSS que efetuou a perícia para avaliação da capacidade laborativa da denunciante, que teve seu benefício, de nº 13.2766006-4, negado em 26/2/2008; Durval Ângelo e Carlin Moura em que solicitam seja remetida aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, com cópia a todos os Deputados e Senadores mineiros, manifestação de apoio ao Projeto de Lei Federal nº 5.829/2005, que cria varas na Justiça Federal de todo o País; Luiz Tadeu Leite e Hely Tarquínio em que solicitam reunião conjunta da Comissão com a de Saúde para, em audiência pública, debaterem questões relativas aos transtornos mentais provocados pelos ambientes de trabalho e as concessões de aposentadoria por incapacidade, negadas pelo INSS, nesses casos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2008.

Luiz Tadeu Leite, Presidente - João Leite - Ronaldo Magalhães.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/5/2008

Às 16h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ronaldo Magalhães, Ademir Lucas, Padre João e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlos Pimenta e Getúlio Neiva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ronaldo Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 1.880/2007, do Deputado Wander Borges, que estabelece normas gerais para a instituição de loteamentos fechados e condomínios urbanísticos no Estado, nos termos do § 3º do art. 24 da Constituição da República. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Sr. José Abílio Belo Pereira, Assessor da Presidência do Crea-MG; a Sra. Maria Valeska Duarte Drummond, arquiteta urbanista e pesquisadora do Centro de Estudos de Políticas Públicas da Fundação João Pinheiro; o Sr. Damião Campos Guimarães, Coordenador de Saneamento e Meio Ambiente do Instituto de Desenvolvimento Municipal; a Sra. Jurema Marteleto Rugani, Diretora Administrativa do Sindicato dos Arquitetos de Minas Gerais; e os Srs.

Jader Nassif Gonçalves e José Carlos Manetta, respectivamente, Diretor e Vice-Presidente de Loteadoras da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais - CMI -, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o Presidente, Deputado Ronaldo Magalhães, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.280 a 2.282, 2.292, 2.331, 2.333, 2.382, 2.401, 2.408 e 2.409/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Carlos Pimenta em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a dívida dos Municípios mineiros com o INSS. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2008.

Weliton Prado, Presidente - Padre João - Wander Borges.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 20/5/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22/2007, do Deputado Gilberto Abramo e outros, que acrescenta inciso ao art. 76 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.096/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, destinada ao financiamento do Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais - Minas Comunica -, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 714/2007, do Deputado Padre João, que oficializa no Estado de Minas Gerais o Hino à Negritude. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 15/2007, do Deputado Eros Biondini, que autoriza o Poder Executivo a implantar na rede pública hospitalar do Estado de Minas Gerais o programa de prevenção e tratamento de distúrbios alimentares para portadores de anorexia nervosa e bulimia e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais - TFAMG - e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica

nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.677/2007, do Governador do Estado, que disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por Produtividade no âmbito do Poder Executivo, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1, 2 e 10 a 17, e pela rejeição das Emendas nºs 3 a 9.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.959/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a alienar imóveis que especifica, de propriedade do Ipsemg, com reversão dos recursos decorrentes dessa alienação à área de saúde do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.978/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Estado de Minas Gerais a pagar compensação e pensão indenizatória por danos materiais e morais às famílias das vítimas fatais dos incêndios ocorridos nas cadeias públicas localizadas nos Municípios de Ponte Nova e de Rio Piracicaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.133/2008, do Deputado Adalclever Lopes, que autoriza o Estado de Minas Gerais a reverter o imóvel mencionado ao Município de Caiana. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 486/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe aos restaurantes, aos bares, às casas noturnas e aos estabelecimentos congêneres a prática da obrigatoriedade de consumação mínima e dá outras providências. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que descreve ao Município de Passa-Tempo. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.329/2007, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.022/2007, da Deputada Elisa Costa, que altera a Lei nº 12.733, de 30/12/97, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nº 1 a 3, da Comissão de Cultura, e com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 4, da Comissão de cultura, e, ainda, com a Emenda nº 5, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.420/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senador Cortes o imóvel que especifica e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.448/2007, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ferros o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.048/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Leopoldina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 20/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: 1.970/2007, do Deputado Paulo Guedes; 2.012/2008, do Deputado Rômulo Veneroso; 2.130/2008, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.280/2008, do Deputado Ivair Nogueira; 2.282/2008, do Deputado Sebastião Helvécio; 2.283/2008, do Deputado José Henrique; 2.295/2008, do Deputado Fahim Sawan; 2.303/2008, do Deputado Almir Paraca; 2.307/2008, do Deputado Domingos Sávio, do Deputado Antônio Carlos Arantes e do Deputado José Henrique; 2.338/2008, do Deputado Juninho Araújo; 2.343/2008, do Deputado Bráulio Braz.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.270, 2.326/2008, do Governador do Estado; 2.329/2008, da Deputada Gláucia Brandão; 2.334/2008, do Deputado Wander Borges; 2.337/2008, da Deputada Rosângela Reis; 2.356/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 20/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.974/2007, do Deputado Ivair Nogueira; 2.114/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.155/2008 e 2.181/2008, do Deputado Bráulio Braz.

Requerimento nº 2.421/2008, do Deputado Fahim Sawan.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 20/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 20/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.437/2008, do Deputado Doutor Viana.

Finalidade: debater as ações desenvolvidas pelo BDMG, as perspectivas, as inovações tecnológicas e as linhas de crédito para o setor de fruticultura do Estado, em especial a região Norte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 20/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.139/2008, do Deputado Rômulo Veneroso; 2.179/2008, do Deputado Gustavo Valadares; 2.283/2008, do Deputado José Henrique; 2.317/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.418 e 2.419/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 20/5/2008, destinada à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 22/2007, do Deputado Gilberto Abramo e outros, que acrescenta inciso ao art. 76 da Constituição do Estado; do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências; dos Projetos de Lei nºs 15/2007, do Deputado Eros Biondini, que autoriza o Poder Executivo a implantar na rede pública hospitalar do Estado de Minas Gerais o programa de prevenção e tratamento de distúrbios alimentares para portadores de anorexia nervosa e bulimia e dá outras providências; 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos; 486/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe aos restaurantes, aos bares, às casas noturnas e aos estabelecimentos congêneres a prática da obrigatoriedade de consumação mínima e dá outras providências; 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que descreve ao Município de Passa-Tempo; 714/2007, do Deputado Padre João, que oficializa no Estado de Minas Gerais o Hino à Negritude; 1.022/2007, da Deputada Elisa Costa, que altera a Lei nº 12.733, de 30/12/97, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado; 1.329/2007, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica; 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica; 1.420/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senador Cortes o imóvel que especifica e dá outras providências; 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica; 1.448/2007, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ferros o imóvel que especifica; 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais - TFAMG - e dá outras providências; 1.677/2007, do Governador do Estado, que disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por Produtividade no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências; 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica; 1.959/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a alienar imóveis que especifica, de propriedade do Ipsemg, com reversão dos recursos decorrentes dessa alienação à área de saúde do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais; 1.978/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Estado de Minas Gerais a pagar compensação e pensão indenizatória por danos materiais e morais às famílias das vítimas fatais dos incêndios ocorridos nas cadeias públicas localizadas nos Municípios de Ponte Nova e de Rio Piracicaba; 2.048/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Leopoldina o imóvel que especifica; 2.096/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, destinada ao financiamento do Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais - Minas Comunica -, e dá outras providências; e 2.133/2008, do Deputado Adalclever Lopes, que autoriza o Estado de Minas Gerais a fazer reverter o imóvel mencionado ao Município de Caiana; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 19 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Bráulio Braz, Eros Biondini e Zezé Perrella, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/5/2008, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de conhecer o estudo histórico que comprova a participação do Estado do Espírito Santo na Estrada Real, bem como debater a proposta, da Deputada Estadual capixaba Luzia Toledo, de inclusão desse Estado no Projeto Turístico Estrada Real desenvolvido pelo Instituto Estrada Real, com o apoio do governo de Minas e da Fiemg, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2008.

Vanderlei Miranda, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Antônio Júlio, Célio Moreira e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/5/2008, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a política das operadoras de cartões de crédito junto aos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, bem como o reajuste da taxa de administração cobrada pelas referidas operadoras e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2008.

Délio Malheiros, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/5/2008, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer sobre emenda(s) apresentada(s) em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 1.973/2007, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2008.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/5/2008, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater em audiência pública, com a presença de convidados, os convênios celebrados entre as prefeituras municipais e as Polícias Militar e Civil do Estado, que envolvem tanto a cessão de pessoal como a manutenção de edificações, equipamentos e veículos para a prestação de serviços à comunidade, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2008.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/5/2008, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir, com a presença de convidados, em audiência pública, a punição sofrida pelos trabalhadores da Cemig, que participaram de paralisação durante a negociação do mais recente acordo coletivo de trabalho, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2008.

Durval Ângelo, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 8/5/2008

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, colegas Deputados, venho a esta tribuna manifestar-me acerca de assuntos que julgo de extrema importância. O primeiro deles diz respeito à abertura do capital da Copasa. Na última semana, pelo que estamos informados, houve uma negociação na Bolsa que envolveu em torno de 16% das ações da Copasa, incluindo-se aí as ações relativas à Prefeitura de Belo Horizonte. Hoje, apresentamos requerimento de que esta Casa seja esclarecida corretamente sobre qual foi o valor desse patrimônio de Minas Gerais negociado no mercado financeiro.

Antes de ser realizada a negociação com as ações da Copasa, tivemos o cuidado de alertar as autoridades do Estado de Minas Gerais acerca dos riscos de se vender, naquele momento, a parte da Copasa de 15% - 9% do Estado e 6% da Prefeitura -, em vista de o mercado financeiro, naquele exato momento, estar no chamado viés de baixa, quando todas as empresas nessa situação recolheram as ações do mercado. Temos informações de que essas ações foram comercializadas por R\$600.000.000,00 e queremos saber qual foi o valor exato e quem autorizou a comercialização, para que esta Casa possa emitir seu juízo de valor e verificar se a devida transparência foi observada e se os espertalhões do mercado não se apropriaram de parte do nosso patrimônio, adquirindo as ações a preço vil, evidentemente ganhando dinheiro com a aquisição do patrimônio oriundo das ações da Copasa.

Por isso apresentamos o requerimento convidando autoridades a comparecer a esta Casa para esclarecer a operação de crédito que envolveu a comercialização das ações da Copasa. Se foi uma operação de crédito realizada num momento oportuno, se foi uma operação transparente e quem adquiriu essas ações - se investidores do mercado externo, se investidores brasileiros. Queremos saber em que condições a negociação se deu.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, este Deputado, ainda quando Vereador, sempre teve uma preocupação muito grande com a segurança dos taxistas no Estado de Minas Gerais. Apenas na semana passada, dois desses profissionais do volante foram brutalmente assassinados, e os inquiridos ainda estão a apurar as causas e quem foram os responsáveis por ceifar essas vidas e deixar duas famílias órfãs. O Governador Aécio Neves, com a BHTRANS e o corpo de segurança do Estado, tem-se preocupado, de fato, com a segurança dos taxistas em Minas Gerais. Acreditamos que a polícia irá apurar corretamente esses crimes, punir com rigor os ladrões e encontrar os culpados por esses brutais assassinatos. Que esses bandidos sejam colocados atrás das grades, porque pessoas que hoje trabalham ao volante, nos táxis, por 10, 12, 14 horas por dia, não têm a garantia de que voltarão incólumes para sua residência.

Sr. Presidente, a Comissão de Saúde desta Casa aprovou, em boa hora, requerimento para a realização uma audiência pública na cidade de Além Paraíba. Infelizmente, estamos importando do Rio de Janeiro o mosquito da dengue e exportando para aquele Estado as empresas que se localizam na Zona da Mata, na região fronteira com o Rio de Janeiro. Isso porque, do lado de cá do Estado de Minas Gerais, a Secretaria de Saúde, com a atuação firme do Secretário Marcus Pestana, tem tomado todas as providências para colocar fim a essa epidemia do mosquito da

dengue, que se concentra na região Sul do Estado e na Zona da Mata; mas, do lado de lá da fronteira ou do lado de lá do rio, o Rio de Janeiro não toma nenhuma providência para enfrentar a epidemia da dengue, para combater o mosquito "Aedes aegypti". Do lado de cá, apenas o Estado de Minas Gerais investe milhões. Enquanto isso o Rio de Janeiro, de forma irresponsável, não toma as providências cabíveis, especialmente as providências preventivas, para evitar que a doença se alastre a cada dia, como está acontecendo. Portanto estamos combatendo o mosquito da dengue do lado mineiro, mas, do lado do Rio de Janeiro, nenhuma providência efetiva é tomada, e a doença se alastra.

Como eu disse, infelizmente exportamos para o Rio de Janeiro as nossas empresas que estavam localizadas no Sul de Minas e na Zona da Mata, em razão dos atrativos tributários ou da guerra fiscal que se estabelece entre o Rio de Janeiro e Minas. Estamos perdendo emprego, empresas e renda do Estado de Minas Gerais para o Estado do Rio de Janeiro.

Assim, preocupada com essa situação tanto da dengue quanto da fuga de empresas, esta Casa se deslocará, no próximo mês de junho, para a região de Além Paraíba, a fim de discutir esses dois importantes assuntos: de saúde pública, envolvendo o mosquito "Aedes aegypti", e a providência que será levada a efeito para combatê-lo; e as providências que o Estado adotará, do ponto de vista tanto operacional quanto tributário, financeiro ou compensatório, para evitar que tantas empresas de Minas Gerais acabem fechando as portas e se transferindo para o Rio de Janeiro, em razão dos atrativos fiscais, conforme disse. Esses dois assuntos serão discutidos naquela região, em decorrência de requerimento de nossa autoria aprovado nesta Casa.

Sr. Presidente, na semana passada assisti ao debate do Deputado Weliton Prado sobre a questão do seguro obrigatório. Continuamos a nossa luta em prol do cidadão brasileiro, que hoje é vítima dessa voracidade das seguradoras deste país que se conluiaram com o governo federal para lesar 35 milhões de brasileiros proprietários de veículos de qualquer espécie. Cada um tem de pagar anualmente um valor diferente e desembolsar quantias vultosas para o pagamento do DPVAT. Deputado, para onde vão esses recursos de mais de R\$4.000.000.000,00? Esses recursos são arrecadados para sustentar a Fenaseg, a Funenseg, as seguradoras e os sindicatos de corretores de seguros. Aquelas pessoas que, em razão de um acidente de trânsito, precisam receber a indenização, têm de percorrer verdadeira via-crúcis para conseguir fazer valer o que está na lei, que é o recebimento do valor mísero da indenização do DPVAT.

Os proprietários de motocicletas do Brasil - aliás, somam-se hoje mais de 10 milhões em todo o País - tiveram um aumento brutal este ano de 38%. Nos últimos três anos, o aumento do valor do DPVAT para quem tem uma motocicleta subiu mais de 200%. Quer dizer, passou de R\$84,00 para R\$254,00. Ainda temos esperança no Poder Judiciário, ao qual confiamos uma ação civil pública a partir da qual esperamos que um dia esse seguro obrigatório seja considerado inconstitucional e que esse aumento de 84% seja considerado, no mínimo, abusivo. Além disso, que a situação possa ser retomada nos patamares do ano de 2000, quando o seguro custava R\$36,00. Como lhes disse, o seguro obrigatório de motocicleta custava R\$36,00 em 2000; em 2005, R\$84,00; e agora custa R\$254,00. É claro que são recursos que saem do bolso daqueles já lesados proprietários de motocicletas que, às vezes, as usam para deslocar-se ou trabalhar como "motoboys". Eles são as maiores vítimas da voracidade das seguradoras que não têm escrúpulo, ao aliar-se ao governo federal e, dessa maneira, apropriar-se indevidamente dos recursos da população com o título de DPVAT. Essa é uma imoralidade neste país que dura desde 1974 e precisa ser combatida com todas as armas, seja pelo Ministério Público, seja pelos Procons, seja pelas entidades civis e Casas Legislativas, que, até o momento, não se debruçaram sobre esse tema, que, conforme disse, acaba por lesar mais de 35 milhões de proprietários de veículos deste país.

Sr. Presidente e meus colegas Deputados, nos próximos dias, as Comissões de Defesa do Consumidor, de Saúde, presidida pelo ilustre Deputado Carlos Mosconi, e de Política Agropecuária, presidida pelo nosso querido Deputado Vanderlei Jangrossi, realizarão uma audiência pública para discutir o grave problema da contaminação por agrotóxicos dos produtos alimentícios em Minas Gerais.

Pesquisa recente realizada pela Anvisa apontou que 17,8% dos nossos alimentos estão contaminados e os resíduos de agrotóxicos nesses produtos acabam por comprometer ou colocar a vida do cidadão, que evidentemente precisa consumi-los diariamente. Esse é um problema preocupante, e estamos atentos a isso, pois não podemos permitir que um produto como o tomate tenha mais de 40% de agrotóxico. A Anvisa fez uma investigação e encontrou tanto no tomate quanto na alface, produtos consumidos no nosso dia-a-dia, resíduos de agrotóxicos.

E o que é pior, Srs. Deputados, o agrotóxico que se utiliza hoje no Brasil tem origem na China, e não se sabe qual a sua composição, qual o grau de nocividade desses produtos para a saúde humana. Portanto, estamos atentos a isso. Encontramos a acolhida do nosso requerimento, como dito pelos Deputados Carlos Mosconi e Vanderlei Jangrossi, e, com outros segmentos deste Estado que entendem profundamente da matéria, discutiremos a contaminação dos nossos produtos por esses agrotóxicos altamente nocivos à saúde humana, que colocam em risco a nossa saúde, colocam em risco até a saúde dos produtores que têm de manusear esses produtos sem os devidos cuidados.

Portanto, esta Casa, em boa hora, irá debruçar-se sobre esse assunto. Tenho a certeza de que encontrará uma solução para que a população se sinta mais segura quando consumir produtos que vêm das nossas fazendas. Como disse, o produtor rural também está sujeito à contaminação porque está manuseando sem os devidos cuidados produtos extremamente perigosos à saúde.

Por último, Sr. Presidente, queria dizer que estamos acompanhando atentamente o inquérito policial que tramita tanto na Justiça Federal quanto na comum, nas Polícias Federal e Civil do Estado de São Paulo, envolvendo os medicamentos genéricos utilizados por pessoas portadoras de doenças psiquiátricas. Uma pesquisa apontou que mais de 40 desses medicamentos pesquisados não continham as substâncias e os princípios ativos mostrados na bula. Portanto, são medicamentos que não fazem nenhum efeito, custam caríssimo, são distribuídos pela rede pública e, por falta de condições de averiguação, de uma resposta objetiva quanto à utilização desses medicamentos, estão no mercado sendo comercializados livremente, e não há como saber se realmente fazem algum efeito. Isso é preocupante. Estamos em contato permanente com as Polícias Federal e Civil, com o Ministério Público, com a Anvisa, para que esses medicamentos sejam retirados do mercado e os responsáveis por essa fraude que lesa toda a população sejam devidamente punidos. Muito obrigado.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, público da TV Assembléia. Estamos fazendo uso da tribuna nesta tarde para fazer uma divulgação e um convite muito especial a todo o público dos movimentos sociais, das ONGs, da sociedade de maneira geral e das regiões Norte e Noroeste de Minas. Em Paracatu, no próximo sábado, dia 10, teremos uma audiência pública muito importante. Trata-se de uma audiência pública regional promovida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Essa iniciativa começou no final de 2006, foi realizada durante todo o ano de 2007 e continua neste ano. É uma experiência inovadora, que, do nosso ponto de vista, vem coroar de sucesso as ações do Ministério Público no Estado de Minas Gerais. Essa oportunidade é única e possibilita a todos os movimentos sociais das organizações não governamentais da sociedade terem contato direto com o Ministério Público para debater, dialogar, questionar e apresentar sugestões para os diversos problemas que porventura estejam demandando atenção, solução do Ministério Público, tanto para a região Norte quanto para a região Noroeste do Estado de Minas Gerais.

Ao longo de 2007, houve diversas audiências públicas regionais do Ministério Público em todo o Estado. E, em todas elas, num movimento crescente, a sociedade foi descobrindo um espaço, uma oportunidade de participação.

Sabemos que essa ação do Ministério Público, a qual acompanhamos de forma crescente em Minas Gerais e no Brasil, é uma das grandes inovações propostas pela Constituição cidadã de 1988, que deu autonomia ao Ministério Público, permitindo que hoje os Promotores atuem auxiliando efetivamente a verdadeira implantação e execução do Estado de Direito no Brasil. É claro que observamos alguns excessos específicos de um ou outro Promotor, mas, no geral, o que constatamos é um fortalecimento e crescimento do apoio às iniciativas cidadãs de

toda a ordem promovidas pelo Ministério Público. A tarefa do Ministério Público é zelar pela defesa do Estado de Direito e promover a qualidade de vida da nossa população.

A audiência pública de Paracatu, similar às demais audiências públicas regionais realizadas pelo Ministério Público, colherá subsídios para orientar a ação do Ministério Público no Estado. Os temas tratados regionalmente serão objeto de análise. As denúncias, as críticas e as sugestões serão consideradas pelo Ministério Público para organizar a sua intervenção e orientar a atuação dos Promotores em cada uma das regiões e no conjunto de sua atuação no Estado. Os Promotores e Procuradores de Justiça terão a oportunidade de conversar, debater e responder diretamente aos questionamentos das comunidades, esclarecendo dúvidas e orientando procedimentos. Em Paracatu, alguns temas nortearão a audiência pública, portanto as inscrições devem ser orientadas por esses temas. Cada inscrição deverá fazer referência específica a um dos temas da audiência pública.

Temos, por exemplo, o tema "População de rua e catadores de materiais recicláveis". Estamos auxiliando a organização, a implantação de uma rede de cooperativas e de associações de catadores na região Noroeste. Trata-se de uma iniciativa que se espelha numa experiência de sucesso na Região Metropolitana de Belo Horizonte, capitalizada pela Asmare, um exemplo que transcendeu as fronteiras de Minas Gerais e serviu de estímulo e modelo para diversas outras organizações solidárias e coletivas de catadores de materiais recicláveis de todo o Brasil.

Essa iniciativa é organizada e conduzida pela Cáritas Diocesana de Paracatu, e esperamos seja mais uma iniciativa de sucesso que venha ajudar a melhorar a qualidade de vida das comunidades, auxiliando principalmente a ampliar a vida útil dos aterros sanitários. Sabemos que os materiais recicláveis que deixam de ir para os aterros viram fonte de renda, portanto fonte de vida para os catadores e suas famílias. Então há também esse outro benefício associado, a ampliação da vida útil dos aterros sanitários.

Outro tema é a reforma agrária. A região Noroeste, de maneira especial, assim como também a região Norte de Minas, é onde se concentram os assentamentos de reforma agrária de Minas Gerais. Há muitos e muitos assentamentos; e muitos deles, talvez a maioria, precisando ainda de uma atenção especial no que diz respeito à capacidade produtiva dos assentados. Portanto se trata de um tema fundamental para podermos ampliar a oportunidade de renda por parte dos agricultores familiares assentados em nossa região. Há muitos temas associados à reforma agrária, muitas pendências, e certamente o Ministério Público poderá conhecer de perto essa realidade.

O meio ambiente é outro tema a ser trabalhado. O Noroeste e o Norte de Minas são as regiões onde se concentram as maiores áreas ainda preservadas do nosso Estado, particularmente a do cerrado. São também áreas de fronteira agrícola, de expansão da fronteira agrícola, portanto merecem muito cuidado. É preciso pensar como articular as unidades de preservação presentes na região, que são muitas. Há algumas regiões onde ainda é preciso implantar e definir suas unidades de conservação, e aqui podemos citar o caso especificamente do Município de Paracatu. Estamos discutindo com a Secretaria de Meio Ambiente a implantação de um parque florestal do Estado no Município de Paracatu. Ainda há muitas dessas unidades demandando uma regularização, como a efetiva indenização dos antigos proprietários, ou dos ainda proprietários, apesar de todas as limitações impostas a partir da implantação das unidades de conservação.

Temos também a questão dos pescadores, que tem um componente ambiental muito específico, ou seja, a região da bacia do São Francisco. Há toda uma discussão sobre a revitalização da bacia do São Francisco, que possui uma abordagem muito grande e tem relação direta com a atividade de inúmeras comunidades de pescadores presentes nessa região.

Outro tema dessa audiência pública do Ministério Público nas regiões Norte e Noroeste do Estado é relativamente à mineração e a seus impactos ambientais e sociais. Esse é um tema muito presente hoje, e não só nas agendas política e econômica de Minas Gerais, mas do País. Trata-se de uma discussão de como resolver os ganhos do setor mineral, que são, em alguns casos, exorbitantes; como resolver essa questão com a devida reparação ambiental; como equacionar esses lucros com o componente social, as agressões e os impactos ambientais e sociais, oriundos da atividade mineral no Estado.

Paracatu, de maneira particular, está assistindo a um crescente questionamento da atividade minerária no Município, e achamos que essa é uma excelente oportunidade para conhecermos mais de perto a legislação e a possibilidade de a comunidade conquistar benefícios a partir da sua organização e da cobrança de compensação ambiental e social pelas mineradoras em nosso Município.

Outro tema são os direitos humanos. Infelizmente, como tem ocorrido na maioria dos Municípios, em nossa região também temos problemas sérios em relação à criança e ao adolescente, com a violência crescente. Portanto, esta é a oportunidade de discutirmos também as ações da sociedade associadas ao Estado para combater a violência, para proteger a infância, os adolescentes e, de maneira especial, os idosos.

Patrimônio público é mais um tema. Outro tema é segurança alimentar e nutricional. O Deputado Délio Malheiros, que me antecedeu, levantou uma questão importante que também está muito presente em nossa região: a utilização sistemática de agrotóxicos, tanto pelo agronegócio quanto pelos agricultores familiares, que são induzidos, orientados por esse padrão de produção que utiliza, de maneira muitas vezes inconseqüente, os agrotóxicos, acarretando problemas sérios à saúde dos trabalhadores, em virtude do mau uso ou da ausência de equipamentos de proteção, que são fundamentais e essenciais na aplicação dos agrotóxicos.

Gostaríamos também de dizer que essa audiência pública pode servir até para a discussão de algumas ações regionais, além da revitalização da bacia do São Francisco, como foi aqui colocado, a partir das ações nas bacias do Rio Paracatu e do Rio Uruçuia, uma vez que o Ministério Público do Estado criou a Promotoria Especial para cuidar da bacia do Rio São Francisco, e uma das regionais está instalada exatamente na cidade de Paracatu para acompanhar e proteger as bacias dos Rios Paracatu e Uruçuia.

Há também as ações do Programa Luz para Todos, interrompido há quase um ano em todo o Estado de Minas Gerais. As regiões Noroeste e Norte de Minas, com o Jequitinhonha e o Vale do Mucuri, são as regiões que tiveram o menor índice de atendimento. Será uma oportunidade de a sociedade e as organizações cobrarem, manifestarem e se posicionarem sobre a importância desse Programa.

Por último, o programa Territórios da Cidadania, que alcança também as duas regiões, um programa muito promissor, mas, sem a devida organização e sem a devida participação dos setores sociais, das organizações e movimentos sociais, do setor público e do setor produtivo, dificilmente levaremos a cabo um programa promissor que pode, de fato, promover o desenvolvimento sustentável regional.

Portanto, para finalizar, Sr. Presidente, gostaríamos de deixar aqui o "site" do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que contém o regulamento da audiência pública, para que as pessoas possam acessar, conhecer mais de perto e registrar suas inscrições. É uma ação fundamental para garantir o espaço de participação e manifestação na audiência. Hoje já temos mais de 30 inscrições, e aqueles que ainda não se inscreveram podem fazê-lo através do "site" www.mp.mg.gov.br. Esperamos uma ampla participação das regiões Norte e Noroeste do Estado de Minas Gerais na audiência pública do Ministério Público a ser realizada no próximo sábado, dia 10, na Câmara Municipal de Paracatu. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado João Leite* - Deputado Doutor Viana, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, presidindo esta reunião nesta tarde; Srs. Deputados presentes; telespectadores da TV Assembléia. Saúdo também os estudantes presentes, futuros operadores do direito, tão importante para a população de Minas Gerais e tão fundamental para todos nós.

Sr. Presidente, venho a tribuna aproveitando o tema trazido pelo Deputado Eros Biondini na tarde de ontem. S. Exa. tratava justamente da votação ontem, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 1.135, que propunha a supressão do art. 124 do Código Penal Brasileiro, que criminaliza a prática do aborto. Esse projeto legalizaria o aborto no Brasil, por qualquer motivo, durante os nove meses da gravidez.

Concedo aparte ao Deputado Eros Biondini, reconhecendo a precedência dele no assunto, para que ele trate desse tema tão importante debatido ontem em Brasília.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Obrigado, Deputado João Leite. Caro Deputado Doutor Viana, Deputado Célio Moreira, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e contra o Aborto, cuja Presidência dividimos com muita honra.

Somos defensores da vida, Deputado João Leite, em todas as suas dimensões e em todos os seus aspectos. A vida humana começa na concepção. Até à morte natural de um ser humano, ela precisa estar na nossa Constituição, ser preservada, defendida e, mais do que isso, ser digna. As crianças, as mulheres precisam de condições de terem uma vida digna e dar dignidade aos seus filhos.

Infelizmente, enquanto lutamos por dignidade para nossa nação, por melhor distribuição de renda, de nossas riquezas, para acabar com a disparidade tão grande entre áreas pobres e ricas, com desigualdades sociais e regionais, deparamos, muitas vezes, com representantes do povo que propõem projetos de lei que, em vez de defender a vida, de acolher as mulheres e propor políticas públicas para elas e por assistência à maternidade, propõem a morte.

Desde o início, trava-se o combate entre o bem e o mal, entre a vida e a morte. Começa-se, então, a especular quando a vida começa, como se o ser humano pudesse determinar, primeiro, quando ela começa e, segundo, com que tipo de qualidade de vida pode-se nascer ou não. Discutem que anencéfalos não devem nascer e quem tem cérebro completo deve; quem tem alguma deficiência física não deve nascer, mas quem não tem deve. Isso, realmente, é uma aberração.

Ontem, enfim, foi colocada em pauta de votação essa lei absurda que propõe o aborto até os nove meses de gestação por qualquer motivo. Ora, qual a diferença entre uma criança nascituro, ou seja, aquela que daqui a meia hora vai nascer, e uma que nasceu há meia hora. Não há nenhuma diferença. Se colocarmos uma na mão direita e outra na mão esquerda, veremos que são exatamente iguais. Por que uma deve ir para o lixo e a outra para o berço?

Portanto, ontem, tivemos essa vitória, em razão da consciência dos representantes do povo.

Deputado João Leite, desculpe-me por demorar com este aparte, mas precisamos enfatizar a atuação do Deputado Miguel Martini, que mobilizou os demais Deputados Federais. Os 33 Deputados que votaram ontem foram unânimes em rejeitar o projeto. Os 7 que eram a favor do aborto saíram da reunião, quando seus suplentes puderam votar a favor da vida. Foram 33 votos contra nenhum a favor do aborto.

Ontem o Deputado Miguel Martini ligou-me, com toda a alegria, celebrando essa vitória, que, sabemos, não pára por aí. Quando falamos em defesa da vida, não queremos simplesmente lutar nessa grande Frente contra o aborto, mas também envidar todos os esforços para que, a partir do momento que nasça, a pessoa possa ter os direitos já garantidos na Constituição, como, por exemplo, assistência à saúde. As mães também devem ter atendimento psicológico e condições mínimas de gerar seus filhos e até facilidade de dá-los em adoção, de maneira responsável, para que haja harmonia e preservação da vida da mãe e do nascituro.

Ontem foi um dia de vitória para a nação brasileira, que, graças a Deus, até hoje não colocou em sua lei a pena de morte, principalmente, como diz a ex-Senadora Heloísa Helena - uma grande defensora da vida -, a redução da idade penal para o ventre materno. Se não temos, em nosso Brasil, a pena de morte nem para os estupradores, que ficam livres, nós a teremos para a criança, fruto dessa violência? A criança será abatida, será morta?

Deputado, queremos políticas públicas para as mulheres. Somos defensores da vida e temos dados interessantes que nos mostram, Deputado Doutor Viana, que os que são a favor da vida se organizam em comunidades e proporcionam às gestantes casas-mãe, que prestam assistência às mulheres desequilibradas ou emocionalmente abaladas, acolhem mães solteiras, assim como adolescentes vítimas de estupro ou mães pobres que não têm condições de criar seus filhos. Há iniciativas das arquidioceses, das igrejas evangélicas, do terceiro setor, etc. Essas pessoas que proporcionam melhores condições às mães de criarem seus filhos são os verdadeiros defensores da vida. Por outro lado, ao pesquisarmos as instituições que apóiam o aborto, percebemos que aqueles abortistas, que falam que as mulheres têm direitos, não dão suporte a estas como deveriam fazer. Não oferecem às mulheres o atendimento e o aconselhamento necessários.

Ontem foi um dia de vitória para o nosso Brasil e, definitivamente, ficou demonstrado, por intermédio dos representantes do povo, que o Brasil não admite o aborto nem a cultura de morte. Deputado João Leite, um país de dimensões continentais como o nosso, onde tudo que se planta colhe, não precisa fazer com que não nasçam crianças. Se elas não nascerem, ficaremos, como alguns pequenos países da Europa, frios de clima e de coração. Nesses países já não existem crianças, porque as mataram ou não as deixaram nascer. Por isso esses países precisam, muitas vezes, de seqüestrar crianças na África e no Brasil. O próximo passo dessa cultura de morte é a vinda para o nosso país a fim de explorarem sexualmente nossas crianças ou as seqüestrarem, como já ocorre, para levá-las para seus países.

Nosso país já foi mais jovem. O Brasil está envelhecendo porque estão nascendo menos crianças. Parabéns pelo pronunciamento, Deputado João Leite. O Deputado Célio Moreira também fará o seu pronunciamento de forma brilhante. Gostaria de parabenizar o Deputado Miguel Martini e todos aqueles que ontem cumpriram seu papel de legisladores. Obrigado.

O Deputado João Leite* - Obrigado, seu aparte veio trazer grande contribuição a nossa manifestação em favor daqueles que não falam, das vidas que estão nos ventres de suas mães, as quais não podem manifestar-se e são silenciadas.

Somos a voz dessas vidas que estão sendo ameaçadas. O mais interessante nessa questão é que as pessoas que defendem o aborto, que apresentam esses projetos e lutam para aprová-los - no Brasil, há uma grande frente que luta em favor do aborto -, apresentam-se à sociedade brasileira como progressistas. Vejam: as pessoas que defendem o aborto consideram-se progressistas.

Os cidadãos que são contra o aborto, que querem defender a vida no ventre da mãe são considerados conservadores, ultrapassados. Estamos diante de uma inversão no que se refere à realidade, à verdade. Não há nada mais atrasado no mundo que a morte de crianças. Os povos que viviam em tribos, clãs, acreditavam em demônios e sacrificavam crianças recém-nascidas. No Brasil, algumas tribos ainda enterram crianças que nascem com algum defeito físico.

No nosso país, assistimos a uma grande luta, especialmente de uma missionária cristã, Suzuki, contra o infanticídio indígena. Ela está salvando crianças indígenas que nascem com alguma deficiência. Pega-as e foge para impedir que sejam enterradas vivas. As pessoas que defendem o enterro de crianças indígenas vivas, o aborto, a morte das crianças brasileiras são consideradas progressistas, mas, na verdade, são atrasadas. Querem matar as crianças brasileiras. Alguns defendem algo que está sendo defendido nos Estados Unidos. O Governador do Rio de Janeiro,

por exemplo, é a favor do aborto, pois entende ser um meio para diminuir a violência. Existe algo mais ultrapassado que isso? Esse é o pensamento dos que são chamados de progressistas neste país. Ah, Brasil, acorda! Vejam o que está acontecendo em nossa terra. Estamos fortalecendo uma cultura de rejeição às nossas crianças.

Noutro dia, com a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, visitei uma vila onde os líderes nos disseram: "Cinquenta por cento das crianças que nascem nesta vila são rejeitadas". O Brasil está alimentando a cultura da rejeição às nossas crianças, às mulheres que estão esperando bebês. Enquanto isso, nas sociedades mais respeitadas - estas, sim, são modernas -, as famílias se reúnem para escolher os nomes dos filhos. Buscam escolher os nomes de acordo com os seus significados; a mãe é valorizada, protegida pelas legislações. Ou seja, enquanto alguns países fazem isso, o Brasil quer o aborto. Aliás, não posso dizer que nosso país deseje isso, já que ontem obtivemos o seguinte resultado: 33 a zero contra o aborto. Portanto, não é a população brasileira que defende o aborto, mas alguns que se denominam progressistas, modernos. Matam crianças e pensam que são modernos, mas, na realidade, são ultrapassados. Os indígenas agem assim; os povos primitivos faziam isso, ou seja, matavam as crianças. Não é isso que vemos na história do povo hebreu, no Egito? As mães, as parteiras escondiam os bebês porque o faraó havia mandado matá-los, abortá-los. A história está aí para comprovar o que digo.

Os progressistas deste país querem a volta do sacrifício de crianças.

Querem a volta da matança de bebês, crianças... Obrigado, Sr. Presidente, que me concede mais 3 minutos, com a aquiescência do nosso Líder em defesa da vida, Deputado Célio Moreira.

Esse é um tema que efetivamente toca no nosso coração, especialmente nós que acompanhamos a história das nossas crianças. Na Casa, temos Deputados médicos, como o Deputado Doutor Viana, pediatra, um defensor de bebês, e o Deputado Doutor Rinaldo, aqui presente e que tem a vida dedicada à saúde. Não podemos aceitar que nossas crianças sejam mortas. Vamos proteger a gestante, as mulheres. Elas têm de ter essa proteção. Vamos dar condições para que elas criem essas crianças.

Mas não podemos permitir a volta da barbárie, essa cultura da rejeição no Brasil. Lembro-me de que neste Plenário, em uma discussão numa de nossas conferências, quando alguém defendeu o aborto aqui desta tribuna dizendo: "Não é possível haver essas mulheres que têm 12 ou 13 filhos". Então, um jovem negro que estava sentado nas primeiras cadeiras do Plenário se levantou e foi ao microfone e disse àquela pessoa: "A senhora acaba de me matar porque sou o 12º filho de uma mulher que me amou e cuidou de mim. A senhora não queria que eu nascesse?". Pois é isso que estão tentando fazer no nosso país. Uma cultura do jogar-fora.

Agora vemos mães que jogam os filhos pela janela, na lagoa, no rio e deixam os filhos perto de uma lata de lixo. Não permitiremos isso. Estaremos juntos lutando contra essa situação, graças a Deus. Graças também ao Deputado Miguel Martini, um grande lutador, muito bem lembrado pelo Deputado Eros Biondini. Ontem ele liderou em Brasília essa frente contra a morte das nossas crianças.

Quantos brasileiroinhos foram salvos ontem na Câmara dos Deputados! Vale a pena levantar esse número. Nossa luta contra essa cultura da rejeição tem de continuar. Da rejeição das brasileiroinhas e dos brasileiroinhos cuidados pelo Doutor Viana, pelos nossos médicos e pelas nossas instituições. Não à rejeição. Mães, vamos escolher o nome dos nossos brasileiroinhos e das nossas brasileiroinhas. Vamos amá-los e cuidar deles. Esperamos que venham também as políticas públicas de defesa dessas crianças e dessas mães.

Muito obrigado, Deputado Doutor Viana, pelo tempo que V. Exa. me concedeu e que excedeu ao meu tempo inicial para tratar desse tema tão importante. Agradeço também ao Deputado Célio Moreira a paciência. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Realmente, como V. Exa. falou, o tema é extremamente importante e não se esgotará, tenho certeza, na tarde de hoje. A Presidência entendeu a importância da conclusão do raciocínio de V. Exa.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários da Casa e senhores telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, venho hoje, mais uma vez, a esta tribuna para celebrar uma data que se tornará histórica para todos que, como V. Exa., Sr. Presidente, Deputados João Leite, Eros Biondini e Doutor Rinaldo, e como eu, defendemos a vida. Ontem, como é do conhecimento de todos, a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados derrubou o Projeto de Lei nº 1.135/91, que previa a descriminalização do aborto no Brasil.

O parecer aprovado rejeitou também o Projeto de Lei nº 176/95, que permitia o aborto até o nono mês de gravidez e obrigava a rede hospitalar pública a realizar os procedimentos.

Esse 7 de maio, um mês tão precioso, em que se comemora o Dia das Mães, também consagrado a Nossa Senhora de Fátima, há de ser lembrado também como o mês da vitória da vida sobre a morte, da derrota de um inimigo que, há 17 anos, rondava a Câmara dos Deputados, esperando talvez um descuido, um cochilo para perpetrar o aborto no solo brasileiro. Não foi uma vitória fácil, como foi dito pelos Deputados João Leite e Eros Biondini. Alguns Deputados defendiam o prosseguimento da discussão, e outros se retiraram do Plenário antes do término da votação, porque queriam que a discussão se alongasse em outra audiência pública. Vários requerimentos foram apresentados, propondo o adiamento da votação, mas foram rejeitados. Felizmente prevaleceu o bom-senso, o sentido de honra, a sensibilidade para com a importância da vida. Essa foi uma vitória construída por muitos, entre eles, nosso colega aqui já citado, o ferrenho batalhador Deputado Federal Miguel Martini, um árduo defensor da vida naquela Casa, e pelo Deputado Jorge Tadeu Mudalen, relator do parecer da Comissão, do Democratas de São Paulo, que rejeitou os projetos e foi seguido pela maioria de seus pares. Essa decisão histórica garante a vida uterina para os que não têm voz e mantêm os ditames da nossa legislação, que prevê pena de detenção de um a três anos no caso de interrupção da gravidez voluntária. Em várias reuniões que tivemos, vimos algumas pessoas defenderem o aborto legal no Brasil, mas, no Brasil, não existe aborto legal, visto que, em nosso país, o aborto é crime.

Em seu relatório, o Deputado Mudalen lembrou muito bem que, independentemente da origem das opiniões, o brasileiro está se colocando de forma crescente contra a liberação do aborto e citou pesquisa realizada pelo Datafolha, em março de 2007, segundo a qual 65% dos brasileiros defendem que a legislação sobre o aborto continue como está, sem ampliação. Esse índice foi o maior já verificado desde que a pesquisa começou a ser feita, em 1993. Então o que o relator fez foi atender à voz da maioria da sociedade brasileira, que não deseja o estabelecimento da morte de inocentes neste país, graças a Deus! Espero que a derrota dos projetos de lei favoráveis ao aborto seja uma pá de cal nas campanhas de grupos que, sob argumentos vários, entre eles o de defender a saúde da mulher, servem principalmente a interesses internacionais que querem manipular a estrutura familiar, sobretudo nos países em desenvolvimento.

Minha trajetória parlamentar, desde os primeiros anos, ainda como Vereador em Belo Horizonte, foi pontuada pela determinação de lutar contra a liberação do aborto neste país, e confesso que cheguei muitas vezes a temer que isso pudesse acontecer. Preocupou-me o fato de países como Portugal terem alterado a sua Constituição para permitir o aborto e que esse exemplo fortificasse as correntes brasileiras favoráveis também à descriminalização do aborto no País.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte)* - Deputado Célio Moreira, cumprimento-o, assim como os Deputados João Leite e Eros Biondini, fazendo coro com suas palavras. Como médico, há vários anos estamos trabalhando pela preservação da vida, lutando contra a doença e a morte. Graças a Deus, ontem, no Congresso Nacional, tivemos a felicidade de ver derrubado esse projeto de lei de descriminalização do aborto! Cumprimento nossos representantes no Congresso pelo bom-senso de não se entusiasmarem por um pequeno grupo, que se dizia maioria, preocupado com outras coisas, menos com a vida. Aproveito este momento de alegria a favor da vida para fazer coro com a necessidade de se facilitar a adoção no País. Hoje é muito difícil um casal adotar uma criança. E, enquanto uns querem destruir a vida, há outros querendo adotar. Precisamos trabalhar para facilitar o processo de adoção, enquanto apenas uma pequena parte da sociedade se interessa pela legalização do aborto. Como se a pessoa que o fizesse não tivesse nada a perder, esquecendo-se de que existe um Deus que nos deu a vida. Parabéns a V. Exa. e aos Deputados João Leite e Eros Biondini.

O Deputado Célio Moreira - Obrigado. Sua fala engrandece e sinaliza para o bom senso. Agradeço a V. Exa., um ferrenho batalhador em defesa da vida. Como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida contra o Aborto, não poderia deixar de fazer um pronunciamento a respeito dessa vitória da vida contra a morte.

Várias vezes estive neste Plenário defendendo a vida. Participei, com os Deputados Eros Biondini, Miguel Martini e João Leite, de audiências públicas em Brasília, quando nos juntamos às vozes daqueles que eram contrários à descriminalização do aborto, como a Senadora Heloísa Helena. Estivemos também em Portugal, logo após a mudança de legislação naquele país para a liberação do aborto. E o que vimos lá foi um sentimento de derrota da maioria, que convive hoje com a mancha do sangue derramado por vidas inocentes impedidas de nascer.

Eu disse aqui que, às vezes, ficava temeroso de que a descriminalização do aborto fosse aprovada no Brasil, porque muitos defendem, mas, na hora de votar, ficam em casa. O que aconteceu em Portugal foi isso. A minoria votou, mas a maioria que não foi se sentiu derrotada. Hoje há várias ONGs e associações que recebem essas mulheres, orientam as mães adolescentes que engravidam e, por não terem apoio da família, são colocadas para fora de casa. Essas ONGs acolhem a mãe até o nascimento do bebê, dando toda a estrutura e o atendimento. Estivemos em Portugal e constatamos essa tristeza.

A vitória da vida sobre a morte deve, em nosso país, ser creditada ao trabalho desempenhado pelo nosso saudoso João Paulo II. Onde quer que esteja, o santo Papa está por certo abençoando este país e os homens de boa vontade que abraçaram esta causa.

Não menos importante também tem sido o trabalho do Papa Bento XVI e da CNBB, que reforçou seu empenho na Campanha da Fraternidade deste ano na defesa da vida. E não podemos nos esquecer também de homens como o Deputado baiano Bassuma, outro grande batalhador em favor da vida.

Não podemos ignorar o fato de que, neste país, a miséria ainda grassa em várias regiões, a saúde ainda padece da falta de investimentos, e muitas mulheres, no desespero, buscam no aborto a alternativa que lhes parece a única para evitar o filho indesejado. Mas é sabido também que a maioria dos abortos é praticada pela classe média. Dizem que as mulheres pobres é que praticam a maioria dos abortos, mas as classes média e alta são as que mais fazem abortos neste país. Não é justo que a vida seja sacrificada em nome da saúde da mulher, argumento usado pelo próprio Ministro da Saúde para justificar sua posição favorável à descriminalização do aborto. É preciso, sim, que a saúde seja colocada ao alcance de todos, principalmente das mulheres gestantes. É preciso, principalmente, que o País tenha estrutura para receber os filhos desprovidos de lar, desburocratizando o processo de adoção. Um passo já está sendo dado com o projeto de criação de um cadastro nacional para a facilitação de pais e crianças para adoção.

Perdoem-me as mulheres que se frustraram com a decisão da Câmara dos Deputados no seu "não" ao aborto. Não é pelo caminho do crime de retirada de fetos que passa a liberdade nem a felicidade. Deixemos a vida brotar, deixemos que Deus realize seu propósito, porque nem a pobreza nem a solidão são determinantes no destino de uma criança que está sendo gerada. Este país é grande, rico e demonstra mais uma vez que é também generoso ao optar pela vida.

Que Deus abençoe a todos que participaram desse processo histórico que manteve a prevalência do sentimento do amor ao próximo, do respeito à vida e do respeito às mulheres, porque o aborto é principalmente uma agressão ao corpo e à alma da mulher, que tem por vocação o divino destino de gerar, renovar e povoar o mundo.

Deputados Rinaldo e Doutor Viana, lembro-me de que, quando Vereador, um colega tentou emplacar, no Município de Belo Horizonte, um projeto de lei que dava autonomia aos hospitais públicos para fazer os procedimentos para matar a criança dentro ou fora do ventre. O que eu disse naquela época não se modifica hoje: a saúde não está dando conta de curar uma dor de barriga sequer, mas está querendo equipar os hospitais públicos para matar - porque o aborto é crime; abortar é matar. E tinha um projeto aqui que permitia que se matasse a criança até no nono mês, como, aliás, várias pessoas têm feito: fazem a cesariana, tiram a criança e matam-na. Há vários processos como esse, e já vimos clínicas pegar fetos e jogá-los para serem comidos por cachorros. Além disso, todos os dias assistimos ao vivo e em cores casos novos de pai e mãe que jogam filhos pela janela, no rio, no esgoto, na lagoa. Ou seja, a vida está sendo banalizada.

Aproveito este momento para desejar a todas as mães de sangue e de coração que este domingo dedicado a elas seja de muita paz e alegria. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, todos os que aqui nos acompanham ou que nos assistem pela TV Assembléia, nesta tarde, quero trazer um assunto extremamente importante no dia-a-dia de todos nós: as ações do Município, do Estado e do governo federal, mas, de um modo particular, do governo do Estado de Minas Gerais para a saúde pública. Obviamente, falo de algo que é dever do Estado e direito do cidadão. Isto posto na nossa Constituição - o direito à moradia, ao trabalho, a uma série de coisas de que nunca poderemos abrir mão, sob pena de não sermos, de fato, uma pátria, uma nação justa -, muitas vezes, parece que, por si só, já estaria resolvido, mas é uma luta permanente. Garantir o direito constitucional de acesso à saúde, de maneira digna, de acesso aos meios para se ter a saúde, para prevenir e medicar, é missão de cada homem público no dia-a-dia.

Em Minas, hoje, temos a felicidade de ter um grande parceiro à frente da Secretaria de Saúde, Marcus Pestana, Deputado desta Casa e hoje Secretário, que, sob a orientação do Governador Aécio Neves, desde o primeiro momento, tem feito um grande esforço para a parceria, extremamente necessária, entre o governo do Estado, os Municípios, os prestadores de serviço e a rede hospitalar, seja privada, seja pública, seja filantrópica, principalmente a filantrópica e a pública, mais vocacionadas ou comprometidas com o atendimento do SUS, sem discriminar a rede privada, principalmente os que se dispõem a fazer convênio com o SUS. Esse sistema tem-se fortalecido, e temos visto avanços, mas ainda há muito que trabalhar.

Hoje gostaria de abordar um aspecto do funcionamento do SUS em Minas Gerais e da gestão do Governador Aécio Neves o qual requer um pouco de reflexão, até para que possamos dar a nossa contribuição para aperfeiçoar e para reconhecer o que já existe. Trata-se do planejamento descentralizado por macrorregiões e microrregiões, o PDR, que divide as regiões do Estado para efeito das ações de saúde. Ao todo, são 13 macrorregiões em que se divide o Estado para efeito de planejamento das ações de saúde, e 75 microrregiões. Isso, portanto, reunindo os 853 Municípios de Minas Gerais.

Esse planejamento funciona como a matriz, a base para a aplicação de uma série de programas do Estado, como, por exemplo, o Pró-Hosp, programa importantíssimo que o governo Aécio Neves implantou para estabelecer parcerias com os hospitais filantrópicos ou da rede pública a fim de melhorar a sua estrutura e o atendimento. Além disso, outros programas importantes, como o Viva Vida e assim por diante, em que o governo do Estado tem de planejar a aplicação do dinheiro.

Por que esse PDR, ou seja, esse planejamento descentralizado é importante? Porque é claro que, havendo 853 Municípios, não se pode pensar que seja viável pôr um tomógrafo em cada Município, pois se gastaria muito dinheiro e depois não se conseguiria nem fazê-lo funcionar. Para funcionar, é preciso haver uma escala de serviços que justifique o custo do profissional e a manutenção do equipamento. Não se pode ter um hospital todo equipado com UTI neonatal em cada cidade. Às vezes é preciso reunir 20 cidades para obter a possibilidade de manter um serviço de média complexidade. Quanto aos serviços de alta complexidade, como, por exemplo, transplante, hemodiálise e hemodinâmica, é preciso pensar numa população de mais de 100 mil habitantes, porque é claro que haverá um volume de serviços que justificará o custo de manutenção. Esse planejamento precisa ser feito - e já é feito assim em Minas Gerais - sem nenhum partidário nem protecionismo político partidário, pensando-se no ser humano e também procurando-se dimensioná-lo de acordo com os deslocamentos de uma cidade a outra, a distância de uma cidade a outra, e assim por diante. Obviamente, como tudo que planejamos, precisa ser corrigido.

Gostaria de lembrar-lhes algo. Quando cheguei aqui, em 2003 - aliás, o Deputado Rinaldo Valério, que nos acompanha, lembra-se disso, pois já naquela época, embora não fosse Deputado, compartilhou conosco essa luta, sempre atuante e atento às questões da saúde do Centro-Oeste mineiro, de modo particular de Divinópolis - e o governo Aécio Neves iniciou esse trabalho e lançou o Pró-Hosp, todo o Centro-Oeste mineiro era parte da Macrorregião Metropolitana de Belo Horizonte. Era como se dependêssemos de tudo da RMBH, o que não é verdade. Temos serviços básicos em todas as cidades. Os serviços de média e alta complexidades existem em algumas cidades. De modo especial em Divinópolis, há quase todos. Pelo menos é o que têm também as outras cidades-pólos mineiras. Portanto, essa discriminação não era justa, pois iria menos dinheiro para a região. Levamos o pleito, e isso foi revisto. Então, o planejamento mudou; e, mudando, Divinópolis passou a ser sede da Macrorregião do Centro-Oeste, pois, até então, era sede da microrregião. Passando a ser sede de macrorregião, recebeu mais dinheiro para o Hospital São João de Deus e, nos próximos dias, receberá recursos - aliás, num trabalho que realizamos ao lado do Deputado Rinaldo Valério - para o pronto-socorro, oriundo também do Pró-Hosp por essa visão de planejamento. Além disso, passando a ser sede de macrorregião, outras cidades, como Santo Antônio do Monte, Bom Despacho e Itaúna, passaram a ser sede de microrregião e a receber um pouco mais de dinheiro para melhorar as suas estruturas.

Faço hoje essa abordagem para dizer que felizmente o governo Aécio Neves, como disse, com uma boa equipe, além do Secretário Marcus Pestana e do Dr. Antônio Jorge, Secretário Adjunto extremamente competente, médico e Vereador de Juiz de Fora, homem público sensível às dificuldades da população, está fazendo a revisão desse PDR.

Conheço a região de Campo das Vertentes. Desta tribuna já disse, mais de uma vez, que há também ali uma situação que precisa ser corrigida. Hoje São João del-Rei é considerada sede de microrregião do mesmo jeito que, em 2003, Divinópolis era assim considerada, equivocadamente em meu entendimento.

Com isso São João del-Rei é considerada hoje sede de microrregião, da mesma maneira que, em 2003, Divinópolis era considerada assim, equivocadamente, no meu entendimento. São João del-Rei, sendo considerada sede de microrregião - em toda aquela região, apenas Barbacena é considerada sede de macrorregião -, deixa de receber uma série de recursos, embora tenha de atender toda a sua população e ainda atende as pessoas que vêm da minha querida terra natal São Tiago, de Nazareno, Bom Sucesso, Conceição da Barra, Madre de Deus, Tiradentes, Santa Cruz de Minas, Prados, Coronel Xavier Chaves, Resende Costa, e assim por diante. Todos esses Municípios recorrem a São João del-Rei, mas São João recebe muito pouquinho e, com isso, não consegue prosperar nos investimentos de média e alta complexidades. Chegou o momento de rever isso, de São João del-Rei também ser sede de macrorregião, sem prejuízo para Barbacena.

É possível haver numa região duas cidades consideradas sede de macrorregião; é o que se convencionou chamar de macrorregião bipolar, dois pólos de macrorregião. Aliás, há um caso no Sul de Minas; parece-me que Pouso Alegre, Varginha e Itajubá formam uma macrorregião tripolar. As três cidades são consideradas sede da macrorregião. Qual a diferença disso? Quando a cidade é sede da macrorregião, o valor distribuído seria, digamos, R\$2,00 "per capita". Em se tratando de microrregião, só se calcula o valor sobre a população daquela cidade e mais duas ou três no entorno. Se for sede de macrorregião, calcula-se a população da macrorregião. Geralmente falamos de uma população de 1 milhão de habitantes. Por exemplo, a população de Divinópolis, macrorregião do Centro-Oeste, é até mesmo maior que 1 milhão. Multiplicando-se 1.500.000 habitantes por R\$2,00, temos, só aí, R\$3.000.000,00 de investimentos por ano. Perceberam a grande importância de se rever o planejamento? Se São João del-Rei for sede de macrorregião, em vez de receber, digamos, R\$2,00 vezes 150 mil habitantes, receberá R\$2,00 vezes 1 milhão de habitantes, o que resultará em R\$2.000.000,00 por ano. Aplicados onde? Na Santa Casa, em outro hospital filantrópico, no sistema municipal de São João del-Rei, caso haja atendimento que se enquadre no Pró-Hosp, em programas como o Viva a Vida, e assim por diante.

Portanto, aproveitando a presença do Deputado Doutor Rinaldo, quero solicitar um requerimento à Comissão de Saúde para a realização de audiência pública em São João del-Rei, convidando o Secretário de Saúde e a sua equipe. Trata-se de uma audiência em que debateremos, com a população do Campo das Vertentes e com os Secretários Municipais, a necessidade de que ali seja pólo de macrorregião, para termos a perspectiva de mais investimentos e assim melhorarmos; caso contrário, ficaremos correndo atrás do prejuízo.

Nesta semana, tive uma audiência com o Secretário Marcus Pestana. Apresentei-lhe a situação da Santa Casa de Bom Sucesso, que faz parte da microrregião de São João e da macrorregião de Barbacena, ou seja, da macrorregião do Campo das Vertentes; ela não envia praticamente nenhum paciente para Barbacena, mas é considerada filiada àquela macrorregião e envia para São João del-Rei. Em Bom Sucesso, uma cidade de mais 20 mil habitantes, a situação da Santa Casa é de penúria. Tirei R\$50.000,00 do dinheiro de emenda parlamentar para ajudar a Santa Casa, mas é pouco - temos de fazer aqui o milagre dos pães: um pouquinho para uma cidade, um pouquinho para outra. Tenho a honra de ser Deputado majoritário em Bom Sucesso, como em várias cidades da região. Fui ao Secretário Marcus Pestana, mostrei-lhe a situação e disse-lhe: é preciso que se verifique a possibilidade de complementar, de ajudar nesse caso. Mas Bom Sucesso já deveria ser sede de microrregião, como Santo Antônio do Amparo, a 30km de Bom Sucesso, que está na macrorregião de Divinópolis. Em virtude da promoção que Divinópolis recebeu, pois virou sede de macrorregião, Santo Antônio do Amparo hoje é sede de microrregião.

Santo Antônio do Amparo, que também tenho a honra de representar nesta Casa, arrumei recursos de emenda parlamentar para lá, é um pouco menor do que Bom Sucesso. Santo Antônio do Amparo está evoluindo, com uma estrutura de saúde bem melhor que a de Bom Sucesso, e o povo de Bom Sucesso reconhece isso.

Só para lembrar, Santo Antônio do Amparo era Distrito de Bom Sucesso. Ao longo de muitos anos, a maioria da população desse Município usou a Santa Casa de Bom Sucesso, que tem um século de história. É uma santa casa imprescindível na região, com cerca de 70 leitos e que atende várias localidades - Macaia, Ibituruna e São Tiago, por meio de Mercês de Água Limpa, que é próximo. Hoje a estrutura de saúde de Bom Sucesso começa a deteriorar-se e sua Santa Casa está quase inviabilizada. A solução para isso é o planejamento macrorregional do Estado.

Portanto, esta Casa tem o dever de trabalhar para a solução do problema. Obviamente, eu, como representante da região, preocupo-me com a situação, e vamos, a exemplo do que fiz por Divinópolis, trabalhar para que São João seja contemplado.

Aproveito para lembrar que, recentemente, lutei para que Coronel Fabriciano, lá no Vale do Aço, fosse contemplado pelo Pró-Hosp, por meio do Hospital Siderúrgica, que é muito importante no Município. Além disso, conseguimos com o Secretário Marcus Pestana um convênio para construir uma UTI nesse hospital.

Deputado João Leite, o Hospital Siderúrgica tem grande importância, pois é um dos mais antigos. É o primeiro hospital da região de Ipatinga, de Coronel Fabriciano e de Timóteo. Hoje, ao atuar ao lado dos meus parceiros, companheiros do PSDB, vimos que lá havia grande dificuldade: o hospital estava correndo risco de fechar. Conseguimos trabalhar junto ao governo do Estado para que ele se fizesse presente no auxílio ao Hospital Siderúrgica.

Hoje recebi uma notícia que me deixou preocupado. Aproveito para, publicamente, registrá-la - estou comunicando o fato formalmente à Secretaria de Saúde. Recebi a notícia de que a diretoria do hospital recebeu um recado - prefiro imaginar que não seja algo procedente, espero que seja apenas uma atitude impensada - do próprio Secretário Municipal de Saúde. O ex-Deputado Chico Simões, que é Prefeito de Coronel Fabriciano - para minha surpresa, porque ele é médico -, segundo o seu Secretário, disse que não repassará o dinheiro do Pró-Hosp ao Hospital Siderúrgica. A Prefeitura recebe esse recurso por meio do fundo municipal, e ele tem de assinar para que o hospital o receba. Ele disse que não assinará, em um processo de retaliação política porque a diretoria do hospital não comunga com algumas atitudes ou com a linha política do Prefeito.

Isso é inaceitável, como seria inaceitável se o governo do Estado dissesse que, por Coronel Fabriciano ser dirigido por um Prefeito do PT, não enviaria dinheiro para lá, até porque é um dinheiro do Orçamento do Estado, em um programa desenvolvido por ele. Obviamente, o governo tem a prerrogativa de decidir e dar a última palavra de onde e quando aplicará o recurso, embora tenha de cumprir a obrigação constitucional de fazer as aplicações em saúde.

Mas o governo de Minas não tem feito essa retaliação. A prova disso é o exemplo que citei, uma vez que foi solicitado apoio para o hospital de Coronel Fabriciano, como quando foi solicitado para Teófilo Otôni, pelo Deputado Getúlio Neiva, que aqui está. Prontamente o governo do Estado liberou R\$16.000.000,00 para Teófilo Otôni, que é dirigido pelo PT.

O curioso em Coronel Fabriciano é que arrumamos o recurso do Pró-Hosp, o recurso para construir a UTI, que está em obras, melhorando, assim, o hospital. O dinheiro está sendo investido, e chega a notícia de que a Prefeitura não vai autorizar que esse dinheiro do Estado chegue ao hospital. Ligaram-me de lá dizendo que isso vai acontecer. Esclareço que eu, o Deputado Domingos Sávio, ajudei, não evitei o fechamento do Hospital Siderúrgica, quem fez de fato a ação de assinar o convênio foi o Secretário Marcus Pestana, por ordem do Governador Aécio Neves.

Mas eu fiz o meu papel, solicitado pela comunidade de Coronel Fabriciano e daquela região. Ajudamos a evitar o fechamento do Hospital Siderúrgica, mas, se houver essa retaliação política, o hospital corre, de fato, o risco de fechar. Então, isso não pode acontecer. Planejamento tem de ser feito de maneira suprapartidária. Esse tipo de política rasteira não pode acontecer, não deve acontecer. O planejamento tem de ser feito para atender o cidadão, para melhorar a saúde.

Assim, eu e o Deputado Rinaldo Valério temos posição diferente a respeito da administração municipal de hoje de Divinópolis. Não concordamos, mas fomos juntos ao Secretário de Saúde, conseguimos o dinheiro, que já irá para Divinópolis. Tenho certeza de que Divinópolis não irá recusar o dinheiro. Claro que não. Vai aplicá-lo no pronto-socorro para melhorá-lo. Assim é que temos de fazer política: trabalhar, principalmente quando o assunto é saúde pública.

Por isso, Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento dizendo que precisamos dar a nossa contribuição como Deputados, acompanhando, já que temos como Secretário um colega nosso, que é, por sinal, um dos melhores Secretários - e isso tem sido dito pelo Ministro da Saúde -, que é o melhor Secretário de Saúde do Brasil, Secretário Marcus Pestana, com uma equipe excelente. Então, que nos unamos a ele para essa revisão do plano PDR, do planejamento descentralizado das ações macrorregionais e microrregionais. Com isso, para que o dinheiro que o Estado está aplicando na saúde chegue tanto ao Município como à microrregião e à macrorregião de forma a atender o cidadão, sem nenhuma retaliação política e discriminação, mas atendendo onde realmente é necessário. Obviamente que vou levar esse pleito para que São João del-Rei e, conseqüentemente, toda a região de Campo das Vertentes seja contemplada nessa revisão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente, queremos neste momento fazer um registro que consideramos muito importante. Estamos assistindo, em Belo Horizonte, a uma grande concentração de trabalhadores rurais e de lideranças que vieram praticamente de todos os Municípios de Minas Gerais para participar das atividades comemorativas dos 40 anos da Fetaemg.

Gostaríamos de cumprimentar e saudar o Presidente da Fetaemg, Dr. Vílson Luiz da Silva, popularmente conhecido como Vílson da Fetaemg. Tem ele uma liderança muito presente aqui nesta Casa, nas comissões, nos debates, nos seminários. A Fetaemg é uma entidade muito ativa e que procura sempre ocupar os espaços para defender e encaminhar soluções para as demandas, assim como promover a defesa dos interesses dos trabalhadores rurais de Minas Gerais. Assistimos, ao longo da história brasileira, a muitas e muitas rebeliões, revoltas e manifestações camponesas, até chegar finalmente à organização do sindicalismo rural no Brasil, sindicalismo que foi banido e perseguido por um tempo, tendo muitas e muitas das suas lideranças sacrificadas e assassinadas na luta pela reforma agrária, pelos direitos sociais, na luta democrática. É preciso registrar que a Fetaemg se insere nesse cenário de maneira muito ativa.

A história da Federação é marcada por ações, movimentos, atividades que ajudaram a construir, no Brasil, a força organizada dos trabalhadores. Hoje temos diversos movimentos rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, que, ao lado de outros movimentos sociais mais recentes, faz a agitação política do meio rural, levanta a bandeira da reforma agrária e, muitas vezes, questiona, provoca, incomoda, coloca em cena e faz constar na pauta da política brasileira essa tensão permanente, que é uma reforma agrária pela metade, uma reforma agrária inconclusa, que precisa efetivamente ser ainda realizada no Brasil; porém nós, que estamos marchando a passos firmes, a passos largos para o desenvolvimento sustentável - conquista que o governo Lula vem demonstrando para a sociedade brasileira por meio de muitos e muitos indicadores sociais e econômicos, indicadores que demonstram que o Brasil, finalmente, consegue organizar social e economicamente, para garantir melhores condições de vida para sua população -, que estamos prestes a assistir a um processo mais intenso de promover melhorias estruturais no Brasil, garantir a infra-estrutura necessária para o crescimento sustentável da nossa economia, gerando oportunidades mais amplas e mais profundas para todo o povo brasileiro, ainda, efetivamente, carecemos de uma reforma agrária que seja digna desse nome e que possa, também, proporcionar para muitas e muitas famílias de trabalhadores rurais brasileiros a oportunidade de viver no campo com dignidade.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Meu querido Deputado Almir Paraca, estou muito feliz por ouvir sua fala hoje, quando diz da necessidade absoluta de os governos organizarem-se para efetivar a reforma agrária. Como Prefeito que foi, sei que V. Exa. tem essa competência. Se o governo federal transferir dinheiro para que V. Exa. faça dois, três, quatro assentamentos na sua cidade, V. Exa. o fará. Tenho dito, na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que a reforma agrária virou uma bandeira sem fim; não vai acabar nunca. Ela precisa ser efetivada. É preciso parar com esse passeio do pessoal do Paraná, que vai invadir terra no Pará, no Mato Grosso, de MST passando para cima e para baixo. Fiz uma experiência, Deputado, quando descí num assentamento perto de Frei Inocêncio, na estrada que vai de Valadares a Teófilo Otôni, e pude verificar que lá tem cabelereiro, eletricista, mecânico, todos ganhando R\$600,00 por mês para fazer de conta que estão fazendo a invasão de uma terra, para fazer de conta que estão lutando pela reforma agrária. Então o próprio MST tem de se reorganizar de tal sorte a tirar os bichos de lá e as picaretagens que algumas pessoas fazem em determinadas regiões. Na minha cidade, um

terreno federal foi invadido, o posto agropecuário federal foi invadido pelo MST. A lei é clara, e isso não pode, mas invadiram e atrapalharam o Territórios da Cidadania, que comecei a implantar em 2004. Quando V. Exa. corrobora esse sentimento, tenho a certeza de que, se o governo federal e o governo do Estado, que em 2006 passou com R\$4.500.000.000,00 de sobra no caixa da Secretaria de Estado de Reforma Agrária, desejarem transferir esse dinheiro para os Municípios, para as Associações Microrregionais de Municípios, a reforma agrária deixará de ser uma bandeira e passará a ser uma realidade neste país.

E a ONU reconhece que, sem a agricultura familiar, não há como suprir de alimentos os países mais pobres do mundo.

Então estamos juntos, Almir Paraca, na luta pela agricultura familiar, pela dinamização da reforma agrária, mas com a cabeça no lugar. Se não se municipalizar a reforma agrária, não há jeito, pois a burocracia do Incra, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da própria Secretaria come o dinheiro no meio do caminho e não efetiva a reforma agrária.

Meus parabéns pelo pronunciamento. Que Minas Gerais inteira saiba dos elevados propósitos de V. Exa., dando essa excelente contribuição para a discussão de matérias importantes como a da reforma agrária.

O Deputado Almir Paraca - Muito obrigado, nobre Deputado Getúlio Neiva.

Concordamos que é preciso, efetivamente, promover ajustes no modelo que vem implementando a reforma agrária no Brasil. Somos, nobre Deputado Getúlio, conhecedores profundos dessa causa. Venho de uma região, o Noroeste de Minas, que V. Exa. conhece muito bem, onde estão concentrados os assentamentos de reforma agrária em nosso Estado. Acompanhamos, de perto, todo o processo, desde os acampamentos, onde as pessoas se submetem a condições subumanas, e ficam lá, às vezes, anos a fio. Temos hoje, no Estado de Minas Gerais, inúmeros acampamentos que se aproximam de uma década sem solução. Então, além de todo o sofrimento nesse estágio de acampados em barracos de lona, passando por privações as mais diversas, por muitas dificuldades, quando se consegue alcançar, efetivamente, a terra, assistimos a um processo ainda mais complicado: o acúmulo de dívidas e pressões. Há uma expectativa muito grande até o momento de chegar à terra, no entanto os recursos da infra-estrutura, para a produção acontecer, chegam num descompasso muito grande entre o acesso efetivo à propriedade da terra e às condições objetivas de produção, de construção da infra-estrutura mínima, básica, como a construção da casa, a organização e a viabilização da produção.

Concordo, também, que precisamos da cooperação dos movimentos sociais. A Fetaemg está ficando, cada vez mais, atenta a isso, acompanhando essa dinâmica da sociedade brasileira e compartilhando uma preocupação comum, que é exatamente no aspecto da seleção dos futuros assentados.

Sabemos que um dos componentes que inviabilizam e dificultam o sucesso da reforma agrária no Brasil, além de toda essa dificuldade já anunciada dos recursos no momento certo para a implantação dos projetos dos assentamentos, é exatamente a pouca afinidade de um conjunto substantivo de pessoas e famílias, que acabam indo para o movimento da reforma agrária por absoluta falta de oportunidade na cidade. Por não terem afinidade, por não terem domínio, por não saberem lidar com a terra, e em função da grande dificuldade de se ter uma assistência técnica à altura para viabilizar os assentamentos, estes muitas vezes não são dignos desse nome, fazendo com que muitas e muitas condições das periferias urbanas, mal assistidas, mal atendidas do Brasil, sejam transportadas e refletidas nos assentamentos da reforma agrária.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas está completando 40 anos. Ela é responsável pela maioria dos assentamentos de reforma agrária em nosso Estado, atua nesse segmento e preocupa-se com ele. Hoje a Fetaemg está certamente muito preocupada com a viabilização nos assentamentos de reforma agrária, além de propiciar condições adequadas para os agricultores familiares e para os trabalhadores rurais do nosso Estado.

Esperamos que a Fetaemg possa continuar na sua luta permanente para viabilizar maiores e melhores oportunidades e condições de trabalho para o homem do campo, particularmente para o agricultor familiar, porque, como já dito aqui, sem a produção desse agricultor, não teremos condições de colocar alimentos na mesa nem dos brasileiros nem na de pessoas de outros países, especialmente agora, quando estamos diante dessa necessidade mundial de ampliar a oferta de alimentos.

Estamos diante de uma grande oportunidade, na medida em que o Brasil é efetivamente o único país que ainda tem ampla margem de terras agricultáveis, que podem ser, sem muitas dificuldades, incorporadas à produção. Mais ainda, se pensarmos nessa direção, o que acredito temos de fazer, poderemos ampliar sistematicamente a produtividade das propriedades rurais de Minas Gerais e do Brasil. Temos, na pecuária brasileira, a média de uma cabeça de gado por hectare demonstra o quanto poderemos oferecer de área para a agricultura e para a produção de alimentos, sem comprometer as condições do rebanho bovino brasileiro, se adotarmos práticas hoje já conhecidas e convencionadas, utilizadas no mundo inteiro, até mesmo em muitas propriedades brasileiras.

A Embrapa é uma das empresas mais respeitáveis do nosso país, o que vem demonstrar que o Estado, quando bem conduzido e bem gerido, consegue cumprir com seus propósitos e obrigações. O conhecimento desenvolvido pela Embrapa na agricultura e na pecuária brasileiras é exemplo para o mundo inteiro. Temos capital intelectual, conhecimento suficiente para promover uma verdadeira revolução no campo brasileiro.

Gostáramos de registrar que a Fetaemg faz parte desse esforço e desse processo e pode continuar sendo uma grande parceira na promoção da democracia e da vida no campo, no interior brasileiro. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente Deputado João Leite, é uma honra realizar meu pronunciamento no momento em que preside esta reunião, porque V. Exa. é um dos Deputados mais valorosos deste Estado, homem querido de Belo Horizonte e de seu entorno, assim como de todo o Estado de Minas Gerais, respeitado como Secretário, por quem tenho apreço especial. Esta é a primeira vez em que falo conduzido por V. Exa. Faço este registro de coração, porque lhe tenho admiração profunda.

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma análise da situação de nosso país, hoje, especialmente de alguns tabus que os nossos governantes não têm a menor preocupação em quebrar. Se olharmos a imprensa desta semana, veremos alguns números, alguns resultados muito interessantes. A receita do ICMS em Minas Gerais cresceu 41,6% até março. A receita federal cresceu 13% no primeiro trimestre. Minas avança muito mais rápido que o Brasil. Esse é um número a analisar. Cresce em Minas e no Brasil a demanda, em 48%, no trimestre, por profissionais de nível técnico, o que significa que falta educação.

Graças a Deus, no ano passado, nosso Governador decidiu que o Estado se responsabilizará também pelo ensino médio. O resultado demorará um pouco. Na verdade, durante os anos de 2006 e 2007, assistimos à falácia de que se expandiriam as escolas técnicas no Brasil. Quanto à de Almenara, por exemplo, desde o início do ano passado estamos tentando implantá-la, mas não conseguimos. Não está sendo possível implantar as escolas técnicas federais.

Há mercado de trabalho, mas há desemprego. O mercado de trabalho precisa de técnicos, mas não há escolas técnicas. Temos de nos preocupar com isso porque o Brasil está passando por um momento de dificuldades em virtude de um pequeno crescimento, que já nos assusta com os "apagões": elétrico, aéreo, portuário. Isso se deve à falta de investimentos em infra-estrutura.

Alguns outros números são impressionantes. No primeiro trimestre, as vendas nos supermercados aumentaram 17%. Isso significa que o povo está comprando, o que é muito bom. O preço dos vergalhões de ferro para a construção civil aumentaram 15%, o que é muito ruim para o setor, exatamente no momento em que o governo começa a liberar maior volume de recursos para a construção da casa própria.

A Confederação Nacional da Indústria - CNI - manifestou grande preocupação, pois estima que, a partir de junho ou julho, poderá faltar matéria-prima para a indústria. Significa dizer que o governo não fez o planejamento necessário a fim de suprir o mercado de matéria-prima, com um crescimento mínimo. O Brasil crescerá, no máximo, 5%, enquanto a Argentina cresceu mais de 7%, a Índia mais de 9% e a China mais de 11%. Com esse pequeno crescimento, nosso país não se preveniu de modo a colocar mais matéria-prima no mercado. Então, teremos confusão.

Paralelamente, vemos um "boom", uma explosão do mercado de minério de ferro. A Vale do Rio Doce, agora denominada Vale, acaba de firmar com a Arcelor o maior contrato de fornecimento da história do mundo, com US\$3.600.000.000,00 para fornecimento de minério de ferro. Tudo bem, isso vai gerar algum emprego, mas gerará também problemas, pois não estamos preparados para o crescimento.

A Usiminas liderou, até março, o ciclo de aporte siderúrgico de Minas Gerais. Depois de mudar a Presidência, deu um salto, começou a adquirir várias usinas e minas. Está-se desenvolvendo. O governo federal, mesmo sem a CPMF, faturou mais 13% no primeiro trimestre. Arrecadou nada menos que R\$162.500.000.000,00. O somatório, o excesso da arrecadação do governo federal, no primeiro trimestre, mostra que o lucro foi de R\$22.500.000.000,00 a mais que o correspondente ao mesmo período do ano passado. Até junho deste ano, ficará provado, então, que não precisávamos da CPMF, que estava estimada em R\$39.000.000.000,00. Ou seja, até junho o excesso de arrecadação do governo federal passará de R\$40.000.000,00; todavia, há outro problema, em relação ao qual alguns componentes da ONU refizeram seus raciocínios. Começaram a dizer que o crescimento do etanol no Brasil seria um perigo. Agora, focalizam suas críticas nos Estados Unidos e na Europa, onde a produção de álcool depende de grãos que fazem parte da alimentação: o milho e a soja. No Brasil, essa produção depende da cana, que ainda tem como expandir-se, já que há espaço para isso.

Temos problemas muito graves. O brasileiro está feliz? Está tudo bem? A população está apoiando os governos. Em Teófilo Ottoni, minha cidade, Aécio conta com 85% de aprovação popular, e Lula tem mais de 70%. Os brasileiros, portanto, estão aprovando o Governador e o Presidente.

Lembro-me de que, quando eu era criança, via meu pai participar do processo político. Naquela época, por volta de 1960, ele discutia uma campanha em nível nacional: salário não é renda.

Salário não é renda. Mas, a partir de R\$1.300,00, pagamos 15% do salário de Imposto de Renda. E, acima de R\$2.300,00 a R\$2.400,00, pagamos 27,5% de Imposto de Renda. Nessa situação, não se permite que o brasileiro se incorpore como grande consumidor para dar segurança aos empresários e ampliar a demanda por produtos, para que o crescimento seja sustentável, havendo na população a capacidade de comprar os seus bens de consumo e duráveis.

Sr. Presidente, trazemos certas questões para discussão, porque este espaço é para isso. Há duas semanas, um "sheik" disse: "O petróleo chegará a US\$200,00 o barril". Agora os organismos internacionais confirmam que o petróleo pode chegar a US\$200,00 o barril. Lembro-me de que, quando o Fernando Henrique assumiu a Presidência, o petróleo custava US\$60,00 o barril. Estava a US\$118,00, passou de US\$120,00. E poderá chegar a US\$200,00. Onde iremos parar com isso? Será que a crítica ao etanol brasileiro não tem outro objetivo ou sentido? Na verdade, verificamos que os Estados Unidos são os maiores poluidores do mundo. Cerca de 20% da sua matriz energética é carvão mineral, o elemento mais pernicioso ao meio ambiente. Na China, 70% da matriz energética decorre do carvão mineral, altamente poluente. O Brasil não dá nem 2%, porque tem pouco carvão mineral. Por outro lado, temos usinas hidrelétricas quase suficientes para bancar o consumo atual, mas não agüentam os anos de 2009 e 2010, porque não expandimos.

Estamos fazendo essas discussões para que as pessoas comecem a raciocinar o que temos de fazer no País, qual o papel do parlamento para tentar melhorar isso. Nesta Casa, temos discutido muito sobre o conflito entre o meio ambiente e o setor produtivo. Temos, na Assembléia Legislativa, o seminário "Minas de Minas", que discute essa questão de forma ampla. Preocupo-me com isso, porque Minas já cresceu mais do que o governo federal, mas poderá crescer muito mais ainda se reduzirmos esse conflito. Para isso temos de separar os bons ambientalistas, os equilibrados daqueles xiitas malucos, que acham que, se você pisar em uma formiga ou matar uma praga, está prejudicando o meio ambiente, porque cada pequeno ser ou inseto, cada árvore ou capim fazem parte do meio ambiente. Eles raciocinam tão dogmaticamente que a única coisa que eles não consideram que faz parte do meio ambiente é o homem, que é obrigado a se preocupar com todo o meio ambiente sem se preocupar consigo mesmo. Temos de dosar. E, para dosar isso, é necessário que haja uma discussão ampla.

Na Casa, realizamos um seminário de meio ambiente e estamos fazendo um seminário sobre a mineração. O grande gancho para o crescimento de Minas Gerais será mesmo a mineração. Mas temos de nos preocupar não apenas em exportar minério de ferro. Lembro-me de que, quando era estudante, aqui, em Belo Horizonte, quando brigávamos com a ditadura, um dos temas que discutíamos muito era sobre o domínio da Hanna Corporation aqui, no Quadrilátero Ferrífero. Ela dominava essa área. Fazia o mapeamento geológico, que o governo aceitava. E tudo se encaminhava por meio de um mapeamento feito por uma empresa estrangeira que dominava o minério de ferro no Quadrilátero Ferrífero. É claro que evoluímos muito de lá para cá. Mas o Brasil tem alguns tabus. Vou citar um. O Deputado Almir Paraca falou aqui sobre a reforma agrária. S. Exa. foi Prefeito e tem experiência administrativa, ou seja, sabe o que é pegar no batente no Município. Ele diverge um pouco daquela linha dogmática do PT, que acha que a reforma agrária tem de ser feita pelo governo federal e pelo Inbra.

Na verdade, não existem órgãos mais incompetentes para fazer reforma agrária que o Ministério da Reforma Agrária e o Inbra. Eles são incompetentes, não têm capacidade organizacional, metodologia, nem mesmo a cabeça no lugar. Vão ficar ensebando por aí afora, tentando falar que estão fazendo reforma agrária, o que é uma grande mentira. Não estão fazendo coisa nenhuma.

Também comungam do mesmo pensamento meu os ex-Deputados Marcos Helênio e Rogério Correia, este na reunião que tivemos nesta Casa, e o Deputado Almir Paraca. Estão fazendo de conta que fazem reforma agrária. Se realmente querem fazer reforma agrária, então que façam parceria com os Prefeitos. Quem é de origem campesina, em cada vila, em cada cidade e em cada povoado e quem tem calo nas mãos e já produziu tomate, feijão, arroz e chuchu é que sabe a época de plantar, como plantar e quando colher. Mas essas pessoas estão nas favelas das cidades porque não houve suporte do governo, não só do Lula. No entanto, Lula era a grande esperança de se fazer reforma agrária totalmente neste país. Ele próprio, há cerca de um ano, confessou a sua incompetência de realizar o seu propósito. Ele confessou, na imprensa e na mídia, que foi incompetente para realizar o seu propósito, isto é, que não conseguiu fazer o que queria. Isso porque, dogmaticamente, não se faz reforma agrária nem se resolve problema social. Problema social e reforma agrária se faz na prática, objetivamente, com as pessoas que conhecem o campo e as pequenas cidades deste país.

O outro dogma, o outro tabu é a chamada reforma política que o Brasil precisa fazer. Vejo aqui Deputados preeminentes discutirem, com muita veemência, a necessidade da reforma política, mas não vi nenhum deles, até hoje, falar que a reforma política deve começar pelo voto distrital.

Isso porque tem de haver um distrito para que o político seja conhecido. Ele precisa morar no distrito para que todos saibam quem é ele. Ao contrário do que existe hoje, com uma Câmara dos Deputados formada por empresários que compraram votos nos seus Estados, até por telefone. Essa é uma preocupação basilar.

Falar em reforma política sem falar em voto distrital é falar bobagem. Um bom exemplo disso é Margareth Thatcher, que foi Primeira-Ministra da Inglaterra por 11 anos. Onde ela estivesse, em qualquer parte do mundo, ela tinha de voltar no sábado, às 10 horas, porque tinha de prestar contas aos seus eleitores no seu condado, na igreja, às 10 horas. Tínhamos de ter esse comportamento aqui.

Todos os finais de semana eu volto para a minha base, mas tenho de fazer isso no meio da rua, porque não há, institucionalmente, uma forma de o Deputado ser eleito por uma região e voltar àquela região para prestar conta aos seus eleitores num determinado dia da semana. Por isso usamos aqui a tribuna, para tentar prestar contas, como fiz ontem em relação à área da saúde.

Ainda tenho de tratar de outros temas, como a questão das concessões de serviço público, por isso vou pedir a V. Exa. um pouquinho a mais de tempo. Sobre as concessões de serviço público, as PPPs, estou lutando já há muito tempo pela reconstrução da estrada de ferro em Minas que ligava Caravelas, na Bahia, a Aracuaí. Era uma estrada de ferro com 575km de extensão. Para se ter uma idéia do tamanho dessa estrada de ferro iniciada em 1861 por Teófilo Benedito Otôni, digo que ele ficou famoso por ser o maior ferroviário do País, o grande ferroviário do Brasil que virou Visconde e Conde de Mauá e fez 175km dessa estrada. Mas, como Teófilo Otôni era contra o governo imperial, os livros de história não contam o que ele fez. Estamos lutando para ter essa estrada de ferro de volta, mas não consigo fazer o governo entender que isso pode ser feito com concessão, por PPP, ou por simples concessão. Se tivessem a concessão, os empresários apareceriam para fazer a obra. Por isso fico me perguntando se não estamos com os nossos olhos um pouco obliterados por alguma coisa.

Fui a Paris, ao Quartier Latin, e entramos numa garagenzinha de um prédio de mais de 800 anos de idade e descemos 10 andares para baixo. Construíram 10 andares de garagem para baixo. Em Buenos Aires, na avenida principal, não se vê um carro estacionado aqui ou ali, já que debaixo dessa avenida existe um grande estacionamento.

Aqui, nós temos o inferno do trânsito de Belo Horizonte, que está quase igual ao de São Paulo, empacando. Mas não vi ninguém na Praça Raul Soares gastar R\$2.000.000,00 só para refazer o jardim e recapear em volta dela, e deixar de lado o projeto, de 20 anos atrás, de a Avenida Amazonas passar por baixo da Praça. Se fizesse concessão de serviço público, além de essa avenida passar por baixo, melhoraria o tráfego e o trânsito, e haveria a possibilidade de se fazer um estacionamento para que as pessoas não deixassem o carro no meio da rua. Mas há uma dificuldade de se fazer concessão de serviço público no Brasil, pois a legislação é muito tacanha. É preciso reformular a Lei nº 8.666, a fim de possibilitar que as parcerias público-privadas e as concessões sejam feitas de maneira mais ágil. São Paulo fez uma experiência de privatização de estradas; depois Minas fez um processo diferenciado e mais lucrativo para o Estado. Há possibilidade, mas temos de trabalhar nesse viés de provocar as concessões de serviço público. Não temos dinheiro nos governos estadual e federal - e não o teremos nos próximos 10 anos - para fazer todas as obras públicas necessárias. Não adianta o Lula falar que o PAC vai resolver, porque o PAC empacou. Neste ano, por exemplo, só se liberaram para o PAC 8,78% dos valores que estavam programados para liberação no primeiro trimestre. No ano passado, foram liberados menos de 40% do total previsto. Claro que o Lula vai falar como o Sarney: "A gente pensa em fazer uma coisa, manda fazer, mas ela não acontece". Ela não acontece. Mas o Brasil precisa começar a pensar de forma diferenciada, isso percebendo que alguns setores são vitais para a segurança nacional e o equilíbrio da Nação, os quais devem ser preservados nas mãos do Estado, mas outros setores podem ser entregues à iniciativa privada, que é muito mais ágil, com custos mais baratos de manutenção dessas obras.

Aproveito a benesse do Sr. Presidente em conceder-me um pouco mais de tempo, para concluir o raciocínio a respeito da Emenda nº 29, da saúde. Não dá para entender que o Presidente Lula prometa investir fortemente na saúde e não aceite a aprovação da Emenda nº 29 porque terá de gastar 10% do Orçamento federal com saúde. Ele não quer gastar 10%, mas o Município é obrigado a gastar 15%. E estamos vendo milhares e milhares de pessoas morrerem nas portas dos hospitais e prontos-socorros. Os Municípios estão passando aperto. Quando era Prefeito, gastava mais de 20% com a saúde. No primeiro ano, gastei 28% do Orçamento e construí uma bela estrutura de saúde. Mas o pessoal que chegou depois reduziu a aplicação do recurso, e acabei tendo de pedir à Comissão de Saúde que conversasse com o Marcus Pestana para que nos ajudasse, pois arrebentaram com a saúde de Teófilo Otôni aplicando só o limite de 15%. Não tem jeito, qualquer cidade-pólo vai gastar cerca de 25% para manter um bom sistema de saúde. E que o governo federal me perdoe, mas faço um apelo ao Presidente Lula e ao Ministro Temporão. Não tem CPMF, mas o resultado da arrecadação foi superior. Então que se trabalhe pela aprovação da Emenda nº 29, porque não se pode aplicar só 10%.

Deixarei os outros assuntos para a próxima reunião. Agradeço penhoradamente; e gostaria de ter parceiros nessa discussão, que companheiros nossos se manifestassem nessas discussões profundas, pois este é o espaço democrático e a possibilidade que temos de levar nossas idéias até o povo e ainda mostrar que administração pública e política não é coisa tão complicada. As pessoas é que complicam, a fim de criar dificuldades para, depois, levar as vantagens e criar as facilidades. Esse é um problema grave que temos de encarar.

Creio que ainda temos brasileiros - como o meu amigo Deputado Ademir Lucas, que tem experiência na administração municipal por duas vezes e que está há tanto tempo na vida pública -, ainda temos companheiros capazes de discutir esses assuntos de forma profunda para clarear a situação do nosso País, para o nosso povo, e dar um pouquinho mais de consciência à população sobre o que é fazer boa política ao invés de ser político profissional, daqueles vagabundos que compram votos. Obrigado.

38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 13/5/2008

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Srs. Deputados, telespectadores, público presente. Hoje, 13 de maio, é um dia significativo na história do Brasil, talvez não pelo que foi, mas pelo que poderia ter sido; de qualquer maneira, significativo. Ainda carregamos a mancha triste da escravidão, quando 10 milhões de negros, dos quais 60% sobreviveram à travessia do Atlântico, foram trazidos para o nosso país nas situações mais atrozes de negação de todo e qualquer valor de dignidade humana.

Sobre o 13 de maio, digo que é uma data que representou um processo. Tivemos a abolição da escravatura mais tardia das Américas, conseguida com muitas dificuldades e muita luta, em virtude da força dos senhores de escravos, dos senhores de terra na estrutura produtiva e na estrutura de mando tanto na Colônia quanto no Brasil Império. De qualquer maneira, 13 de maio significou um passo, a síntese de um processo de luta, mas não foi a abolição esperada, porque, na verdade, os negros, que construíram a riqueza deste Brasil e produziram tudo o que existia nesta terra, foram praticamente expulsos das fazendas sem indenização nem direito de acesso à terra.

A lei da terra de 1850 já estabelecia que qualquer propriedade de terra por escravo alforriado só seria possível se ela tivesse sido comprada; a terra nunca poderia ser titulada por qualquer outro tipo de ocupação, como a lei estabelecia para os brancos. E assistimos à tragédia da história: os mocambos e as senzalas foram trocados pelas favelas nas periferias das grandes cidades. O resto da história nós conhecemos: a luta dos negros neste país pela igualdade racial e pela transformação desta sociedade.

Hoje, gostaríamos de fazer um destaque.

Tramita nesta Casa, de nossa autoria e de outros colegas Deputados, o Estatuto da Igualdade Racial, que resgata a dívida histórica de 400 anos e, particularmente, a dívida de 1888. Fazemos aqui um apelo às comissões da Assembléia e à Mesa desta Casa para que o Estatuto da Igualdade Racial seja posto em votação. Ele estabelece políticas de inclusão social da comunidade negra em Minas Gerais, determina a criação de um conselho em que os próprios negros participarão da definição das políticas públicas, estabelece políticas de ingresso no trabalho e, particularmente, na educação, pelo sistema de cotas. Acreditamos hoje, mais do que nunca, que a educação é a via da inclusão social.

Então, 1888, não o que foi, mas o que devia ser. A esperança de uma sociedade em que a democracia racial não fosse uma palavra vã, um mero discurso ideológico usado para justificar uma pseudocordialidade do homem brasileiro. O que foi, o que poderia ter sido. Com toda a certeza, poderíamos ter uma sociedade como no grande sonho de Martin Luther King, líder lutador pelos direitos civis nos Estados Unidos. Agora, no dia 4 de abril, comemoramos 40 anos do seu assassinato. Martin Luther King falava do grande sonho de viver num país onde seus filhos negros pudessem estudar na escola de brancos, onde seus familiares pudessem entrar num ônibus que se deslocasse até um bairro de brancos, onde a igualdade não fosse uma palavra vã na história dos homens. Sonha mais ainda Martin Luther King, ao dizer e acreditar que o mérito de uma pessoa, numa sociedade que sonhava, não seria definido pela cor da sua pele, mas pelas suas capacidades pessoais.

Num dia como hoje, que deve trazer-nos não o que foi, mas o que deveria ter sido, aproveito para retomar o assunto que eu trouxe à baila há pouco, como questão de ordem. Nesta Casa, parece que nem a abolição da escravatura pela Princesa Isabel foi feita. A Comissão de Direitos Humanos amanhã iria realizar um debate sobre a arbitrariedade das demissões na Cemig, onde 15 dirigentes sindicais foram punidos por participarem do movimento sindical, garantia constitucional estabelecida em lei, e, pasme, Deputado Mauri Torres, a reunião foi impedida de acontecer. O Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia - já que o Líder Mauri Torres disse que nem sabia que haveria a reunião -, suspendeu a realização da reunião, para a qual convocávamos o Sgt. Djalma Moraes, da Reserva do Exército, para prestar esclarecimento a respeito dessa perseguição e dessas demissões; para explicar à sociedade mineira o acontecido numa empresa tão rica, pela qual esta Casa lutou, garantindo que continuasse pública, porque o governo do PSDB de plantão, do Sr. Eduardo Azeredo, queria privatizar a Cemig, entregá-la a preço de banana. Que coisa vã! A Comissão de Direitos Humanos, que presta serviço a esta Casa, foi algemada pela Mesa, que impediu que a reunião acontecesse amanhã.

Sr. Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, esperamos que essa questão se resolva, senão, amanhã, na reunião da Bancada do PT, exigirei explicações e um posicionamento da bancada.

De forma alguma, admitiremos que uma funcionária comunique à Comissão que a reunião foi retirada ontem do ar no "site" da Assembléia e que a Mesa proibiu que fosse realizada. No dia em que nós, como Presidente de Comissão, deixarmos de ter um poder mínimo para realizarmos uma reunião, será melhor renunciarmos aos mandatos e entregarmos as Presidências de nossas comissões.

Encaminhei à Mesa duas questões de ordem. A primeira é para que a Mesa explique com que fundamento a reunião da Comissão de Direitos Humanos de amanhã foi posta no tronco, como na época da escravidão. Com que fundamento jurídico, sem nem conversar com o Presidente, suspende-se, de forma autoritária, a reunião de uma comissão. A segunda é para que os membros da Mesa e os funcionários de apoio legislativo de cargo de confiança apresentem suas contas de luz. Quero saber se a Cemig, além dos 17%, deu isenção total para esse pessoal. Não posso entender que um Poder fique de joelhos, cerceado. Algum motivo há. Além do mais - o que é mais triste -, quem presidiu a Frente Estadual contra as Privatizações, por escolha de todos nós, na época da privatização da Cemig, foi o Deputado Alberto Pinto Coelho, nacionalista, que, com a Bancada do PT e outras bancadas, esteve à frente dando o grito contra a privatização. Ao justificar esse autoritarismo, o Sgt. Djalma Moraes, Presidente da Cemig, talvez pense que está na época da ditadura e queira, Sr. Presidente Alberto Pinto Coelho, privatizá-la em outro momento - quando nos fragilizarmos, quando se indispor, de alguma forma, a Cemig com seus servidores e funcionários. O mais triste nisso é que o Presidente da Assembléia havia me garantido que não haveria demissão dos servidores nem punição e que essa tinha sido a garantia da Cemig.

Vemos uma empresa que está descumprindo e foi condenada, por unanimidade, pelo Tribunal Regional do Trabalho para pôr fim à terceirização. Considerou-se ilegal e está pagando multa diária altíssima, caso não realize concurso.

Portanto, Srs. Deputados, não posso entender de outra forma. Em outros momentos, o Deputado Mauri Torres esteve com a Presidência desta Comissão, num diálogo. Determinadas situações de convocação fizemos como convite, porque pensava que talvez fosse indelicado trazer à força uma autoridade. Concordamos. Houve várias conversas e discussões de substituição de dias até da convocação. Concordamos e entendemos a troca de alguns nomes, porque outro nome detinha mais informações; todavia suspender a reunião, de forma autoritária, sem nem ao menos conversar com a Comissão de Direitos Humanos, é um desrespeito a todos os seus cinco Deputados, aos funcionários, Consultores e Assessores desta Assembléia, que dedicam a sua vida ao trabalho da Comissão. Ontem, até as 21 e 22 horas, enquanto servidores de outras comissões já estavam em sua casa, ainda havia aqui Consultores e Assessores da Comissão de Direitos Humanos. Portanto considero um desrespeito a eles.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Quero aproveitar esta oportunidade e cumprimentar os alunos da Escola Estadual Santa Tereza, que estão participando deste momento cívico, assistindo à reunião e vendo como funciona a Assembléia Legislativa, um dos Poderes do Estado, como o Judiciário e o Executivo. Quero que a passagem de vocês por aqui seja proveitosa, que se apercebam do funcionamento das instituições, que só funcionam porque estamos em um regime democrático. Então sejam bem-vindos, aproveitem bastante e levem um abraço para toda a nossa comunidade de Santa Tereza, de Caio Martins. Um abraço para vocês e felicidade.

O Deputado Durval Ângelo* - Gostaria de encerrar com outra questão. Retomaremos à questão do "tribunal de injustiça militar". Solicitaremos ao Presidente da Assembléia que coloque em pauta a nossa proposta de emenda à Constituição que extingue o Tribunal de Justiça Militar ou, melhor dizendo, "tribunal de injustiça militar". Virei a esta tribuna, nos próximos dias, para apresentar mais casos de impunidade do Tribunal de Justiça Militar. Está no momento de a Assembléia extinguir esse Tribunal, que só absolve, é um tribunal da impunidade; é uma vergonha o que faz em Minas Gerais. O tempo é pequeno, e a pasta das denúncias em relação ao Tribunal é grande; aliás, temos também algumas denúncias de reformas e de servidores e já as encaminhamos ao Ministério Público. Espero que a Promotoria do Patrimônio Público já esteja atuando, mas tenho novas denúncias que ainda não foram encaminhadas. Então solicitaremos também ao Presidente Alberto Pinto Coelho que cumpra o seu papel como Presidente, colocando em pauta a proposta de emenda à Constituição que extingue o "tribunal de injustiça militar", para que seja apreciada nesta Casa e o Tribunal seja extinto.

Retomo a questão original. A Mesa tem duas questões de ordem para nos responder. A primeira é por que proibiu a realização da reunião e determinou a sua retirada do "site" da Assembléia. Isso é um absurdo, é censura, é o 13 de maio que não aconteceu aqui. Em relação às contas de luz, também quero saber se está havendo alguma isenção especial para os nominados, que citei há pouco, para mostrarem tanta presteza e tanto serviço não à Cemig, mas ao Sgt. Djalma Moraes, que preside essa unidade.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Gostaria somente de agradecer ao Deputado Durval Ângelo a gentileza em nos ceder um tempo do seu pronunciamento para que nos dirigíssemos aos alunos da Escola Estadual de Santa Tereza, de Esmeraldas, minha cidade natal. Muito obrigado ao senhor e ao Deputado Durval Ângelo.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente Deputado José Henrique, senhoras e senhores presentes, imprensa, povo de Minas Gerais, quero abordar um assunto bastante polêmico, a dívida das Prefeituras do Brasil, principalmente de Minas Gerais, com o INSS, baseado num fato e numa experiência que tive hoje.

Antes, Sr. Presidente, gostaria de iniciar novamente - para isso conclamo os companheiros que estão aqui - uma cruzada contra o descaso do DNIT em relação às BRs em Minas Gerais. Isso é impressionante. Todos os anos, ocupamos a tribuna desta Casa, não somente eu nem somente os Deputados do Norte de Minas - vejo aqui os Deputados Arlen Santiago e Paulo Guedes -, mas todos os Deputados de todas as regiões.

Desta tribuna, sempre debatemos, clamamos e apresentamos soluções. Realizamos também audiências públicas e intermináveis viagens a Belo Horizonte e sempre ouvimos a promessa de que haverá investimento nas estradas. Isso já está no PAC, pois há dinheiro. Enfim, temos procurado fazer a nossa parte.

Mas, ontem, chamou-me a atenção a entrevista de um Deputado Federal - e peço licença para não dizer o seu nome. Eles marcaram uma visita dos Deputados Federais de Minas à BR-040. Lá constataram o óbvio. A declaração é de que a BR-040, daqui até Barbacena, do nosso Andradinha, que está aqui presente, possui 1.270 buracos. Eles contaram até os buracos que há daqui até Barbacena. E falaram isso como se estivessem apresentando algo novo. Trata-se de uma comissão que veio de Brasília apresentar algo de novo.

Na verdade, precisamos de que os parlamentares federais tenham consciência de que, se não houver uma pressão violenta, bem coordenada, sem descanso, vamos continuar mais um ano, 2008, assistindo ao Presidente Lula anunciar o PAC. Como sempre, veremos, em todas as ocasiões, a Dilma Rousseff, coordenadora desse programa, ao lado do Lula dizendo que há dinheiro e é preciso acelerar esses projetos. Mas as coisas estão acontecendo da mesma forma. Está havendo os mesmos erros, o mesmo descaso e a mesma falta de sensibilidade para com o povo mineiro.

Você vai ao Jequitinhonha e vê que a BR-367 - já debatemos essa questão e vamos realizar uma audiência pública no mês que vem - está do mesmo jeito que Juscelino Kubitschek deixou há tantos anos. Ela ligaria Diamantina até o Leste de Minas, divisa com a Bahia, pegando toda a região do Sul da Bahia. E ela está do mesmo jeito, com trechos intermináveis e pontes de madeira em que mal passa um carro.

Num dia desses colocaram fogo numa ponte da BR-367. Trafegamos pela BR-135, estrada pela qual passamos todas as semanas, e está do mesmo jeito. Os buracos começaram a aparecer, e o movimento que fizemos, bem-coordenado, não foi à frente.

Na BR-251, de Montes Claros até a Rio-Bahia, a Rodovia da Morte, todos os dias morrem caminhoneiros pais de família. Trata-se de uma BR pela qual passam mais de 8 mil carretas por dia, e ela está do mesmo jeito.

Portanto, ontem os Deputados cometeram uma gafe imperdoável ao fazerem uma visita à BR-040 e anunciarem um absurdo, algo inexplicável, novo: que, de Belo Horizonte a Barbacena, a BR possui 1.270 buracos. E daí? Qual a posição dos parlamentares? Em Brasília, para conseguirmos colocar um Deputado Federal numa audiência junto ao Ministro dos Transportes, temos de ligar 10 vezes, 20 vezes, e pedir pelo amor de Deus que eles estejam presentes. Então, há um desinteresse muito grande, gritante.

Faz-se necessário que eles respaldem a posição do Governador Aécio Neves, que já disse que se passarem 20% da Cide para Minas Gerais, ele assumirá todas as BRs do Estado. Esse dinheiro seria usado para consertar as nossas BRs, mas o dinheiro some, desaparece. O Governador Aécio Neves foi taxativo com sua proposta, foi preto no branco: "Repassem 20% da Cide para Minas, e assumirei as BRs, o descaso do governo federal".

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Quero elogiar o pronunciamento de V. Exa., que é um Deputado sempre atuante, preocupado com os interesses de Minas, não apenas os do Norte, mas os de todo o Estado.

Reforçando as palavras de V. Exa., quero frisar, assinalar a verdadeira incompetência do nosso DNIT. Essa realidade constatada pelos Deputados, o DNIT já a conhece há muito tempo. Trafego nessa estrada, no percurso da BR-040 até Juiz de Fora. Lá há alguns trechos que foram desbarrancados por causa das chuvas de 2006. O DNIT apenas coloca uma placa: "Cuidado, curva perigosa. Desbarrancamento a 50m". E mais nada; não toma providências.

Isso mostra imensa incompetência, extrema demagogia. O Presidente Lula inaugura PAC para melhorar a infra-estrutura do País e está aí essa vergonha nacional, que são os buracos da BR-040, a olhos vistos, e ninguém faz nada. Ninguém do governo federal levanta sequer um dedo para resolver esse problema. Muito obrigado, Sr. Deputado. Desculpe-me pelo desabafo.

O Deputado Carlos Pimenta - Aproveito a participação de V. Exa., que é filho de um Deputado Federal que é uma pessoa maravilhosa, por quem tenho muito respeito e um carinho muito grande. Trata-se de um homem competente, com inúmeros mandatos. Talvez poderíamos estimular o nosso Deputado Federal Bonifácio Andrada para que ele possa iniciar um movimento de moralização das ações da Câmara dos Deputados em relação às nossas BRs. Fica aí o pedido. Quem sabe o Deputado Bonifácio Andrada, com toda a estrutura que tem, comece um movimento? Estou falando de coração, não estou fazendo nenhuma reclamação nem crítica. Aliás, quando tenho de fazê-las, faço na cara. Sou contundente. É para que ele inicie esse processo de recuperação da imagem. Essa turma que veio de Brasília para constatar os buracos da BR-040 deixou-me envergonhado. Senti-me envergonhado. Está na hora de começarmos o trabalho.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)* - Deputado Carlos Pimenta, este é mais um assunto importante que V. Exa. traz a esta tribuna. Eu acrescentaria a questão da BR-135, da BR-040, de Curvelo até Montes Claros, que realmente está na mesma situação. Aquela proposta de reconstrução da BR-135 ainda está sem licitação, o que demonstra que vamos passar mais um período chuvoso sem a obra, provavelmente.

Queria aproveitar o pronunciamento de V. Exa. e convidá-lo, bem como a todos os demais, para um debate que haverá agora, às 16 horas, na Comissão de Direitos Humanos, a meu pedido, sobre perícias do INSS. Trata-se de um assunto que tem mexido com todo o Estado de Minas Gerais: a grave questão de o INSS não aceitar atestados médicos e não aposentar pessoas que já se encontram em evidentes condições e necessidades de se aposentarem. Todas as partes envolvidas estarão presentes: a direção do INSS, a Associação Nacional dos Médicos Peritos, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública Federal e muitos segurados, que estarão aqui defendendo e mostrando a sua situação. Como V. Exa. é médico e muito ligado à saúde, queria convidá-lo a comparecer, bem como a toda a Casa. A reunião ocorrerá agora, às 16 horas, na Comissão de Direitos Humanos. E haverá transmissão pela TV Assembléia. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Carlos Pimenta - Muito obrigado, Deputado. Com certeza, estarei presente. Parabéns pela escolha do tema, que realmente é muito importante.

Encerrando esta primeira parte em relação às BRs, gostaria, Sr. Presidente, de falar sobre um assunto constrangedor e difícil até mesmo para abordar em rápidas palavras, mas que é extremamente preocupante. Refiro-me, Deputado Paulo Guedes, às dívidas das Prefeituras brasileiras,

principalmente as de Minas Gerais, com o INSS. Sobre esse assunto, há alguns dias, houve uma ação da Polícia Federal que culminou com a prisão de 14 Prefeitos de Minas Gerais, além de Juízes Federais e serventuários. Enfim, foi uma ação da Polícia Federal. Não quero entrar no mérito, muito embora não concorde. A minha posição é clara: foi uma ação precipitada, afoita da Polícia Federal, porque muitos daqueles Prefeitos estavam defendendo os interesses do Município. Mas não vou entrar nesse ponto. Quero chamar a atenção para o fato de que a dívida hoje dos Municípios de Minas Gerais com o INSS são dívidas de anos, de décadas. São dívidas ativas que perfazem, muitas delas, inúmeras vezes, o Orçamento que as Prefeituras recebem hoje. Essas dívidas são impagáveis. As Prefeituras estão ficando inadmissíveis por causa de dívidas contraídas por Prefeitos - muitos deles até já morreram ou deixaram as Prefeituras há muito tempo.

Essas dívidas são impagáveis. As Prefeituras estão ficando sem condições de administração em razão de dívidas contraídas por Prefeitos anteriores. Muitos desses Prefeitos já morreram, muitos já deixaram as Prefeituras há muito tempo. Além de serem impagáveis, essas dívidas estão deixando as Prefeituras presas no cadastro de inadimplentes do governo federal, e esses Municípios não estão podendo receber nenhum centavo do governo federal com repasse de emendas parlamentares, programas do governo federal, a não ser programas que transferem o dinheiro fundo a fundo, do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde. Então, é necessário que se faça algo urgente. O governo federal tem editado várias medidas provisórias e não aborda essa questão da dívida das Prefeituras em nenhuma delas. Vemos companheiros humilhados, sendo presos. Cito o exemplo de uma Prefeitura, caro Deputado Paulo Guedes, a de Salto da Divisa, onde o Prefeito contratou, por licitação, um escritório de advocacia, não para receber recursos que já deveriam ter sido destinados ao Município, mas para proporcionar ao Município o recebimento de novos recursos do governo federal já licitados e publicados no "Minas Gerais". Infelizmente, um homem correto, sério, probo foi humilhado, preso por estar defendendo os interesses do seu Município. Citaria ainda o exemplo de Almenara, onde ocorreu o mesmo fato.

Não vou entrar em outros detalhes porque não conheço outras Prefeituras, mas é necessário que se faça algo. O governo, por lei, impede que as apreensões do recursos suplantem a 6% do FPM, mas, na verdade, muitos Municípios estão tendo retenções superiores a 30% do FPM. E ninguém pode fazer nada, ninguém pode reclamar de nada, não tem uma porta para bater, ninguém levanta essa questão. Parece que é proibido falar sobre dívida de INSS, parece que é proibido falar sobre o que aconteceu. Hoje, o medo é uma imposição que está sendo colocada para o povo brasileiro, para os administradores. Temos que dissecar essas questões. A situação não pode permanecer como está. A legislação permite a retenção máxima de 6%, e estão seqüestrando mais de 30% dos recursos do governo federal.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Primeiro, Deputado Carlos Pimenta, gostaria de parabenizá-lo por trazer à tribuna desta Casa um tema tão importante, e quero contribuir falando das dificuldades de algumas Prefeituras. Quero citar aqui, por exemplo, a Prefeitura de São Francisco: o Pe. José Antônio recebeu a Prefeitura com uma dívida de quase R\$15.000.000,00 de gestões anteriores com o INSS. Fez um parcelamento e está pagando quase R\$200.000,00 por mês que retira do FPM, recurso que poderia estar sendo investido nas estradas, na pavimentação de bairros. Realmente, esse é um tema que merece ser olhado de forma diferenciada.

Vamos levar essa reivindicação ao governo federal. O INSS deveria ser menos implacável durante a gestão. No passado, permitiram que os Prefeitos cometessem vários erros, como descontar de funcionários, não pagar, fazer e acontecer, por isso os novos Prefeitos assumem as Prefeituras com essa bomba nas mãos, sem saber o que acontece. Portanto, o INSS teria que cobrar dos gestores anteriores e não dos atuais.

O Deputado Carlos Pimenta - Perfeitamente. Peço um minuto, Presidente, para terminar, só para que possamos dizer que vamos propor um debate na Comissão de Assuntos Municipais. Poderíamos convidar a própria Polícia Federal para estar presente, a Associação dos Municípios de Minas Gerais, o INSS, o Congresso Nacional e fazer um debate aberto para saber o que pode ser feito. Se fosse Prefeito de Minas Gerais, fecharia as portas da Prefeitura. Não há como administrar uma Prefeitura com a perseguição de todo o mundo, e, se o Prefeito tem qualquer atitude, vai preso injustamente.

Então, termino, Presidente, agradecendo e dizendo que, ainda este semestre, vamos promover um amplo debate das dívidas dos Municípios mineiros com o INSS. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente desta reunião ordinária, Deputado José Henrique, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores que acompanham a TV Assembléia, cidadãos que acompanham os nossos trabalhos.

Nesse final de semana a imprensa mineira publicou dados recentes sobre um balanço de denúncias a crimes de violência cometidos a crianças e adolescentes no Brasil e no Estado de Minas Gerais. Para nossa extrema preocupação, registrou-se um aumento de 146,7% no número de denúncias de violência infanto-juvenil. No ano de 2007, de janeiro a abril, foram 435 denúncias por meio do Disque 100, Disque-Denúncia, da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Nesse período, no ano de 2008, já se registraram 1.073 denúncias, um número muito expressivo. São denúncias de violência física, psicológica, abuso sexual, lesão corporal, exploração sexual sem intermediários, exploração sexual com intermediários, pornografia através de internet, vídeo ou material impresso, tráfico nacional e internacional e violência com morte. São dados que devem mobilizar e sensibilizar todas aquelas pessoas de boa vontade, segmentos comprometidos com a defesa da vida. Esse número de denúncias, por um lado, revela que precisamos caminhar muito ainda em todos os níveis de governo, em todos os segmentos da sociedade, em todos os poderes públicos; por outro, revela que a sociedade está mais consciente, mais corajosa e que começa fazer mais e melhor a sua parte, especificamente identificando e denunciando casos de violência, principalmente a chamada violência de abuso e exploração sexuais. Um outro dado que revela a crueldade dessa situação é que exatamente a maioria das vítimas são meninas de 7 a 14 anos, negras ou pardas. Além disso, a maioria dos casos de violência são cometidos pelos próprios pais ou padrastos, a chamada violência intrafamiliar.

Uma abordagem mais sistêmica dessa situação nos recomenda, num primeiro momento, a óbvia necessidade de continuarmos avançando na construção de políticas públicas preventivas, de acesso à educação, de atenção integral às famílias. Sem dúvida a agregação, a unidade e a estrutura familiar são fundamentais para se evitarem casos como esses. É importante apostar, como tem feito o governo Lula, em parcerias com o Estado e o Município, inclusive com o Estado de Minas Gerais, na implantação dos centros de referência da assistência social. É importante garantir a permanência desses jovens nas escolas e nas regiões de maior vulnerabilidade, de preferência nas escolas integradas, conforme experiência realizada em diversas escolas de Belo Horizonte, com o chamado horário em tempo integral ou com jornada extra-escolar. É fundamental haver políticas preventivas, incluídas as de transferência de renda, particularmente o Programa Bolsa-Família, com o acompanhamento das constitucionalidades.

É importante também o papel de vigilância. Nesse aspecto, na estrutura de proteção integral da criança e do adolescente, os Conselhos Tutelares cumprem papel relevante. Felizmente, Minas Gerais praticamente já universalizou em seus Municípios a implantação de Conselhos Tutelares, responsáveis por zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Todavia, não basta esses Conselhos existirem, é importante que se integrem aos demais entes - públicos e privados sem fins lucrativos - da rede de proteção integral da criança e do adolescente. Os Conselhos Tutelares precisam ter condições de executar seu trabalho. Nessa linha, é fundamental a informatização de todos os Conselhos Tutelares existentes em Minas Gerais, assim como é importante que os Conselheiros tenham mobilidade e capacidade de deslocamento, com veículos exclusivos destinados aos Conselhos Tutelares. É necessário, ainda, que esses Conselhos tenham acesso à informação e à capacitação regular, contínua e permanente.

Fico, nesta tribuna, com a obrigação de registrar um avanço importante a partir da ação da Assembléia Legislativa em parceria com os governos estaduais - no caso, estadual e federal. Conseguimos aprovar nesta Casa, no ano passado, várias emendas populares da Comissão de

Participação Popular para a área social, uma delas de R\$2.000.000,00, que permitirá - juntamente com recursos dos governos estadual e federal - a implantação de 196 Centros de Referência da Assistência Social em Minas Gerais. Conseguimos ainda aprovar uma emenda que destina R\$700.000,00 aos Conselhos Tutelares em Minas. Nesta semana, o Governador Aécio Neves anunciará, com base em diálogo realizado com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, uma série de iniciativas a partir de recursos aprovados pela Assembléia e de recursos próprios do Estado de Minas Gerais. Essas iniciativas expandirão e melhorarão os trabalhos dos Conselhos Tutelares, que hoje estão situados, em cada Município, em pontos críticos de rodovias que apresentam o maior número de casos de violência, abuso e exploração sexual.

Tudo é feito em uma ação conjunta, pelo que quero parabenizar a Sedese, na pessoa do Secretário Custódio e na da coordenadora Fernanda, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, os militantes da área da criança, os Conselhos Tutelares, assim como os Deputados desta Casa que aprovaram, nas várias comissões, essas emendas populares que permitiram essa ação integrada.

No dia 18 de maio teremos a Dia Nacional de Combate e Enfrentamento da Violência, Abuso e Exploração Sexual. Mais que lembrar essa data, registrando sua passagem, não sendo o caso muito menos de comemorá-la, mas sim de nos indignarmos diante dela, em razão do número abusivo de casos de violência cometida contra crianças e adolescentes, é importante fazermos o registro de iniciativas públicas e políticas que melhorem a situação, ainda drástica, que atinge principalmente as meninas negras e pardas, pobres.

Então, registro esse avanço importante, mas lembro também que, infelizmente, se por um lado a sociedade faz sua parte, conscientiza-se e denuncia, por outro lado a impunidade ainda reina entre aqueles que cometem tais atos abomináveis. Menos de 10% dos responsáveis por atos violentos contra crianças e adolescentes são punidos. Ou seja, 90% dos responsáveis por exploração sexual, tráfico, violência física e atentados contra crianças e adolescentes continuam impunes. Para reverter essa situação, uma medida - evidentemente não é a única, mas é importante - pode e deve ser tomada: a implantação de varas especializadas para julgar crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Em Minas Gerais não há nenhuma vara especializada para julgar tais crimes.

Conforme levantamento feito recentemente, só na região metropolitana há 1.248 processos em lenta tramitação. Assim, o indivíduo que cometeu a violência continuará convivendo com a criança. Como já disse, a maioria desses atos são cometidos por padrastos, pessoas da família, vizinhos e amigos, entre outras. Diante disso, como fazer uma denúncia se se sabe que o denunciado não será punido e, além disso, irá conviver muito próximo daquele que o denuncia?

Portanto, apresentamos uma emenda ao Projeto de Lei nº 26, que trata da organização judiciária no Estado, em que se propõe a criação de varas especializadas para julgar crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Esperamos que o Tribunal de Justiça acolha essa emenda, que, temos certeza, será aprovada nesta Casa. Se a tramitação do projeto demorar, nada impedirá que, por resolução interna, o próprio Tribunal tome essa iniciativa. Quem sabe em 2008 poderemos conseguir esse avanço no Estado de Minas Gerais?

Sr. Presidente, durante os 2 minutos que me restam, farei duas considerações. No dia 15 de maio, teremos a comemoração do Dia do Assistente Social. Trata-se de um dia muito importante para se fortalecer o papel de uma profissão que vem se firmando desde meados do século passado - década de 30 ou de 40 - na construção dos direitos de cidadania em nosso país. Hoje esses profissionais são os responsáveis pela gestão de importantes programas de transferência de renda, atenção à criança e ao adolescente e atenção integrada às famílias. Por isso, com alegria, até porque essa também é minha profissão - com muito orgulho, sou assistente social, formado na PUC Minas, e funcionário concursado da Prefeitura de Belo Horizonte - mando um grande abraço às minhas colegas assistentes sociais e aos meus colegas -, esse gênero é minoritário no serviço social. Parabenizo todos vocês, lembrando-lhes que a nossa profissão cada vez mais se firma no caminho da construção da cidadania.

Além disso, lembro que hoje completam-se os 120 anos da Lei Áurea. Esta data nos lembra o movimento negro afro-descendente. Há outras datas que também são muito relevantes e traduzem a luta dos irmãos afro-descendentes.

A data de hoje é até uma data muito polêmica porque a Lei Áurea não veio junto com medidas sociais que incorporaram efetivamente os nossos irmãos afro-descendentes no nosso país, principalmente a inclusão social, mas é uma oportunidade de lembrarmos que tramita no Congresso Nacional o Estatuto da Igualdade Racial, importante, e deve ser aprovado.

Concluindo, Sr. Presidente, nesta Casa, vários projetos estão em tramitação, inclusive um projeto que eu e o Deputado Durval Ângelo desarmamos e que trata da política estadual de promoção da igualdade racial no Estado de Minas Gerais.

Portanto, vai aqui essa reflexão. Precisamos mais intensidade nas ações de enfrentamento à violência e à exploração sexual contra crimes também cometidos contra crianças e adolescentes no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público aqui presente, quero saudar os companheiros da cidade de Manga que se encontram na galeria, cumprimentar o jovem líder político da cidade de Manga, o Adailton, que se encontra aqui presente, entre outros, o Diogo, o Jairo e o Nicolás. Cumprimento ainda todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembléia.

Estamos novamente voltando a esta tribuna para insistir em uma cobrança que já estamos fazendo há mais de um ano. Parece que as pessoas não estão ouvindo ou não estão dando importância ao fato. A instituição de que estamos tratando não pode fazer mais essa propaganda da forma como faz, colocando-se como a melhor companhia de energia do Brasil. Ela se esquece de honrar os seus compromissos com a parte mais pobre de Minas Gerais, que é o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha.

Estou-me referindo à Cemig, de que temos cobrado aqui, Sr. Presidente, por diversas vezes, que honre seus compromissos. Deve ser a 30ª vez que uso a tribuna para fazer essa cobrança, para denunciar a insensibilidade do Presidente da Cemig e dos seus principais Diretores. Estamos há mais de um ano utilizando esta tribuna para fazer essas cobranças.

Já reunimos a bancada do Norte, já fomos ao Governador do Estado, que convocou uma reunião de emergência, em dezembro do ano passado, e na nossa presença, Deputado Antônio Júlio, determinou ao Presidente da Cemig, Djalma Moraes, presente à reunião, que autorizasse fossem feitas as ligações dos poços artesianos do Norte de Minas o mais rápido possível.

O que mais me admira é que o Presidente da Cemig não respeita nem o Governador do Estado, porque a ordem dele não foi cumprida, e os poços artesianos perfurados e equipados há mais de três anos continuam sem a ligação elétrica. Com isso, centenas, milhares de pessoas passam sede em nossa região. Vêem os poços artesianos perfurados e equipados, a caixa d'água, a tubulação e a torneira no quintal, mas não podem utilizá-los porque, sem energia, o poço artesiano não funciona.

Muitos deles estão a 30 ou 100 metros da rede. Portanto, o que falta, está claro e evidente, é sensibilidade dessas pessoas. Falta vontade política. A Cemig só pensa em lucro. Se fosse uma empresa deficitária, até que entenderíamos, e precisaríamos esperar. Poderíamos, então,

dar uma desculpa ao povo. Mas é uma empresa que, só no ano passado, lucrou R\$2.000.000.000,00.

Portanto, não há justificativa, Deputado Antônio Júlio, para tanta demora e para tanta falta de sensibilidade. Por isso, vamos continuar insistindo e denunciando desta tribuna a falta de vontade e de compromisso dessa empresa que gasta milhões com propaganda no rádio e na televisão, todos os dias, mas é incapaz de cumprir o seu dever de garantir a energia para as famílias mais pobres de todos os cantos do Estado de Minas Gerais. Digo isso porque essa é uma empresa pública, constituída com o nosso dinheiro, com o dinheiro do povo de Minas Gerais.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Deputado Paulo Guedes, tenho perguntado a V. Exa., nas várias vezes em que nos encontramos neste Plenário, se a Cemig ligou a energia elétrica para aquela população do Norte de Minas, e a sua resposta é sempre negativa.

V. Exa. disse que, se a Cemig fosse uma empresa deficitária, aí, sim, talvez houvesse justificativa para isso; mas esse não é o caso, já que a Cemig teve, no primeiro trimestre deste ano, R\$448.000.000,00, de lucro. Minas Gerais paralisou o Luz para Todos e pagou para a Cemig o ponto mais caro do Brasil, do Luz para Todos. Dizem aqueles de plantão que têm de apoiar e puxar o saco do governo, que em Minas o negócio é diferente, porque as distâncias são muito grandes; mas a justificativa não deveria ser essa.

Hoje o governo do Estado de Minas Gerais, juntamente à Fiemg e à Cemig, apenas cuida do capital, na tentativa de que a Cemig, de todas as formas, seja altamente superavitária para poder dar lucro. São aqueles 33% que eles chamam de sócios estratégicos.

Então, sobre essa denúncia, Deputado Paulo Guedes, precisamos criar uma comissão da Assembléia para ir até o Norte de Minas, porque o Governador falou, pela Rádio Itatiaia, que esse problema já tinha sido resolvido há 30 dias, logo depois daquela primeira demanda, no final do ano, quando ainda não tinha chovido.

A propaganda da Cemig é excessiva, e 80% dela é enganosa. Não vi o Ministério Público, que tanto tem-se preocupado com as pequenas empresas, tomar atitudes contra a Cemig, quando ela diz que 2 milhões de consumidores pagam apenas R\$4,00 ou R\$17,00 de conta de energia elétrica. Na nossa região, estávamos dando um prêmio para quem nos apresentasse uma conta de R\$4,00. Trata-se de uma propaganda totalmente mentirosa e enganosa e que nós continuamos aceitando. Ficamos fingindo que está tudo bem, mas sabemos que hoje a Cemig apenas procura o lucro fácil. Digo isso em face das decisões e das discussões que tivemos aqui em relação a esse negócio de venda de energia elétrica e de bolsa de energia elétrica. A Cemig precisa nos dar uma melhor explicação sobre isso.

Então, Deputado Paulo Guedes, vamos fazer uma trincheira e cobrar do governo do Estado uma solução, solicitando que ele determine, mais uma vez, à Cemig que ela resolva o problema do Norte de Minas. Estive lá e voltei realmente triste por ver o descaso do governo do Estado para com a região, principalmente no que diz respeito à água, à ligação desses poços artesianos. Portanto, conte conosco, e vamos retomar essa discussão.

O Deputado Paulo Guedes - Muito obrigado, Deputado Antônio Júlio. Vou seguir a sua orientação. Vamos criar nesta Casa essa comissão, para visitar, por exemplo, o Município de Itacambira. Estive lá e constatei a existência de dez poços perfurados há três anos, todos equipados, e que não estão funcionando por pura falta de energia. Da mesma forma em São Francisco, são 19 poços artesianos perfurados e equipados também há mais de três anos. E aí vêm Manga, Januária e todas as demais cidades do Norte de Minas. Deve haver cerca de 200 a 300 poços nessa situação. São 300 comunidades que estão sem abastecimento de água porque o nosso Diretor, o Presidente e os grandes homens da Cemig parece que estão em uma esfera superior à nossa, acima do bem e do mal e "lixando-se" para a população do Estado.

Portanto, fica aqui registrada a nossa indignação. Vamos cobrar e ficar atentos a isso, sempre.

Um outro assunto que desejo debater hoje diz respeito à ação do DER no Norte de Minas, à perseguição contra o transporte alternativo. Há uns 15 dias, estão multando sistematicamente, todos os dias, os taxistas que vão a Montes Claros, vindos de Capitão Enéias, Juramento, Bocaiúva, São Francisco, Manga, Mirabela, enfim, de qualquer cidade do Norte de Minas. O pessoal está proibido de se dirigir a Montes Claros em táxi para resolver um problema ou fazer um tratamento de saúde. Eles estão obrigados a ir em ônibus da Transnorte ou da Gontijo, as duas empresas que comandam o transporte naquela região e no Estado de Minas Gerais. Parece que há um complô contra essas pessoas.

Gostaria de saber qual é o critério que o DER usa para permitir, por exemplo, que os táxis de Belo Horizonte possam ir ao Aeroporto de Confins. O direito vale para todos. Se os taxistas de Belo Horizonte podem ir até ao Aeroporto de Confins, que é outro Município, por que os taxistas de Capitão Enéias não podem ir a Montes Claros? Estamos num mesmo Estado, e há leis diferenciadas dentro dele? Que regras são essas? Que regras são essas que permitem a um taxista de Belo Horizonte ir ao Município de Confins e a um taxista de Confins vir a Belo Horizonte, mas não permitem a um taxista de Montes Claros ir a Capitão Enéias e um taxista de Capitão Enéias ir a Montes Claros? Existem leis e leis? Que regras são essas?

Portanto que seja registrada a nossa indignação contra a atitude de perseguir as pessoas que se utilizam desse veículo, único carro que têm para sustentar a família, e estão sendo privados de prestar serviços, do direito de ir e vir, um direito consagrado na Constituição Federal.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte) - Deputado Paulo Guedes, gostaria de me manifestar a esse respeito porque também tive o mesmo problema na minha cidade de Poços de Caldas, no Sul de Minas. Havia uma manifestação da Polícia Rodoviária Federal de que os táxis já não poderiam sair do Município sem uma autorização expressa do DER e haveria uma determinação do DER nesse sentido. Não me conformei com a situação e fiz uma consulta ao DER, que me respondeu não existir tal determinação. O táxi, estando com sua documentação em ordem, tem todo o direito de ir a qualquer Município sem nenhuma proibição. Levei esse documento para os taxistas e o apresentei à Polícia Rodoviária Federal. Felizmente o problema foi contornado, e a Polícia Rodoviária Federal naquele Município entende que o táxi pode ir e vir. O que existe, e que pode ter causado essa confusão, é uma determinação no sentido de coibir o uso ilegal das lotações. Isso é uma coisa, mas táxi é outra. Não tem cabimento fazer essa proibição. Como um táxi de Belo Horizonte pode ir a Confins, a Sete Lagoas, etc., mas a Montes Claros não? V. Exa. tem toda a razão, e transmito-lhe essa informação oficial que obtive do DER de Minas Gerais, mostrando que não há nenhuma proibição nesse sentido.

O Deputado Paulo Guedes - Obrigado. Gostaria que V. Exa. me fornecesse uma cópia desse documento para levar ao DER de Montes Claros e à Polícia Rodoviária que atende ao Norte de Minas. Parece que tudo de ruim a ser aplicado em Minas tem de ser no Norte. Balança só existe no Norte de Minas, e em nenhum outro lugar do Estado; o IEF só multa no Norte de Minas; nos outros lugares, já deixou desmatar tudo. Por que os órgãos do Estado deixam o saco de maldade apenas para a nossa região? Deveria ser o contrário. Trata-se de uma região que sempre ficou em segundo plano do ponto de vista dos investimentos do Estado, e agora o que há de repressão do Estado é direcionado para ela. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a discussão do projeto é muito relevante, embora o Deputado Luiz Tadeu Leite tenha hoje uma reunião de comissão muito importante, às 16 horas, para discutir o grande drama das pessoas que tentam ser aposentadas pelo INPS, atual INSS.

Sr. Presidente, a Bancada do PT pede que deixemos a discussão para a reunião da noite, e concordamos, mas apenas aproveitaremos o espaço na discussão do Projeto de Lei nº 1.973 para agradecer penhoradamente ao Sr. José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e ao Sr. Gilman Viana, Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, porque finalmente saiu a revogação do Decreto nº 44.309. Deputado Antônio Júlio, que fez muitas críticas a esse decreto, está formatada e pronta para publicação, no "Minas Gerais" de amanhã, a sua nova versão. Ficamos mais de dois meses discutindo, Sr. Presidente - a discussão envolveu os Deputados de todas as bancadas -, os critérios de multas aplicadas pela Secretaria de Meio Ambiente, pela Polícia Ambiental, impedindo a atividade econômica, especialmente dos pequenos. A nova versão do decreto traz importantes informações para os pequenos produtores rurais, especialmente os do nosso Estado, os pequenos empreendedores. Um item posto no novo decreto que substitui o famigerado Decreto nº 44.309 diz: "Na fiscalização, autuação e procedimento administrativo, os agentes do Estado vão verificar, antes da aplicação de sanções, a situação econômica do infrator, especialmente no caso de multas". Outro item importante posto no decreto é o que se refere às multas. A multa simples, Deputado Antônio Júlio, foi reduzida para R\$50,00, indo até R\$500.000,00. Na infração grave, a multa começa com R\$500,00. Já houve um grande progresso, e penso que o decreto que será publicado possivelmente amanhã, no "Minas Gerais", poderá resultar em alguma coisa. Claro que tivemos conhecimento dele há pouco mais de 15 minutos e não tivemos tempo de analisar todos os itens. Mas parece que valeu a pena a luta e a crítica feita pelo Deputado Antônio Júlio e por outros companheiros visando que o Estado, ao apreciar um projeto de lei como o de nº 1.973 ou outros, verifique, Sr. Presidente, a necessidade de tomar cuidado em relação àquilo que penalizará os mais pobres, os mais carentes, os menos possuídos, os menos avantajados, aqueles que têm menos capacidade de reação econômica, que estão lutando pela sobrevivência. Reduzindo essas multas, o Estado cumpre a sua função, a sua obrigação, pois o papel do Estado é, sempre foi e sempre será esse. O Estado não teria razão de existir se não fosse para proteger os mais pobres e para reduzir as desigualdades econômicas e sociais. Essa é a função precípua do Estado, do ponto de vista filosófico, a primeira função: reduzir desigualdades, equiparar as pessoas, fazer com que todos sejam cada vez mais iguais nas oportunidades.

Neste momento, Deputado Antônio Júlio, gostaria de cumprimentar V. Exa. Não esgotarei todo o tempo da discussão, embora pense que V. Exa. deve se manifestar sobre isso. Então quero aproveitar para cumprimentar o companheiro do PMDB, esse bravo companheiro do PMDB, que, ao longo de dois meses, vem reclamando nesta Casa da falta de mudança no Decreto nº 44.309. O decreto está formatado, está pronto; aliás, tenho uma cópia para entregar a V. Exa., claro, com a ressalva de que não o analisei todo, pois não houve tempo. Tomei conhecimento dele há 15 minutos. Parece-me que já houve um posicionamento, o que é importante, em atendimento às reclamações feitas nas várias reuniões relativas ao meio ambiente e sobretudo às críticas expostas de forma bastante substancial por V. Exa. neste Plenário.

Com muita alegria, concedo aparte ao companheiro de todas as horas, Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Obrigado, Deputado Getúlio Neiva, futuro Prefeito de Teófilo Otôni. Na verdade, tenho cobrado do Deputado Mauri Torres, Líder do Governo, o cumprimento de cada palavra. A palavra empenhada pela Secretaria de Meio Ambiente era a de que esse decreto seria revisto. Já se passaram sete meses. Ainda bem que não se esperou os nove meses para se ter um parto normal. Pelas informações que temos, até a Polícia Militar, que estava extrapolando as suas multas, deu uma maneira. Mostramos aqui para o comando da Polícia Ambiental, Deputado Ademir Lucas, todas as informações, com documentos das multas absurdas que estavam aplicando, principalmente às pessoas mais carentes do nosso Estado. Multas que não tinham nenhuma lógica, nem mesmo na intenção da preservação ambiental, muito menos para outra questão, não sei o que se poderia dizer, pois o que era mais importante na ação da polícia não era o crime ambiental, e sim o documento de arrecadação, e esse era o grande equívoco.

Deputado Ademir Lucas, na nossa região, vários produtores de tomate pararam de produzir, pois o produtor estava tirando água para as suas lavouras e recebia uma multa de R\$15.000,00 da polícia. A lavoura toda não valia isso. Há o caso de um produtor que foi multado em R\$15.000,00 e teve preço baixo na sua safra, vendendo-a por R\$7.000,00, mas estava com uma multa de R\$15.000,00 para pagar. Não adianta só mudar o decreto, Deputado Getúlio Neiva, precisamos discutir com o governo. E as multas que foram aplicadas? O governo, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, aqui, na Assembléia Legislativa - aliás, está escrito nos anais da Assembléia, e tenho documentos -, disse que essas multas estavam realmente equivocadas, excessivas e que deveria haver uma redução ou uma reformulação delas.

Vejo com alegria, apesar de ter dito aos Deputados Alberto e Mauri Torres que até estava torcendo para que esse decreto não fosse revogado. Se a polícia continuasse a agir daquela forma, teríamos um levante no interior de Minas. O povo não estava agüentando mais ser tratado daquela forma pela Polícia Ambiental, pelo IEF. Tivemos o caso de São Tomé das Letras, em que a população se organizou para fazer um levante contra a ação desse decreto. Tiveram de sair correndo daqui para lá, de helicóptero e de avião, para dar uma maneira na situação. A população não aceitava o que estava acontecendo.

Isso foi abafado, mas aconteceria de qualquer forma. Há dois meses, V. Exa. participou de uma reunião convocada pelo Deputado Antônio Carlos Arantes. Na ocasião, ele trouxe aqui vários produtores e pudemos ver a revolta deles. Tanto é que o Deputado Domingos Sávio saiu daqui e foi ao Palácio, e eles falaram que em 48 horas se publicaria o decreto, e já se passaram três meses. Vimos a revolta, e os que defendem o governo perceberam que a situação não poderia continuar da forma como estava.

Então, essa notícia nos deixa alegres. Apesar de eu ter dito ao Mauri que poderiam continuar multando, para vermos o que aconteceria: se Minas, mais uma vez, faria um levante, pois essa é sua característica desde a época da Inconfidência, contra esse excesso de poder que hoje tem a Secretaria de Meio Ambiente. Essa Secretaria tem tomado 20% das terras dos nossos produtores, fazendo um confisco sob alegação da discussão - se é reserva legal ou se é reserva florestal -, prejudicando o produtor rural de Minas Gerais.

Essa discussão precisa ter êxito. Fico feliz, mesmo comentando o assunto com ironia: deixa do jeito que está para ver o que acontecerá. Mas não é isso o que queremos; não queremos confronto. Queremos um Estado ordeiro, pacífico, em que todos tenham direito de trabalhar, de reivindicar. É isso o que queremos para o nosso Estado.

Portanto, essa modificação do decreto, apesar de tardia, pelas palavras aqui empenhadas, já poderia ter sido feita. Não há dificuldade. Deputado, ficamos felizes com a notícia. Esperamos que realmente o decreto seja publicado e não mais protelado, pois tenho cobrado do Deputado Mauri Torres, Líder do Governo. Sempre digo a ele que vocês estão brincando, estão perdendo o que o homem político tem de mais sagrado: a palavra. O que temos de mais sagrado na nossa vida pública é a palavra, principalmente a empenhada. E essa palavra empenhada não valeu de nada. Repito: estou feliz. Faço esse questionamento porque tenho cobrado uma solução. Depois, desisti, porque não vou ficar brigando para ajudar o governo. Com essa modificação do decreto, estamos ajudando o Governador Aécio Neves.

Tivemos a coragem de levantar essa questão, porque trouxemos documentos mostrando as ações da polícia, os excessos e os abusos. E a própria polícia considerava o decreto um absurdo. Então, Deputado Getúlio Neiva, estamos felizes em participar deste momento. Parabéns! Esperamos hoje ainda fazer uma análise desse decreto para ver se realmente atenderá os anseios, principalmente das pessoas mais simples do nosso Estado.

O Deputado Getúlio Neiva - Quero apenas, delicadamente, entregar ao Deputado Antônio Júlio a cópia do decreto, para que ele me ajude a analisá-lo.

O Projeto de Lei nº 1.973 criou uma grande celeuma na Comissão de Fiscalização Financeira, onde houve grande movimentação do pessoal da Fhemig, da Funed e da Hemominas, com forte rebeldia contra o aumento da carga horária de 30 para 40 horas.

Temos de analisar esse aspecto. Os salários pagos por essas entidades ao pessoal da área de saúde são tão baixos, que eles são obrigados a trabalhar em dois ou três lugares diferentes. Ao ampliar a carga horária, o governo precisa olhar com maior cuidado esse aspecto, mesmo que haja uma proporcionalidade de 25% a 30% para mudar a carga horária de 6 para 8 horas. O fato de um profissional de saúde prestar serviço a duas ou três entidades para ter condições de sustentar sua própria família precisa ser olhado com muito carinho, com muito cuidado.

É difícil, e como administrador público sei disso, manter carga horária de 6 horas com um salário muito baixo, porque, fatalmente, as pessoas procurarão outro trabalho e desempenharão mal a função nos dois ou três lugares.

Então, a questão apresentada no Projeto de Lei nº 1.973 é de fazer-se um pouco de justiça ao setor, ao pessoal que trabalha na Fhemig, na Funed e na Hemominas.

Essa discussão pode até não ter nenhuma validade em relação ao que vamos ou não votar. Mas é importante ressaltar que é preciso esse reestudo, o da estruturação dos cargos e dos salários desses órgãos do governo. No reestudo que se faz, tecnicamente está perfeito; humanamente, ainda deixa a desejar. O que temos de verificar, Sr. Presidente, é que enquanto o governo federal não assumir a aprovação da Emenda à Constituição nº 29, o setor de saúde, nos Estados e nos Municípios, será amplamente prejudicado.

Na semana passada fiz um pronunciamento aqui dizendo exatamente isso, sobre o absurdo que é o governo federal refugar completamente e colocar toda a sua liderança, seu peso de governo para não deixar votar a Emenda à Constituição nº 29. Isso porque essa emenda obriga o governo federal a aplicar 10%, só 10%, apenas 10% do Orçamento federal na saúde. O governo se recusa a deixar votar a Emenda à Constituição nº 29, mas o Município já é obrigado a aplicar 15%, sendo ele a parte mais pobre da Federação, é a unidade mais frágil, mais fraca, a que tem mais serviço. É onde o cidadão busca, na prefeitura, o apoio do Prefeito para todas as suas atividades. Por que as prefeituras podem e são obrigadas a aplicar 15% e o governo federal não pode aplicar 10%? Resulta nisto: os Estados estão com problemas sérios no setor de saúde, no que tange à remuneração dos servidores. Não está correto. É preciso pagar bem aos servidores da saúde, mas é preciso que o governo federal cumpra a sua parte. Ao cumprir a sua parte e aceitar a Emenda à Constituição nº 29, proposta pelo próprio governo, pelo Parlamento federal, os recursos virão, para os Estados cumprirem as suas obrigações.

Uma parte da culpa é do Estado? Pode ser, mas a Lei de Responsabilidade Fiscal limita. Temos esse problema aqui, e o Deputado Sebastião Helvécio sabe muito bem disso, o de não se poder ampliar muito a Justiça. Já se explodiu a relação de 6% que tem de se gastar apenas no Tribunal de Justiça para pagamento de folha. Então, há um limite. Quando se vai discutir com o servidor, ficamos numa encrenca danada. Se o governo federal cumpriu a sua obrigação e passasse a sua parte de recursos devida aos Estados, estes poderiam, na ampliação do seu Orçamento, fazer crescer o valor em dinheiro, o volume em recursos a serem aplicados no pagamento das folhas de salários. Muita gente não entende, não compreende o que acontece. A bitola está na Lei de Responsabilidade Fiscal, que também poderia ser flexibilizada em relação a isso, e não o é. Parece que os Deputados Federais não estão querendo muito discutir aquilo que é mais sério. Quando se pede a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal, não se deseja, não se quer a impunidade de administradores, não se busca a impunidade de administradores. Ao contrário, busca-se a adequação às realidades de cada Município e de cada Estado. É muito simples governar o Espírito Santo, com 77 Municípios. Agora, governe Minas Gerais com 853 Municípios. Peguem o território do Espírito Santo e do Rio de Janeiro com aquele volume de dinheiro dos "royalties" de 8% de tudo que a Petrobras produz no Estado do Rio e peguem Minas Gerais, que tem 2% das receitas sobre o lucro líquido das empresas de mineração. Então, a arrecadação do Estado é muito menor do que a da Bahia, do que a do Estado do Rio de Janeiro.

Ficamos preocupados, Sr. Presidente. Quando se discutem essas coisas, ficamos aqui, na superfície, discutindo apenas a letra fria da lei, o art. 50, o § 27, e deixamos de discutir o lado humano e a questão que é nossa, da nossa responsabilidade: a questão da decisão política.

Este Parlamento, ao mesmo tempo que tem de controlar os Poderes do Estado, fazer críticas, conversar, acertar e pressionar para tentar consertar as coisas, não pode esquecer que fazemos parte da nação brasileira, que é preciso bater de vez em quando para exigir que o governo federal cumpra a sua parte. O que ele não está fazendo prejudica o Estado de Minas Gerais e todos os Estados do Brasil.

Atendendo a apelo do meu companheiro Deputado Luiz Tadeu Leite, que tem uma reunião de comissão importante e quer que seja transmitida pela TV Assembléia, encerrarei minha participação, Sr. Presidente, pedindo a V. Exa., e o Deputado Antônio Júlio também nos vai ajudar, para discutirmos isso à noite ou amanhã. Então, voltaremos à discussão do Projeto de Lei nº 1.973/2007. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

TRANSCRIÇÕES

MATÉRIAS JORNALÍSTICAS ALUSIVAS À TRAJETÓRIA POLÍTICA E AO FALECIMENTO DO EMBAIXADOR JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA, TRANSCRITAS NOS ANAIS EM ATENÇÃO A REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALBERTO PINTO COELHO

José Aparecido morre na Capital aos 78 anos

José Aparecido de Oliveira morreu na tarde da última sexta-feira, aos 78 anos, por complicações pós-operatórias decorrentes de cirurgia feita no início do mês para a retirada de um pulmão, no Hospital Madre Tereza, na região Centro-Sul de Belo Horizonte. Com câncer há algum tempo, já tinha sido internado no mesmo hospital, em julho, para se recuperar de uma pneumonia.

Nascido em Conceição do Mato Dentro (Médio Espinhaço), foi secretário particular de Jânio Quadros. Seus direitos políticos foram cassados após o golpe militar de 1964. Depois da anistia política, foi eleito deputado federal e, em Minas, assumiu a Secretaria de Estado da Cultura, recém-criada pelo então governador Tancredo Neves. Foi, inclusive, fundador da Rede Minas de Televisão.

Tancredo Neves, eleito presidente, também escolheu José Aparecido para ser o primeiro-ministro da Cultura do Brasil. Foi confirmado por José Sarney que, mais tarde, confiou a ele a tarefa de governar o Distrito Federal, único posto do primeiro escalão que não havia sido definido por Tancredo. José Aparecido foi governador do Distrito Federal de 1985 a 1988.

José Aparecido foi também embaixador do Brasil em Portugal, durante o governo Itamar Franco, e um dos fundadores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O filho, José Fernando de Oliveira, foi prefeito de sua cidade natal e hoje é deputado federal pelo Partido Verde (PV).

- Publicado no "Diário do Comércio", em 21/10/2007.

Há três semanas, Wilson Figueiredo e eu passamos dois dias com José Aparecido, que se preparava para a cirurgia de retirada de um de seus pulmões. Foi uma conversa de jornalistas e amigos de mais de 50 anos, que, de uma e de outra forma, participaram da vida política nacional desde a juventude. Ele nunca fizera outra coisa em toda a sua vida do que dedicar-se à política, para a qual se sentira convocado ainda na adolescência, mas sua ascensão fora várias vezes interrompida pelas circunstâncias. Falamos de amigos comuns, mas discutimos principalmente o país, em seu passado, em seu presente, em seu futuro. Era otimista: o Brasil é maior do que se pensa. Ele tinha plena consciência que chegávamos a essa etapa da vida com certa frustração e de que sua situação pessoal era grave.

Poderia ter sido governador de Minas, se o golpe de 1964 não lhe houvesse cortado o passo - e golpe desfechado por seu amigo Magalhães Pinto, do qual se afastou pelos sete anos seguintes. Poderia ter sido ministro de Relações Exteriores, para o qual chegou a ser nomeado, e presidente da República, se uma hiperplasia benigna da próstata, exigindo cirurgia urgente, não o afastasse do processo. Conforme me confirmou ontem Itamar Franco, o ex-presidente o queria como seu sucessor e a popularidade do chefe de governo garantiria o seu êxito eleitoral, como garantiu o de Fernando Henrique Cardoso. O projeto de Itamar era o de lhe dar a oportunidade de impor ao Itamaraty seu conhecido dinamismo, a fim de fazer dele candidato em seguida.

Em nossa conversa, longa, Aparecido fez questão de reafirmar sua posição intransigentemente nacionalista. O presidente Fernando Henrique não ficará bem na história, por haver entregue aos outros o que era do povo. Sobrinho de Clodomiro de Oliveira, que foi secretário de Artur Bernardes no governo de Minas - e considerado comunista pelos adversários - José acreditava ter sido erro irreparável a privatização da Vale do Rio Doce.

José era filho de um funcionário público de Minas, que morreu prematuramente, deixando-o, aos 11 anos, como o futuro arrimo da família. Ainda adolescente, começou a trabalhar como redator do Informador Comercial e da Rádio Inconfidência, onde se tornou amigo do secretário Américo Giannetti, no governo Milton Campos. A partir de então, como líder dos jornalistas e homem público, a ascensão foi rápida.

Aos 25 anos foi chefe de gabinete do prefeito Celso Azevedo, em Belo Horizonte. Aos 30, tornou-se secretário da Presidência da República com Jânio Quadros. Ele nos disse, nessa longa conversa, que foi seu atrevimento moral que conquistou Jânio. Viajando no avião da campanha presidencial, de que participava em nome da UDN de Minas, José foi surpreendido com a arrogância de Jânio. O candidato, sabendo que Seixas Dória dera uma entrevista para um jornal do Pará, em que lhe fazia restrições, disse a todos os membros da caravana, em que havia vários jornalistas, que só ficariam no avião os que estivessem incondicionalmente a seu lado. José não teve dúvida: de forma discreta, foi a Jânio e lhe disse que seria obrigado a deixar a viagem junto com Seixas na próxima escala. Jânio voltou atrás da intempestiva decisão, pediu desculpas a Seixas e, a partir de então, fez de Aparecido o seu principal conselheiro.

Eleito deputado federal em 1962, foi um dos grandes combatentes contra a influência do poder econômico no Parlamento - que deixou em seguida, chamado para ser o secretário de Governo de Magalhães em Minas. Quando percebeu que Magalhães conspirava com os militares, deixou o governo.

Cassado na primeira lista da ditadura, afastou-se do governador, mas não se afastou da política. Fez a oposição que sabia fazer, a de uma guerrilha cívica, como dizia. Toda a oportunidade que tinha, atacava o governo militar. A tal ponto que, certa vez, seu amigo Otto Lara Resende entrou em um restaurante do Rio, fez uma diatribe contra o regime e disse, aos brados, que não temia os militares. Podem anotar meu nome: eu me chamo José Aparecido de Oliveira!

- Publicado na coluna "Além do Fato", de Mauro Santayana, no "Jornal do Brasil" de 20/10/2007.

Velório de José Aparecido reúne gerações da política

O velório do ex-governador de Brasília, ex-ministro da Cultura e ex-embaixador do Brasil em Portugal José Aparecido de Oliveira, 78 anos, realizado ontem no Palácio da Liberdade em Belo Horizonte, confirmou a legenda "José de todos os amigos". Durante toda a manhã, políticos de todos os matizes ideológicos e de diferentes gerações compareceram à sede do poder de Minas Gerais para prestar as últimas homenagens ao homem que ficou conhecido pela capacidade de construir consensos.

O desfile de autoridades incluiu nomes do Governo federal como o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e o ministro das Relações Institucionais, Waldrido dos Mares Guia, que representaram o presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT). Na outra ponta do espectro político, também prestaram homenagem a José Aparecido nomes do alto tucanato, como o governador Aécio Neves, que cedeu o Palácio da Liberdade para o velório, e o próprio governador de São Paulo, José Serra, que chegou a Belo Horizonte no meio da manhã de ontem, acompanhado do prefeito da capital paulista, Gilberto Kassab (DEM).

O deputado federal Virgílio Guimarães (PT-MG) também compareceu ao velório, dividindo espaço com o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda (DEM) e com o senador tucano Eduardo Azeredo. O deputado federal José Sarney Filho (PV) também veio a Belo Horizonte, representando o pai, o ex-presidente da República José Sarney.

O ex-presidente da República e ex-governador Itamar Franco lamentou a perda do amigo. "Era um homem de fé."

Um especialista na arte de buscar consenso

A capacidade de José Aparecido de Oliveira de construir consensos foi uma das principais qualidades ressaltadas pelas autoridades que compareceram ao velório do ex-governador, ex-ministro da Cultura e ex-embaixador, em Belo Horizonte. O ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, salientou o papel que José Aparecido desempenhou como primeiro ministro da Cultura do Brasil, embaixador em Portugal e articulador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, além de sua atuação política. "Ele teve uma atitude extremamente importante, do lado positivo, de criar consensos, buscar o entendimento durante a vida inteira", afirmou.

Mares Guia lembrou que seu primeiro contato com José Aparecido aconteceu em 1959, quando o ex-embaixador era secretário especial do banqueiro Magalhães Pinto, do extinto Banco Nacional, e o hoje ministro era menor de idade, começando no primeiro emprego. "O legado de José Aparecido é de muita criação, de muita dedicação do bem público, um grande criador, que sabia aglutinar pessoas em torno de projetos", acrescentou o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que lembrou que sua primeira nomeação para o posto, durante a presidência de Itamar Franco, foi resultado de indicação de José Aparecido.

Amorim ressaltou ainda que José Aparecido foi responsável pelo tombamento de Brasília como Patrimônio da Humanidade, a primeira obra moderna a atingir esta condição. "Eu tenho muita gratidão em relação a ele, mas também como homem público foi uma pessoa que sempre soube valorizar a cultura, sempre colocou a utopia acima do pragmatismo imediato", disse.

O ex-presidente Itamar Franco lembrou que José Aparecido só não foi nomeado ministro das Relações Exteriores em seu governo por ter adoecido, mas ressaltou o valor que o ex-embaixador dava aos países africanos. "O José Aparecido era um homem excepcional, um homem que tinha visão universal, mas dentro de sua visão universal ele tinha o Brasil no coração", afirmou. (R.S.)

Mineiro foi destaque no movimento pela redemocratização

A participação de José Aparecido de Oliveira no movimento pela redemocratização do Brasil, durante as décadas de 60, 70 e 80, foi reforçada pelos políticos presentes como outro ponto marcante da biografia do ex-embaixador. O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), destacou que conheceu José Aparecido em 1962, quando ainda era dirigente estudantil, e que manteve relações próximas com o ex-embaixador até a abertura política. "O José Aparecido era uma pessoa muito querida em São Paulo. Encarnava para nós o homem público mineiro na sua melhor qualidade e o homem público brasileiro cordial, construtivo, inteligente, corajoso", disse.

O governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda (DEM), disse que José Aparecido era uma referência da política. "Um homem que simbolizou, na sua própria vida, todos os valores de Minas. Merece todas as homenagens que está recebendo aqui", afirmou.

Para o governador Aécio Neves, a homenagem a José Aparecido, com o velório no Palácio da Liberdade, é uma síntese da história do ex-embaixador. "Eu me lembro muito bem, até com muita emoção, quando chegamos, depois de 20 anos de regime autoritário no Brasil, ao Palácio da Liberdade, com Tancredo governador. O José Aparecido na janela da Secretaria da Cultura, logo ao lado do Palácio da Liberdade, e Tancredo aqui na sacada do seu gabinete, no Palácio da Liberdade, ambos acenando um ao outro e fazendo um gesto muito simbólico, um gesto positivo de vitória. A vitória da democracia, para a qual José Aparecido contribuiu muito", disse.

No final da manhã, o corpo de José Aparecido de Oliveira foi transportado de carro para Conceição do Mato Dentro, sua cidade natal, a 175 quilômetros de Belo Horizonte, em caixão coberto pelas bandeiras do Brasil e de Minas. A missa de corpo presente aconteceu no Santuário do Bom Jesus do Matosinhos, e o sepultamento foi no final da tarde. (R.S.)

- Publicado no jornal "Hoje em Dia" de 21/10/2007.

O adeus a José Aparecido

Conceição do Mato Dentro, na Região Central do estado, amanheceu de luto pela morte de um de seus filhos mais ilustre: José Aparecido de Oliveira, ex-governador do Distrito Federal e ex-ministro da Cultura. Bandeiras da prefeitura e da Câmara foram hasteadas a meio mastro. O cortejo chegou à cidade por volta das 15h e uma missa de corpo presente foi celebrada pelo frei Dimas de Castro Neves, amigo do ex-embaixador, no Santuário de Bom Jesus de Matozinhos. Por volta das 18h, José Aparecido foi enterrado no mausoléu da família, no cemitério municipal.

Centenas de pessoas participaram do velório, no Palácio da Liberdade, na capital. Apelidado de "amigo dos amigos", José Aparecido teve, em sua despedida, a presença de muitos companheiros. Bastante emocionados, a viúva Maria Leonor Gonçalves de Oliveira e os filhos Maria Cecília e o deputado federal José Fernando (PV) receberam a solidariedade de políticos e amigos. Aos 78 anos, José Aparecido morreu sexta-feira, às 18h, de insuficiência respiratória. Ele estava internado há 19 dias no Hospital Madre Teresa, na capital, e lutava contra um câncer.

Repleto de flores, o salão do palácio se transformou, logo cedo, em palco de homenagens a José Aparecido, lembrado como símbolo da política mineira. O capelão do palácio, padre Lázaro de Assis, fez a encomendação do corpo às 9h30. "Ele me pediu que se morresse antes de mim, eu teria que jogar água benta da Semana Santa sobre seu corpo e depois retornar à escola em que ele estudou em Ouro Preto". O pároco cumpriu o desejo do amigo. O governador Aécio Neves (PSDB), que decretou luto oficial de três dias, pronunciou palavras carinhosas: "ele vai ficar no meu coração e no de todos os mineiros. É um dos poucos homens que constitui uma trajetória de tanta identificação com seu estado e seus valores".

O choro da despedida se misturava aos casos. Todos tinham uma história, uma passagem para relembrar. Aécio destacou uma cena que considera marcante. "Quando chegamos, depois de 20 anos de regime autoritário no Brasil, ao Palácio da Liberdade, com Tancredo governador, José Aparecido estava na janela da Secretaria de Cultura e Tancredo, na janela do seu gabinete. Ambos acenaram um ao outro, fazendo um gesto muito simbólico, um gesto de vitória da democracia".

ESPÍRITO DA CONCILIAÇÃO

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que representou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que "ele (José Aparecido) sempre colocou a utopia acima do pragmatismo imediato." O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), chegou, acompanhado do prefeito da capital paulista, Gilberto Kassab (DEM) e do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda (DEM). Serra conheceu José Aparecido nos anos 60, durante o movimento estudantil. "Sempre mantivemos uma relação muito próxima e de afeto recíproco, inclusive percorrendo um período muito conturbado da história do Brasil até a abertura política".

José Arruda elogiou a conduta de José Aparecido durante sua vida. "Sempre foi um homem coerente, de muito respeito, de firmeza e que simboliza os valores de Minas". O Ministro das Relações Institucionais, Walfrido Mares Guia, também destacou as qualidades do político. "Minas perde um homem que representa o espírito mineiro da conciliação, do entendimento, com senso de humor e que contribuiu para a redemocratização."

AMIGO Abalado com a morte do amigo e embaixador na época de seu governo, o ex-presidente Itamar Franco lembrou os mais de 30 anos de convivência. "Era o José Amigo de todos. Sempre procurou fazer o bem e amparar os amigos nas horas mais difíceis. Deixa um grande vazio para o país e para Minas." A ética, diz Itamar, era uma de suas marcas: "Essa (ética) que a gente sente tanta falta hoje. Estamos carentes de homens que levam a vida no sentido ético e democrático, como o José fez".

Também deram adeus ao jornalista o prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel (PT), que ressaltou o jeito mineiro de fazer política de José Aparecido, e o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), deputado Alberto Pinto Coelho. "Tive a oportunidade de manter estreito relacionamento e convívio com José Aparecido, podendo receber a rica experiência de seu permanente exemplo. Com orgulho, considero-me um de seus discípulos políticos". Também estiveram no velório, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia (do STF) e o deputado federal José Sarney Filho (PV), entre outros parlamentares.

- Publicado no jornal "Estado de Minas" de 21/10/2007.

O ex-governador de Brasília, ex-ministro da Cultura e ex-embaixador, em Portugal, José Aparecido de Oliveira, 78 anos, faleceu ontem, às 18 horas, na UTI do Hospital Madre Tereza, em Belo Horizonte, vítima de insuficiência respiratória. O velório, por sugestão do governador Aécio Neves, está sendo realizado no Palácio da Liberdade desde o final da noite de ontem. O governador decretou ainda luto oficial por três dias em todo o Estado. O sepultamento será hoje, às 16 horas, no cemitério municipal de Conceição do Mato Dentro, no mesmo túmulo onde foram sepultados os seus pais, Modesto Justino de Oliveira e Aracy de Oliveira.

O embaixador estava internado no Hospital Madre Teresa desde o dia 1º de outubro. Na última semana, José Aparecido passou por uma cirurgia para retirar o pulmão esquerdo. Ele tinha câncer. Porém, após a operação, o estado clínico se agravou por causa de uma pneumonia aguda. Submetido aos medicamentos, o ex-embaixador não resistiu ao processo de infecção.

O corpo de José Aparecido está sendo velado, desde o final da noite de ontem, no Palácio da Liberdade, sede do Governo de Minas. Na manhã de hoje, a partir das 10 horas, o corpo seguirá para Conceição do Mato Dentro (a 175km de Belo Horizonte), sua cidade natal na região Central do Estado, onde será velado no Santuário do Bom Jesus do Matosinhos. Logo após a missa, o sepultamento está marcado para as 16 horas. Segundo o filho, deputado federal José Fernando, o principal legado deixado pelo seu pai é "o comportamento ético e moral". Ele era casado com Maria Leonor Gonçalves, com quem tinha dois filhos: além de José Fernando, Maria Cecília.

Hoje às 9h30 são esperados para o velório os governadores de São Paulo, José Serra (PSDB), e do Distrito Federal, José Roberto Arruda (DEM). O governador Aécio Neves (PSDB) já estava em Belo Horizonte, mas até perto da meia-noite não havia chegado ao local. A previsão era de que o traslado do corpo seja feito às 12 horas.

Às 23h20, o caixão chegou ao Palácio da Liberdade carregado também pelo filho do ex-embaixador, o deputado federal José Fernando Aparecido de Oliveira (PV). Além dos familiares, políticos e muitos amigos participaram do velório.

Afastado de cargos públicos desde 2002, José Aparecido foi secretário particular do ex-presidente Jânio Quadros, governador do Distrito Federal, ministro da Cultura no Governo do ex-presidente José Sarney e embaixador do Brasil em Portugal. Ele também foi um dos fundadores da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa e deputado federal. (Colaborou Elizeu Lopes e Alex Capella)

"José de todos os amigos"

Político, ministro, embaixador e jornalista, José Aparecido de Oliveira nasceu em São Sebastião do Rio Preto, antigo distrito de Conceição do Mato Dentro, em 17 de fevereiro de 1929, tendo morado em diversas cidades mineiras, como Ouro Preto e Araxá. Radicado em Belo Horizonte, para continuar os estudos e trabalhar, dedicou-se ao jornalismo, a princípio como redator da Rádio Inconfidência e, depois, sucessivamente, como repórter, chefe de redação e editor político de jornais mineiros. José Aparecido foi, ainda, redator da sucursal mineira do "Correio da Manhã".

Membro das diretorias da Associação Mineira de Imprensa e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, integrou, em 1953, a delegação brasileira ao 1º Congresso Mundial de Jornalistas, realizado em Santiago, no Chile. Posteriormente, foi presidente do "Diário de Minas", da revista Alterosa e da Editora Saga, do Rio de Janeiro.

Filiado à UDN desde a juventude, durante o Governo Milton Campos, foi assessor do secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, Américo Renné Giannetti. Chefiou, em seguida, o gabinete do então prefeito de Belo Horizonte Celso Melo de Azevedo e, a convite de ex-governador Magalhães Pinto, ocupou, mais tarde, o cargo de assistente de presidência no Banco Nacional de Minas Gerais.

Nas eleições de 1960, atuou como coordenador do movimento que levou Jânio Quadros à Presidência da República e Magalhães Pinto ao Governo de Minas Gerais. Foi secretário particular do presidente Jânio Quadros. Aparecido também foi o redator do relato oficial que notificou a renúncia de Jânio Quadros à Presidência.

De volta a Minas Gerais, ocupou os cargos de secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho e do Interior e Justiça, nos anos de 1962 e 1964, respectivamente. Eleito deputado federal (1963-1967) como um dos dez mais votados em Minas, licenciou-se a fim de ocupar a Secretaria de Estado do Governo, na gestão de Magalhães Pinto. Na Câmara, foi um dos articuladores do movimento de renovação da UDN, denominado Bossa Nova, que apoiava as propostas de reforma formuladas pelo presidente João Goulart.

José Aparecido teve seu mandato cassado nos dias seguintes ao movimento que derrubou Goulart. Em 1979, após a anistia, elegeu-se deputado federal (1983 a 1987). Em janeiro de 1984, afastou-se da Câmara para assumir, por nomeação do governador Tancredo Neves, o primeiro cargo de secretário de Estado da Cultura e, em 1985, o de ministro da Cultura, este último escolhido pelo presidente eleito Tancredo Neves e confirmado pelo sucessor, José Sarney. Logo após, foi também governador do Distrito Federal até 1988.

Em fevereiro de 2000, assumiu o escritório de representação de Minas na Europa, com sede em Lisboa, como secretário de Estado de Assuntos Internacionais e de Cerimonial. José Aparecido também foi nomeado pelo então presidente Itamar Franco como embaixador do Brasil em Portugal.

O talento político, logo reconhecido e respeitado em todo o país, consagrou incontáveis amizades a José Aparecido. E a legenda do "amigo singular, o José de todos os amigos" - como escreveu José Eduardo Barbosa; "o melhor mineiro do mundo", segundo Ziraldo; e o "humanista", definido por Fernanda Montenegro. (Editoria de Pesquisa)

Preparado para ser presidente

O ex-presidente Itamar Franco lamentou ontem a morte de José Aparecido, declarando que Minas e o Brasil perdem um homem que tinha um "amor acendrado" pela pátria. "É com tristeza hoje (que recebi a notícia). Eu tive a felicidade de, por mais de 30 anos, contar com sua amizade", afirmou ao HOJE EM DIA. Itamar disse que a vida permitiu que José Aparecido fosse nomeado embaixador em Portugal e também foi indicado, por decreto, como ministro das Relações Exteriores. "Porém, ele não assumiu, porque ficou doente. Ele estava sendo preparado para ser o candidato a presidente da República".

Itamar ressaltou que o ex-embaixador prestou "excelentes serviços" a Minas e ao país em todas as funções que ocupou. "Ele viveu momentos decisivos da vida contemporânea política do país e só fez amigos. Com tristeza, perdemos um amigo excepcional".

Em nota oficial, o governador Aécio Neves (PSDB) disse que "Minas se entristece" com a perda "de seu filho ilustre e grande brasileiro". Aécio também ressaltou o envolvimento de José Aparecido no processo de redemocratização do país. "Sua vida e sua história se confundem com a história de Minas e do país, porque seu talento, inteligência e seu espírito público sempre estiveram presentes nos momentos mais decisivos e dramáticos do Brasil contemporâneo. Companheiro leal de caminhada de Tancredo Neves, sonhou e construiu a redemocratização".

O prefeito de BH, Fernando Pimentel (PT), se solidarizou com os familiares do ex-ministro e lembrou sua importância para a cultura brasileira. "Com seu espírito conciliador, democrata convicto, José Aparecido sintetizou como poucos o jeito mineiro de fazer política. Além disso, sua contribuição para a cultura foi inestimável", destacou.

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado estadual Alberto Pinto Coelho (PP), também divulgou nota de pesar. "É com grande pesar que Minas e o Brasil perdem o grande estadista José Aparecido de Oliveira, com quem tive a oportunidade de manter estreito relacionamento e convívio, podendo receber a rica experiência de seu permanente exemplo".

Primeiro secretário de Estado de Cultura, entre 1983 e 1985, primeiro ministro da Cultura do Brasil e um dos fundadores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, José Aparecido recebeu ontem as homenagens da atual secretária de Cultura, Eleonora Santa Rosa. "Trata-se de uma perda sem precedências". O senador Eliseu Resende (DEM), disse que ele foi um dos maiores homens da história política de Minas. O ex-governador Francelino Pereira disse que Minas e o Brasil perdem uma das figuras mais exponenciais no plano da vida pública, no convívio familiar e na preservação de amigos (D.F./A.C./E.L.)

Repercussão

"Ele viveu momentos decisivos da vida contemporânea política do país e só fez amigos.

Perdemos um amigo excepcional"

Ex-presidente Itamar Franco

"Sua vida e sua história se confundem com a história de Minas e do país. Sonhou e construiu a redemocratização".

Governador Aécio Neves

"Com seu espírito conciliador, José Aparecido sintetizou como poucos o jeito mineiro de fazer política"

Prefeito Fernando Pimentel

"É com grande pesar que Minas e o Brasil perdem o grande estadista José Aparecido de Oliveira"

Alberto Pinto Coelho, presidente da ALMG

- Publicado no jornal "Hoje em Dia" de 20/10/2007.

De bem com a história

Um homem habilidoso na política, um incentivador da cultura e dono de uma personalidade cativante. José Aparecido de Oliveira, de 78 anos - mineiro de Conceição do Mato Dentro, ex-ministro da Cultura e ex-governador do Distrito Federal -, que morreu ontem, às 18h, em Belo Horizonte, era, antes de tudo, um colecionador, não apenas de obras de artes, mas, como bem descreveu o jornalista Hélio Fernandes, de amigos: "Os amigos são a razão de sua própria existência e da existência dos próprios amigos. Tem amigo de infância da véspera, está sempre provocando surpresas com a citação de pessoas que conhece e de quem é amigo há mais de 20 anos, pessoas que não teriam aparentemente nada a fazer na sua vida, mas que se entrosaram e se entrosam com ele da forma mais absoluta e homogênea".

José Aparecido, que, entre diversos cargos públicos, foi deputado federal e secretário de Cultura de Minas no governo Tancredo Neves, morreu de insuficiência respiratória, depois de 19 dias de internação no Hospital Madre Teresa, na Região Oeste da capital. Ex-ministro da Cultura do governo José Sarney, estava com a saúde debilitada, depois de cirurgia para retirar um pulmão, em razão de um câncer. Casado, ele deixa a viúva Maria Leonor Gonçalves de Oliveira e os filhos Maria Cecília e o deputado federal José Fernando (PV). Amigos da família confirmaram que a luta de José Aparecido contra a doença vinha ser arrastando havia muito tempo. Anos antes, ele venceu a batalha contra um câncer de próstata.

O corpo foi velado a partir das 22h, no Palácio da Liberdade - honraria concedida apenas a ex-governadores -, reunindo, além dos parentes e amigos, intelectuais e políticos de diferentes partidos. Antes do enterro, previsto para às 17h de hoje, em Conceição do Mato Dentro, a 175 quilômetros de Belo Horizonte, haverá uma missa de corpo presente, no Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, naquela cidade.

O governador Aécio Neves (PSDB) decretou luto oficial no estado. Em nota ele diz: "Minas se entristece e lamenta a morte de seu filho ilustre e grande brasileiro. Sua vida e sua história se confundem com a história de Minas e do país, porque seu talento, inteligência e seu espírito público sempre estiveram presentes nos momentos mais decisivos e dramáticos do Brasil contemporâneo". A secretária de Estado de Cultura, Eleonora Santa Rosa, destacou seu pesar e lembrou o papel do ex-ministro para a formulação de políticas públicas de Cultura para o estado e para o país, que "sempre trouxeram sua marca de humanista e pessoa pública que pregava e vivenciava a fraternidade, a convivência e a civilidade".

José Aparecido de Oliveira, 78 anos

Nascido em 17 de fevereiro de 1929, em São Sebastião do Rio Preto, distrito de Conceição do Mato Dentro, Região Central de Minas Gerais

Filho de Modesto Justino de Oliveira e Araci Pedrelina de Lima

Casado com Maria Leonor Gonçalves de Oliveira

Filhos: Maria Cecília e José Fernando

Obras sobre ele: José de todos os amigos, coletânea de depoimentos, com textos de Tristão de Ataíde e Ferreira Gullar, entre outros, de 1979; O homem que cravou uma lança na lua, do português José Alberto Braga

De Jornalista a Político

Nascido em Conceição do Mato Dentro, na Região Central de Minas Gerais, José Aparecido veio muito jovem para Belo Horizonte, onde começou a trabalhar como jornalista, estreando como comentarista político no Diário do Comércio (Informador Comercial) e colaborando, ao longo dos tempos, com diversos órgãos mineiros de imprensa, como os Associados e a Rádio Inconfidência. Teve importante atuação em entidades de representação profissional, como no Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, no qual foi por diferentes vezes presidente, e na Associação Mineira de Imprensa.

Mas José Aparecido cultivou mesmo foi a política Militante na União Democrática Nacional (UDN), participava das publicações do partido e, no Correio do Dia, jornal da legenda, escreveu artigos nos quais criticava severamente Juscelino Kubitschek, então governador de Minas (1951-1955). Em 1954, assumiu a chefia de gabinete do prefeito de Belo Horizonte Celso Melo de Azevedo, começando, aí sim, uma intensa trajetória na política estadual e nacional.

Participou do Movimento Popular Jânio Quadros, fundado em abril de 1959, que lançou o então ex-governador de São Paulo à presidência da República, em 1960, pela UDN. Foi companheiro inseparável de Jânio e articulador primeiro da campanha vitoriosa do paulista. Integrou o governo e esteve com Jânio até o momento em que o ex-presidente decidiu renunciar. Coube a ele, escrever o relato oficial da renúncia.

Parlamento

Dois anos depois da renúncia de Jânio se aventurou, pela primeira vez, a um cargo eletivo. Se candidatou a deputado federal, ainda pela UDN, e recebeu uma das maiores votações do pleito, defendendo uma política econômica nacionalista e se fazendo presente durante o governo do presidente João Goulart. Combateu a organização anti-comunista Instituto Brasileiro de Ação Social Democrática (IBAD), financiada por empresários brasileiros e estrangeiros. Durante seu primeiro mandato, se licenciou para participar do governo mineiro de Magalhães Pinto, mas acabou se desentendendo com o governador, de quem era amigo, ao se opor às articulações que levariam ao golpe militar de 1964. Carimbado como subversivo, foi cassado, em abril e perdeu os direitos políticos por 10 anos.

Quando o Brasil começou a discutir a reformulação partidária, no governo João Batista Figueiredo, José Aparecido investiu na unidade da oposição. Foi convidado a se filiar ao PP (Partido Popular), cujo um dos organizadores foi Tancredo Neves. Posteriormente, com a fusão do PP com o PMDB, em 1982, se tornou peemedebista, enfrentando, naquele ano, sua segunda eleição ao Congresso, quando novamente recebeu votação muito expressiva (o segundo mais votado da legenda e o quarto em todo o estado).

Já empossado parlamentar, se licenciou para ser secretário de Cultura em Minas, no governo de Tancredo Neves. Quando Sarney assumiu a presidência da República, em 1985, José Aparecido assumiu o Ministério da Cultura. Ainda no governo Sarney, foi indicado ao cargo de governador do Distrito Federal.

Ao deixar o governo do DF, seu pouso foi novamente o Ministério da Cultura, onde enfrentou muitos problemas orçamentários. Na primeira eleição direta presidencial, depois do regime militar, José Aparecido acalentou o desejo de ver Jânio Quadros novamente no Palácio do Planalto. Porém, Jânio desistiu novamente de Brasília e José Aparecido apoiou a candidatura de Itamar Franco, que disputava a vice-presidência. Em 1990, o mineiro de Conceição do Mato Dentro decidiu dar um passo maior na política e se candidatou ao governo mineiro, como vice na chapa do hoje ministro das Comunicações Hélio Costa - derrotado por Hélio Garcia (que já havia sido governador de 1984/1987).

Embaixada

Em 1992, nomeado embaixador em Lisboa. Mas não embarcou para Portugal de imediato. Seu nome foi submetido ao Senado, que deveria referendar a indicação, e ali ele sofreu um revés. Apesar de aprovado, o placar foi tão apertado que ele desistiu do posto. José Aparecido conquistou, ao longo de sua vida pública, amizades influentes no meio intelectual. Dele, contam-se diferentes histórias sobre quanto ajudou e esteve ao lado de escritores e artistas em momentos difíceis, como durante os anos de chumbo. Por isso, não é de se estranhar que tenha recebido apoio quando foi parcialmente rejeitado pelo Senado. A atriz Fernanda Montenegro e o escritor baiano Jorge Amado lideraram manifestação de desagravo ao "Zé" e, como o presidente lusitano Mário Soares, pediram para que ele voltasse atrás em sua renúncia. Ele cedeu.

De volta ao Brasil, ele foi convidado por Itamar a assumir o Ministério das Relações Exteriores, mas, poucos dias depois de aceitar o convite, em junho de 1993, foi internado no Rio de Janeiro, para uma cirurgia, da qual demorou a se recuperar, não podendo assumir a chancelaria. Acabou sendo reconduzido ao cargo de embaixador de Portugal, quando então liderou o projeto de unificação ortográfica da língua portuguesa.

A sanha nacionalista de José Aparecido o pôs à frente de uma campanha contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, no fim de 1996. Com a eleição de Itamar Franco ao governo de Minas, em 1988, voltou a ocupar cargos ligados ao Palácio da Liberdade. Sua principal contribuição nesse período foi a de articulador, em especial nas investidas de Itamar contra o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

"Foi um político, acima de tudo, ético e patriótico. Acrescentava amor aos interesses nacionais. Viveu intensamente e sempre presente na luta pelo Estado de direito. Era o José amigo de todos

* Itamar Franco, ex-presidente ex-governador de Minas

A política brasileira perde um dos melhores homens públicos que Minas já deu ao país. Com seu espírito conciliador, democrata convicto, ele sintetizou como poucos o jeito mineiro de fazer política

* Fernando Damata Pimentel, prefeito de Belo Horizonte

Quando ele foi governador de Brasília, ficou conhecido como amigo dos amigos. Em qualquer posto que ocupou, seja na época em que foi ministro, embaixador ou governador, foi sempre o Zé

* Henrique Hargreaves, ex-ministro e representante do governo de Minas em Brasília

Perdi um amigo da vida inteira, pelo qual tinha uma estima muito grande. Era uma pessoa extraordinária, de excelente convivência, um homem público de enormes virtudes e maiores qualidades. É com grande sentimento de saudades que recebo as notícias do desaparecimento de José Aparecido

* José Sarney (PMDB-AP), senador

José Aparecido era um homem bom, honesto, extremamente inteligente e com uma grande visão de futuro. Ele deu uma dimensão nacional e internacional a Brasília. Era uma figura humana maravilhosa, um homem de gestos e sabia fazer muitos amigos

* José Roberto Arruda (DEM), governador do Distrito Federal

Minas perdeu um baluarte da cultura, do humanismo e da política. Sempre soube colocar o interesse público na frente de todas as suas decisões

* Hélio Costa, ministro das Comunicações"

- Publicado no jornal "Estado de Minas" de 20/10/2007.

AUSÊNCIA DE JOSÉ APARECIDO

O próximo domingo, dia 17, será o primeiro aniversário de José Aparecido de Oliveira que passaremos sem sua presença e convívio. Seus aniversários se constituíam em eventos cívicos e de exaltação à amizade e à generosidade. Zé era universal e pluralista nas suas relações. Homem cordial, afável, simples e escravo da palavra empenhada. Não tinha preconceitos e soube ser tolerante. Por isso, era, em resumo, um homem bom.

Nos meus 40 anos de convívio, na estima, admiração e no reconhecimento, só pude testemunhar gestos e atitudes de solidariedade humana, alegria em servir ao próximo, manifestações de carinho e impecável senso de humor. O sorriso era parte de sua fisionomia. Ficava sério e veemente quando se referia a temas cívicos e patrióticos.

Seu espírito, que marcou as seis décadas de vida pública impecável na probidade, no idealismo e na ética, o fez respeitado e estimado acima das posições políticas ou ideológicas. Marcou sua geração como nenhum outro nestes valores da fraternidade e do calor humano. Mais do que os cargos ocupados com entusiasmo e dedicação, falam de sua importância na vida nacional o reconhecimento e o testemunho de três presidentes da República: Jânio Quadros, José Sarney e Itamar Franco, além de seu amigo de toda vida, ligação quase que de pai para filho, o ilustre e notável mineiro e brasileiro José de Magalhães Pinto.

Neste momento em que os brasileiros clamam por ética, cordialidade e seriedade no trato da função pública, lembrar a figura pública, lembrar a figura de José Aparecido de Oliveira é importante e mostra que temos exemplos a seguir e a dar aos mais jovens. Afinal, democracia se consolida é com respeito aos homens públicos. Não pode haver democracia em meio a um ambiente de oportunismo, desonestidade, deslealdade, denunciismo barato que afasta da política tantos homens de bem.

A vida pública brasileira está em processo positivo de renovação, sendo exemplo os novos deputados, especialmente os filhos de antigos políticos, dos chamados bons tempos. E José Aparecido está presente nesta renovação através de seu filho José Fernando, deputado federal por Minas Gerais, na bancada que ele soube honrar em duas oportunidades.

O próximo domingo deve ser não apenas um dia de saudade para os amigos e parentes de tão querida personagem, mas também de meditação sobre os valores que marcaram este homem público que esteve atuante por seis décadas. O papel que nos é reservado não é apenas o de denunciar e criticar, mas também de exaltar, pois o negativismo e a leviandade de tantas acusações a nada serve.

José Aparecido morreu com sonhos, entre os quais, ver sua Minas Gerais voltar a oferecer ao Brasil toda sua experiência na gestão da política nacional, na busca da união e da modernidade. Sem, no entanto, perder de vista as sagradas tradições da terra dos inconfidentes. Levou para o túmulo a preocupação com o futuro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que criou com Itamar Franco e Mário Soares, abandonada pelos governos que sucederam ao seu criador. Mas deixou essa forte semente, do que, um dia, será uma realidade positiva no cenário mundial.

Aristóteles Drummond é jornalista no Rio de Janeiro aristotelesdrummond@mls.com.br

- Publicado no jornal "Hoje em Dia" de 10/2/2008.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 19/5/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

exonerando Manoel de Jesus da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Eliana de Oliveira Leal para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Irani Barbosa

exonerando Consuelo Maria de Assis do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

exonerando Simone Ferreira Amorim do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;

nomeando Consuelo Maria de Assis para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

nomeando Grazielle Gonçalves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

nomeando Simone Ferreira Amorim para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

Gabinete do Deputado Padre João

exonerando Dilson Alves de Paiva do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

exonerando Renato Alves Pereira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

nomeando Adriano Fontes Cunha para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Dilson Alves de Paiva para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

nomeando Juliana Cecília Veloso para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

nomeando Renato Alves Pereira para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Solange Silva Oliveira Lima da Silva para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2008

Objeto: aquisição de envelopes. Pregoeiros vencedores: Envopel Comércio de Envelopes Ltda. (lote 1), SPP Agaprint Industrial Comercial Ltda. (lote 2), Santa Edwiges Comércio de Papéis Ltda. (lote 3), Hallamo Artefactos de Papéis Ltda. (lote 4) e Indústria de Artefactos de Papel Anhangüera Ltda. (lotes 5 e 6).

Belo Horizonte, 19 de maio de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 9/6/2008, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a aquisição e a instalação de 1 pára-brisa direito RH (PN: NF19916/2), novo, em Aeronave Xingu PP-EMN, incluindo "kit" de instalação e mão-de-obra para instalação.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 19 de maio de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Pedro do Suaçuí - Apae - Município de São Pedro Suaçuí. Objeto: doação de bens inservíveis. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.